

A POSSIBILIDADE DE SUCESSO ESCOLAR DO ALUNO POBRE

ESTUDO DE DOIS CASOS CONTRASTANTES NO ESTADO DO CEARÁ

Márcio Kleber Morais Pessoa





Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretor da Editora Universitária da Uern (Eduern)

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária da Uern (Eduern)

Jacimária Fonseca de Medeiros



Conselho Editorial da Edições Uern

Edmar Peixoto de Lima

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalídia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista

Diagramação:

Maria Emanuela Santos da Silva

Revisão:

Jéssica Mariana Rebouças de Paula

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Pessoa, Márcio Kleber Moraes.

A possibilidade de sucesso escolar do aluno pobre: estudo de dois casos contrastantes no Estado do Ceará [recurso eletrônico]. / Márcio Kleber Moraes Pessoa – Mossoró, RN: Edições UERN, 2025.

65 p.

ISBN: 978-85-7621-528-8 (E-book).

1. Educação pública. 2. Desigualdade social. 3. Aprendizagem. 4. Políticas educacionais. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 379.2

**A possibilidade de sucesso escolar do aluno pobre:
estudo de dois casos contrastantes no estado do Ceará**

Márcio Kleber Morais Pessoa

SUMÁRIO

Introdução	6
Por que realizar esta pesquisa?	
Maturação da pesquisa	
Escola Pública Estadual: aliança entre tradição e modernidade	
Fundação Privada: filantropia e organização da iniciativa privada	
Interlocutores	10
Por que pesquisar especificamente a Fundação Privada e a Escola Pública Estadual?	
Questão socioeconômica de alunos da Fundação Privada e da Escola Pública Estadual	
Capítulo 1 – Escolas Públicas e Privadas em números	14
1.1. Escolas Públicas e Privadas Estaduais em números	
1.1.2. Escolas Públicas e Privadas Estaduais e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	
1.1.3. Escolas Públicas e Privadas Estaduais e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	
1.1.4. Escolas Públicas e Privadas e a Universidade Federal do Ceará (UFC)	
1.2. Fundação Privada e Escola Pública Estadual em números	
1.2.1. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e o ENEM	
1.2.2. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e o Ensino Superior	
Capítulo 2 – Discussão de aspectos pedagógico-administrativos	27
2.1. Patrimonialismo, cordialidade e racionalização	
2.1.1. Fundação Privada, cordialidade e racionalização	
2.1.2. Escola Pública Estadual, Estado Patrimonialista, cordialidade e racionalização	
2.1.3. O favor e a cobrança	
2.2. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e democracia	
2.2.1. Fundação Privada e democracia	
2.2.2. Escola Pública Estadual e democracia	
2.3. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e relações de trabalho	
2.3.1. Escolas Públicas e Privadas e estabilidade no cargo	
2.3.2. Escolas Públicas e Privadas, salário e carga horária do docente	
2.3.3. Escolas Públicas e Privadas e vantagens ao docente	
2.4. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e disciplina	
2.4.1. Fundação Privada e disciplina	
2.4.2. Escola Pública Estadual e disciplina	
2.5. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e tempo letivo	
2.5.1. O tempo letivo, o atraso e o adiantamento	
2.5.2. O tempo letivo e a frequência	
2.6. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e ambiente escolar como estímulo ao aprendizado	
2.6.1. Ambiente escolar na Fundação Privada	
2.6.2. Ambiente escolar na Escola Pública Estadual	

Capítulo 3 – Velhos dados, novas perspectivas 55

3.1. Educação escolar e universalização do Ensino Médio

3.2. Educação escolar e investimento no futuro

3.3. Educação escolar e Divisão do Trabalho

Considerações para não finalizar

Considerações acerca da democracia

Considerações acerca das relações de trabalho

Considerações acerca da disciplina

Considerações acerca do tempo letivo

Considerações acerca do ambiente escolar

Considerações acerca do Estado Patrimonialista, da cordialidade e da racionalização

Educação escolar: como transformar água em vinho?

Referências63

Introdução

O objetivo deste texto é a análise dos métodos pedagógico-administrativos de duas escolas das redes básicas de ensino público e privado, no estado do Ceará, visando desvendar o impacto desses métodos no desempenho escolar dos alunos. A intenção é compreender os motivos pelos quais a escola privada obtém resultados de desempenho escolar satisfatórios, se comparados com a escola pública. Para isso, foi analisado, principalmente, o trabalho pedagógico-administrativo realizado por essas escolas.

Para tanto, foi necessário realizar um recorte para a coleta de dados empíricos. Assim, foram selecionadas duas escolas – uma pública e outra privada – para observações no ambiente escolar, entrevistas e aplicação de questionários aos sujeitos sociais envolvidos. As escolas escolhidas para esse estudo foram: a Escola de Ensino Médio Escola Pública Estadual¹, pertencente à rede pública estadual, e a Escola de Ensino Básico e Profissionalizante Fundação Privada, pertencente à rede privada estadual².

A escola privada analisada é filantrópica e trabalha com crianças de baixa renda. Dessa forma, a análise será pautada exclusivamente no plano pedagógico-administrativo, deixando a questão socioeconômica de lado, visto que o perfil do alunado em cada escola é semelhante. Esse aspecto influencia diretamente o aprendizado dos alunos por meio, por exemplo, das condições materiais básicas de subsistência e das condições objetivas de sobrevivência. Ou seja, os públicos de ambas as escolas serão “iguais” na questão socioeconômica, o que permitirá uma análise minimamente isenta de influências de classe social. Ademais, a Fundação Privada possui um viés profissionalizante no Ensino Médio, o que reduz a carga horária das disciplinas tradicionais desse nível de ensino. Esse ponto será abordado em mais detalhes adiante.

A pesquisa foi realizada apenas considerando resultados do nível de Ensino Médio. Em relação aos sujeitos de pesquisa, as atividades destacadas anteriormente foram focadas em estudantes da 2ª série desse nível de ensino, apesar de, em alguns momentos, não ter sido possível se restringir a essa série. A intenção era facilitar o contato com os alunos, visto que os alunos da 1ª série poderiam vir de uma outra realidade no Ensino Fundamental e os de 3ª série, provavelmente, não teriam tanta disponibilidade, devido à preparação mais intensa para exames vestibulares, concursos, ou mesmo para o mercado de trabalho.

O objetivo desta pesquisa foi realizar análise comparativa entre o desempenho escolar e outros fatores que dizem respeito ao desempenho de aprendizado dos alunos dessas duas escolas, com o intuito de descobrir possíveis motivos ligados a aspectos pedagógico-administrativos que provocam impacto na distinção de resultados entre ambas. Dito isso, este texto está dividido em seções com análises sobre seus aspectos, a saber: 1) Estado patrimonialista, cordialidade e racionalização dos serviços educacionais; 2) Democracia; 3) Relações de trabalho nos setores público e privado; 4) Disciplina; 5) Tempo letivo; e 6) Ambiente escolar.

Esta pesquisa foi realizada em 2008 e em 2009, época em que as cotas sociais e raciais em universidades públicas ainda engatinhavam, não havendo sequer lei federal para disciplinar o assunto, o que só ocorreu em 2012. As cotas existentes em 2008 eram fruto de iniciativas estaduais ou municipais, ou mesmo da própria instituição. Dessa forma, conforme será apresentado, a presença de estudantes de escola pública no ensino superior era bastante restrita.

Dito isso, outro objetivo deste texto é servir como registro histórico de um tempo em que a universidade brasileira era branca e de classe média, bem diferente dos tempos atuais, em que a universidade vem se diversificando e se pluralizando, ambiente muito mais propício para a criação, além de fomentar a cidadania e o respeito entre classes e “raças”.

1 Os estabelecimentos serão anonimizados, a fim de que os sujeitos que atuam nelas sejam preservados.

2 Neste texto, o termo “estadual” será utilizado em relação às escolas privadas. Essa nomenclatura não diz respeito à situação administrativa das escolas, e, sim, à situação geográfica dessas escolas. Dessa forma, sempre que houver referência a uma escola como “escola privada estadual”, entenda-se escola da rede privada localizada geograficamente no estado do Ceará.

Por que realizar esta pesquisa?

Em 2024, assim como ocorria em 2008, é comum a veiculação de propagandas de escolas privadas com resultados positivos em exames vestibulares, concursos públicos, seleções em geral, ou mesmo nos próprios indicadores de desempenho escolar. Em 2008, quando estudantes de escolas públicas eram aprovados em seleções públicas, eram em número reduzido. Ainda mais quando as vagas são mais disputadas, como, por exemplo, nos cursos de Medicina, Direito, Engenharias, concursos públicos em geral etc. Esses cursos e cargos são considerados de nível elevado, nos quais os profissionais obtêm uma remuneração maior.

Em 2008, isso não era um mito, como será demonstrado adiante. Realmente, os estudantes de escolas privadas tinham mais chances de serem bem-sucedidos nesses tipos de seleção do que os de escolas públicas. Mas por que isso ocorria? Ambas as redes de ensino são regidas pelas mesmas legislações numa visão macro (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Constituição Federal de 1988, Plano Nacional de Educação, entre outras), ambas trabalham com as mesmas Orientações Curriculares Nacionais (OCN's), ambas conviviam com as mesmas dificuldades e potencialidades da realidade em relação ao mercado de trabalho, às questões sociais e às econômicas.

Essas foram as principais inquietações que levaram à realização da pesquisa, em 2008, e que deram origem a este texto: por quais motivos as escolas privadas conseguiam desempenho satisfatório em comparação às escolas públicas? A situação socioeconômica dos estudantes exerce influência nesses resultados? As relações de trabalho dos profissionais da educação podem gerar resultados diferenciados? A gestão de recursos e de pessoal diferenciada é determinante para otimizar os objetivos ligados à educação?

Essas perguntas orientaram a pesquisa e, de alguma forma, mesmo que parcialmente, serão respondidas neste texto.

Maturação da pesquisa

A ideia de execução da pesquisa foi realizar estudo de caso (Yin, 2001) sobre os dois estabelecimentos escolares, visto que a pesquisa focalizou acontecimentos contemporâneos, ocorridos à época da pesquisa, com o objetivo de realizar questionamentos para entender como as escolas organizam seus processos administrativos-pedagógicos e por que há diferenças de resultados entre escolas com públicos de mesmas características socioeconômicas, ou seja, atendendo aos critérios de questões “como” e “por que”, típicas de estudos de caso (Yin, 2001, p. 24).

Essas perguntas destacam que existe uma relação entre fenômeno e contexto, isto é, ocorre algo nas escolas que ajuda a explicar por que existe diferença de resultados entre as escolas. Essa relação entre fenômeno e contexto é outra característica de estudos de caso (Yin, 2001, p. 32).

Para desenvolver essa pesquisa, foi necessário realizar uma análise da legislação educacional brasileira: Lei de Diretrizes e Bases, o Plano Nacional de Educação e Constituição Federal de 1988. Também foi necessário analisar a legislação do estado do Ceará, como: o Estatuto do Magistério do Estado do Ceará (Lei nº 10.884/84) e o Estatuto do Funcionalismo Público Civil do Estado do Ceará (Lei nº 9.826/74), além da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Lei nº 5.452/43), que será fundamental para realizar as discussões acerca das relações de trabalho nos setores público e privado. Essas análises também tiveram o intuito de compreender as concepções de educação escolar contidas nessas normas, assim como a regulamentação das relações de trabalho nos setores público e privado. Esses elementos contribuíram para que se possa entender os diferentes métodos utilizados em cada escola dentro de um plano pedagógico-administrativo, conforme será destacado adiante.

Além disso, foi necessário analisar alguns “termômetros” da educação nacional, como: o Censo Escolar 2006, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o vestibular da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Também se fez necessária a análise de documentos das duas escolas estudadas na pesquisa, como, por exemplo: o regimento interno, o calendário escolar, os números de desempenho escolar etc. O acesso aos documentos da escola privada foi bastante difícil; quando muito, impossível. Isso será destacado para que haja a compreensão sobre os meandros e obstáculos vivenciados durante a realização de uma pesquisa científica, além da necessidade que o pesquisador tem de ter “jogo de cintura” e buscar alternativas para a execução da investigação.

Foi lançada mão do método comparativo para ter acesso às especificidades socioeconômicas dessas duas escolas e seus públicos, bem como para identificar, descrever e analisar os aspectos recorrentes inerentes ao objeto empírico eleito para esta proposta de estudo.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alunos, professores e gestores, no intuito de compreender seus pontos de vista sobre os processos ligados à educação naquelas escolas e, de

forma geral, no contexto escolar. O ponto central desta proposta é a formação escolar pela qual passam os alunos e como esse processo é executado pela escola e seus profissionais. Portanto, os estudantes foram acompanhados esporadicamente em sua vida escolar, visto que são o público-alvo do processo educacional na escola.

Para investigar esse objeto foi necessária a inserção na realidade de duas escolas localizadas no estado do Ceará: uma privada e outra pública. A pública fica localizada na capital do estado, cidade de Fortaleza, na periferia. A escola privada fica localizada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), na cidade de Caucaia. Vale ressaltar que essas cidades vivem um processo de conurbação, ou seja, expandem-se a ponto de se conectar fisicamente. Nessa situação, a fronteira física entre as cidades não passa de pura formalidade. O que realmente acontece é uma interação entre ambas e, inclusive, em alguns casos, os serviços (como transporte, comércio etc.) chegam a se confundir. Além disso, as escolas estão geograficamente próximas, situadas na divisa entre os municípios, com uma distância inferior a 10 km entre elas.

A inserção do pesquisador na Escola Pública Estadual foi relativamente fácil, devido à disponibilidade da direção em contribuir com a pesquisa. Já em relação à escola Fundação Privada, a inserção foi mais difícil, sendo, inclusive, um tanto árdua. Essa escola foi a terceira opção em relação à rede privada. Antes de entrar em contato com sua direção, o pesquisador buscou inserção, sem sucesso, em outras duas escolas privadas particulares. O fato de serem privadas dificulta bastante a inserção, pois os espaços privados não garantem a discussão, o dissenso, podendo anular a fala dos indivíduos (Oliveira, 1999). Esses espaços possuem regras definidas e fiscalizadas pelos seus proprietários, o que pode dificultar a realização de um trabalho de investigação.

A direção da Fundação Privada se propôs a tentar garantir os espaços para a pesquisa, apesar de não haver o hábito da escola de autorizar esse tipo de prática. A direção, no entanto, entrou em contato com a mantenedora, que é uma espécie de matriz, responsável por emitir orientações e autorizações para as filiais, localizada em São Paulo. Iniciou-se, então, um processo lento e desgastante. Nesse período, o pesquisador chegou a realizar até quatro ligações telefônicas diárias para a unidade de Caucaia em busca de informações. Na maioria das vezes, sem sucesso. Quando recebia alguma notícia positiva sobre a realização da pesquisa, esta era acompanhada de alguma restrição que impactava diretamente a qualidade do estudo.

Os dias passavam, e a resposta da Fundação continuava sendo adiada. Após 56 (cinquenta e seis) dias de espera, o pesquisador finalmente foi autorizado a realizar a pesquisa. Uma reunião foi marcada com a diretora da escola, inicialmente com o objetivo de acessar alguns dados da unidade de Caucaia. Ao chegar ao encontro, a gestora informou ao pesquisador que a pesquisa deveria ser realizada integralmente naquele dia. Mesmo uma pesquisa conduzida com tempo razoável, observações constantes, análise de diversos documentos e contato com vários sujeitos não consegue contemplar todos os seus objetivos. Como, então, classificar uma pesquisa realizada em poucas horas e com diversas restrições, como propunha a gestora? Isso levou o pesquisador a repensar os caminhos da pesquisa e traçar novas estratégias de investigação, conforme será relatado.

A insistência do pesquisador em realizar a pesquisa nessa escola está ligada ao fato de ser filantrópica e atender um público de classe baixa. O pesquisador buscou, sem sucesso, outras escolas privadas que atendessem a um público similar. Assim como destacado, as outras duas escolas nas quais se tentou inserção eram particulares; portanto, seus públicos provavelmente apresentariam diferenças socioeconômicas em relação ao alunado da escola pública. Dessa forma, seria necessário reformular o objeto de estudo da pesquisa.

Na reunião com a gestora, foram entregues os dados previamente requisitados à direção da Fundação Privada, e também realizadas “entrevistas” com cinco alunos, três professores e dois gestores. Todos esses momentos ocorreram na presença desses dois últimos, o que possivelmente influenciou o comportamento e as falas dos entrevistados. Além disso, não foi autorizada a gravação das entrevistas, e o pesquisador precisou anotar apenas o que conseguiu captar no tempo disponível. Após isso, questionários foram aplicados em uma turma de 2ª série do Ensino Médio (não foi permitido ao investigador entrar na sala para realizar qualquer explicação, esclarecimento ou orientação aos alunos) além de alguns professores que estavam na sala reservada aos docentes. Um pouco antes, foram realizadas observações no ambiente escolar pelo pesquisador, mas acompanhado de um funcionário da escola, o Inspetor Escolar. Nesse momento de observação, foi vetada a realização de observações nas proximidades das salas de aula, assim como também não foi permitido fotografar os ambientes da escola.

Os métodos utilizados na pesquisa foram os seguintes:

- 1) aplicação de questionários com discentes e docentes de ambas as escolas.

Os questionários foram aplicados no ambiente escolar com discentes da 2ª série do Ensino Médio (cerca de cinquenta alunos em cada escola) e docentes do mesmo nível de ensino em ambas as escolas (treze na Escola Pública Estadual e cinco na Fundação Privada, respectivamente).

2) Condução de entrevistas semiestruturadas, ou realizadas por correio eletrônico, com alunos, professores, ex-professores, gestores e ex-gestores de ambas as escolas.

Na Escola Pública Estadual, as entrevistas ocorreram no ambiente escolar, em salas reservadas, exceto em um caso, em que a entrevista com uma professora foi realizada na biblioteca da escola, na presença de outros indivíduos (funcionários e alunos).

Como a Fundação Privada não autorizou a realização de entrevistas em seu espaço escolar, foi necessário realizá-las fora desse espaço. As entrevistas ocorreram em seus ambientes de trabalho, residências, espaços públicos (como uma sala de aula na Universidade Federal do Ceará) ou por meio de correio eletrônico.

3) Realização da “Observação Flutuante” (Goldman, 1995), que visa realizar estudos em “sociedades complexas” por meio de “observações diretas e contínuas”. Assim, não é necessária uma inserção prolongada no ambiente de pesquisa, como ocorre na Observação Participante. Observações periódicas da ação dos sujeitos, mesmo em ambientes diversos, podem revelar informações significativas para o pesquisador.

As observações na Escola Pública Estadual ocorreram em vários momentos entre 2008 e 2009, inclusive foram realizadas em uma turma durante todo o turno da tarde. Também foram realizadas observações na sala dos professores e em outros ambientes da escola.

Na Fundação Privada, as observações se limitaram a quatro visitas (uma delas em fevereiro de 2009), sendo que em apenas uma o pesquisador teve acesso a diversos ambientes da escola. Nas outras ocasiões, o pesquisador não pôde ir além da área de recepção, mas ainda assim conseguiu realizar observações do pátio e de locais próximos às salas de aula (que eram visíveis), além de acessar documentos nos diversos murais da escola. Além disso, foram realizadas várias ligações telefônicas (de agosto de 2008 a abril de 2009), onde o investigador teve a oportunidade de pedir esclarecimentos sobre alguns pontos da pesquisa à gestão escolar.

4) Revisão de Literatura.

Para realizar as discussões acerca da diferença entre resultados de desempenho escolar dos alunos de ambas as escolas, assim como a busca por razões para isso, foi realizado diálogo com os seguintes autores: Holanda (1976), Weber (2004) e Foucault (1987).

A seguir, as escolas onde a pesquisa foi realizada serão caracterizadas. A fonte de algumas informações não poderá ser indicada, visto que isso exporia a real identificação dos estabelecimentos, o que será evitado neste texto. Apesar disso, são dados extraídos de fontes confiáveis ou da própria direção dos estabelecimentos, durante pesquisa de campo.

Escola Pública Estadual: aliança entre tradição e modernidade

A Escola Pública Estadual foi inaugurada no final da década de 1990, sendo uma espécie de ramificação de uma matriz do Liceu do Ceará, inaugurado no século XIX e que fica localizado no centro da capital. Apesar de ser uma escola nova, a tradição da Escola Pública Estadual no Ceará vem de décadas passadas: em 1845, a matriz foi fundada e nesse estabelecimento estudaram grandes nomes do estado, como: políticos, advogados, médicos etc. Mas, assim como o tempo se encarrega de degradar o que é novo, o Liceu do Ceará passou de grande estabelecimento de ensino para um lugar em segundo plano.

O colégio, que era frequentado, principalmente, pelas elites cearenses (uns poucos privilegiados que podiam frequentar escolas, em meados do século XIX e quase todo o século XX, no Brasil) passou a ser ocupado pelas camadas populares, a partir do final da década de 1980, devido à progressiva universalização da educação escolar, como consta na Constituição Cidadã de 1988.

Como em um passe de mágica, aquela escola que contribuía na formação de grandes nomes da ciência, literatura, política etc., passou a obter resultados cada vez mais insatisfatórios em relação ao desempenho escolar de seus alunos. As elites, que outrora se formavam nessa escola tradicionalíssima, passaram a frequentar escolas privadas e, aparentemente, levaram consigo toda a contribuição científica, literária etc., que um dia apreenderam naquele estabelecimento centenário.

Em meados da década de 1990, o Governo do Ceará realizou uma ação para que o nome e a tradição do Liceu não se apagassem da História e das mentes dos cearenses. Assim, no governo de Tasso Jereissati (1995-2002) foi implementado um programa que expandiu uma rede de Liceus por todo o estado, o Programa de Expansão e Ampliação do Ensino Médio. Em 2002, em todo o estado, existiam mais de vinte Liceus (entre construídos, em construção, licitados e em funcionamento)

(MOTA, 2005). A tentativa era realizar uma aliança entre tradição e modernidade, em que a memória dos tempos de glória do Liceu seria resgatada e complementada pela modernidade dos tempos atuais (MOTA, 2005).

Todos os novos Liceus possuem traços arquitetônicos que se aproximam do Liceu tradicional, o denominado Liceu do Ceará, localizado no centro da capital. A Escola Pública Estadual foi criada para atender a periferia da capital do estado. Em 2008, essa escola contou com quase 1.600 (mil e seiscentas) matrículas em seus três turnos do Ensino Médio, único nível de ensino ofertado pela escola, segundo informações da direção.

Fundação Privada: filantropia e organização da iniciativa privada

A Fundação Privada é uma instituição filantrópica que atende comunidades carentes em quase todos os estados brasileiros. Essa fundação pertence a uma organização privada ligada a um grande banco do país. A filantropia é um artifício muito comum atualmente, pois, além de conseguir abatimento de impostos (Brasil, 1997), a iniciativa privada ainda pode trabalhar seu *marketing* frente à sociedade e a consumidores em potencial, podendo aumentar seus lucros. Em meados dos anos 2000, a Fundação Privada completou 50 anos no Brasil, mas a sede de Caucaia existe apenas desde a década de 1990

O banco proprietário da fundação cresce a cada ano com taxas pomposas, logo os investimentos na fundação também crescem. Assim, o número de pessoas atendidas em todo o Brasil por essa fundação cresce a cada ano, tendo chegado a quase 110.000 (cento e dez mil), em 2007, um ano antes da realização da pesquisa. Na sede de Caucaia, além do Ensino Médio, também são ofertados os Ensinos Infantil, Fundamental e Profissionalizante.

A Fundação Privada em todo o Brasil atende, além do público carente do entorno escolar, filhos de funcionários da organização (o que inclui o banco), filhos de funcionários da própria Fundação e parentes desses funcionários. A sede de Caucaia possuía, em 2008, um público de alunos provenientes da comunidade do entorno escolar equivalente a 96,47% do total, segundo sua direção.

Também em 2008, a sede de Caucaia contou com aproximadamente 300 (trezentas) matrículas no Ensino Médio, turno noturno, único turno para esse nível de ensino nessa escola. Mas essa sede atendeu, no mesmo ano, aproximadamente 2.300 (duas mil e trezentas) pessoas, levando em consideração todos os níveis de ensino, ainda segundo a direção do estabelecimento.

Interlocutores

Como neste texto os interlocutores não serão identificados, houve a opção por denominá-los pelo segmento a que pertencem ou pertenceram, a instituição em que trabalham ou trabalharam e a ordem pela qual foram entrevistados (representada pelas letras do alfabeto). Ressalta-se que algumas entrevistas não foram gravadas (as que ocorreram no ambiente da Fundação Privada, devido à exigência da direção dessa escola). A maior parte das entrevistas foi registrada através de gravador de áudio ou de correio eletrônico, com a devida autorização dos sujeitos. Todas as entrevistas foram realizadas durante o segundo semestre de 2008. A seguir, são apresentados os interlocutores da pesquisa e algumas características de cada um e do espaço onde ocorreram as entrevistas.

Alunos

Aluno Escola Pública Estadual A: aluno da 2ª série do Ensino Médio, 19 anos. A entrevista com esse aluno foi realizada na própria escola, em sala reservada, e foi registrada por gravador de áudio.

Aluno Escola Pública Estadual B: aluno da 2ª série do Ensino Médio, 16 anos. A entrevista com esse aluno foi realizada na própria escola, em sala reservada, e foi registrada por gravador de áudio.

Aluno Escola Pública Estadual C: aluna da 2ª série do Ensino Médio, 27 anos. A entrevista com essa aluna foi realizada na própria escola, em sala reservada, acompanhada da Aluna Escola Pública Estadual D, e foi registrada por gravador de áudio.

Aluno Escola Pública Estadual D: aluna da 3ª série do Ensino Médio, 21 anos. A entrevista

com essa aluna foi realizada na própria escola, em sala reservada, com a Aluna Escola Pública Estadual C, e foi registrada por gravador de áudio.

Ex-aluno Fundação Privada A: ex-aluna da Fundação Privada, 19 anos, estudou na escola durante o Ensino Médio, concluiu os estudos há menos de cinco anos. Também estudou em escolas públicas e particulares durante o Ensino Fundamental. A entrevista foi realizada em uma sala da Universidade Federal do Ceará, com o Ex-aluno Fundação Privada B, e foi registrada por gravador de áudio.

Ex-aluno Fundação Privada B: ex-aluno da Fundação Privada, 22 anos, frequentou a escola durante o Ensino Fundamental e Médio, concluiu os estudos há menos de cinco anos. A entrevista foi realizada em uma sala da Universidade Federal do Ceará, com o Ex-aluno Fundação Privada A, e foi registrada por gravador de áudio.

Professores

Professora Escola Pública Estadual A: como professora, sempre trabalhou na rede pública estadual. A entrevista ocorreu na própria escola, em sala reservada, e foi registrada por gravador de áudio.

Professora Escola Pública Estadual B: como professora, sempre trabalhou na rede pública estadual. A entrevista ocorreu na própria escola, na biblioteca, e foi registrada por gravador de áudio.

Ex-professor Fundação Privada A: trabalhou na Fundação Privada por cinco anos, na década de 1990. A entrevista ocorreu no seu local de trabalho e foi registrada por gravador de áudio.

Ex-professor Fundação Privada B: trabalhou na Fundação Privada por, aproximadamente, dez anos, durante quase toda a década de 1990. Já trabalhou em várias escolas particulares de Fortaleza e, atualmente, é professor efetivo da rede pública estadual. A entrevista ocorreu em sua residência e foi registrada por gravador de áudio.

Gestores

Ex-Gestora Fundação Privada A: trabalhou durante quatro anos na administração da escola, durante o início da década de 1990. A entrevista ocorreu via correio eletrônico, conforme pedido da gestora.

Gestor Fundação Privada B: gestor da Fundação Privada durante a realização da pesquisa. Estava no cargo há, aproximadamente, cinco anos. A entrevista ocorreu na própria escola e não foi gravada por exigência da direção.

Gestora Fundação Privada C: gestora da Fundação Privada durante a realização da pesquisa, no cargo há mais de cinco anos. A entrevista ocorreu na própria escola e não foi gravada por exigência da direção.

Gestora Escola Pública Estadual A: gestora da Escola Pública Estadual durante a realização da pesquisa, no cargo há, aproximadamente, um ano. A entrevista ocorreu na própria escola, em sala reservada, e foi registrada por gravador de áudio.

Por que pesquisar especificamente a Fundação Privada e a Escola Pública Estadual?

O objetivo principal em analisar a escola Fundação Privada diz respeito também ao fato dessa escola possuir uma peculiaridade: seu público ser formado, em sua maioria, por indivíduos provenientes da comunidade carente do entorno escolar.

A Fundação Privada é uma instituição filantrópica que atende a comunidades carentes. Na cidade de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza, as comunidades do Araturi e Jurema são as principais beneficiadas pelos seus serviços. Os alunos dessa escola não pagam mensalidades. O ensino é totalmente gratuito. Segundo a direção da escola, a Fundação Privada realiza seleção de alunos, devido à grande demanda de novos alunos em relação à quantidade reduzida de vagas oferecidas e à gratuidade de seus serviços. Para que um aluno possa estudar nessa escola, os pais devem realizar o cadastro em lista de espera. A escola realiza análise da situação socioeconômica,

entrevista e visitas domiciliares, além de análise de faixa etária (o aluno deve estar na idade considerada ideal para a série em que pretende cursar). As famílias com situação socioeconômica mais baixa têm prioridade.

Dessa forma, a análise a ser realizada será pautada apenas no plano pedagógico-administrativo, deixando a questão socioeconômica de lado, visto que esse ponto influencia diretamente no aprendizado do aluno através, por exemplo, das condições materiais básicas de subsistência, condições objetivas de sobrevivência. Ou seja: os públicos de ambas as escolas serão “igualados” na questão socioeconômica, o que me permitirá realizar uma análise o mais isenta possível de influências de classe social.

Questão socioeconômica de alunos da Fundação Privada e da Escola Pública Estadual

Para promover a comparação relacionada à questão socioeconômica foi realizado levantamento de dados por meio de aplicação de questionário com alunos de ambas as escolas. Três fatores foram considerados para caracterizar o aspecto socioeconômico das famílias dos alunos: renda familiar, participação em projetos do poder público e escolaridade dos pais. Esses três fatores se desmembram em outros, como: número de dependentes na família e necessidade de conjugação entre estudos e trabalho por parte do aluno.

A renda familiar de alunos de ambas as escolas é bastante similar:

Tabela 1 – Renda familiar mensal de alunos de ambas as escolas em salários mínimos³.

Renda familiar mensal	Fundação Privada	Escola Pública Estadual
Até 1 salário mínimo	21,62%	13,33%
Entre 1 e 2 salários mínimos	40,54%	44,44%
Mais de 2 salários mínimos	37,84%	42,23%

Fonte: pesquisa de campo.

Como se pode perceber na tabela acima, 62,16% dos alunos da Fundação Privada têm renda familiar de até dois salários mínimos, número superior ao dos alunos da Escola Pública Estadual, que chega a 57,77%. Com isso, aproximadamente 60% dos alunos de ambas as escolas possuem renda de até dois salários. Esses dados mostram que a renda familiar dos alunos de ambas as escolas é bastante similar, fator importante para a discussão acerca da questão socioeconômica.

Esses números influenciam diretamente na participação desses indivíduos em projetos do poder público, que exigem uma renda familiar baixa. Dessa forma, 43,49% dos alunos da Fundação Privada participam de algum projeto desse tipo. Esse número é de 36,36% entre os alunos da Escola Pública Estadual⁴. O número de alunos da Fundação Privada que participam desses projetos é um pouco maior, talvez devido à renda familiar de suas famílias ser menor, conforme destacado na Tabela 1.

A renda familiar está diretamente ligada à empregabilidade e esta é influenciada pela escolaridade dos indivíduos⁵. Dessa forma, a escolaridade dos pais dos alunos de ambas as escolas é baixa:

Tabela 2 – Pais de alunos de ambas as escolas com Ensino Fundamental completo ou incompleto, incluindo analfabetos.

	Fundação Privada	Escola Pública Estadual
Pai	54,76%	53,33%
Mãe	43,47%	54,33%

Fonte: pesquisa de campo.

Como destacado na Tabela 2, aproximadamente 50% dos pais dos alunos de ambas as escolas possuem apenas Ensino Fundamental completo ou incompleto de escolaridade, havendo desvantagem para os discentes da escola pública. Isso pode influenciar diretamente na conquista de um posto de trabalho por parte dos pais e no salário correspondente a esse posto. Também pode

3 Salário mínimo equivalente a R\$415,00, considerando o ano de 2008. Os valores percentuais desconsideram respostas “não sabe” e em branco.

4 Projetos citados: Bolsa Família, Pró-Jovem e Agente Jovem. Os dois primeiros da esfera federal, e, o último, da municipal (Fortaleza).

5 Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), no Ceará, entre 1992 e 2004, o número de pessoas ocupadas com 0 a 3 anos de estudo caiu de 1,46mi para 1,14mi. Já o número de pessoas ocupadas com mais de dez anos de estudo cresceu de 325 mil para 874 mil, no mesmo período.

interferir na busca de emprego por parte dos alunos, no intuito de complementar a renda familiar, ou mesmo conquistar independência financeira, devido às precárias condições financeiras de suas famílias.

Tabela 3 – Porcentagem de alunos que trabalham ou estagiam em ambas as escolas.

	Fundação Privada	Escola Pública Estadual
Alunos que trabalham ou estagiam	26,09%	32,20%

Fonte: pesquisa de campo.

Conforme destacado na Tabela 3, na Fundação Privada e na Escola Pública Estadual, aproximadamente 1/4 e 1/3 dos alunos, respectivamente, necessitam conciliar trabalho e estudos. Metade desses justificam tal necessidade para complementar a renda familiar e adquirir independência financeira. Essas necessidades se tornam ainda mais exacerbadas se levarmos em conta o número de moradores nas residências dos alunos: em relação aos alunos da Escola Pública Estadual, 4 (quatro) moradores, além do aluno; e em relação à Fundação Privada, 3,6 (três inteiros e seis décimos) moradores, além do aluno. O número alto de dependentes torna a dificuldade financeira ainda maior para as famílias, reduzindo a renda *per capita*.

Como foi apresentado neste tópico, a questão socioeconômica dos alunos de ambas as escolas é bastante similar. Dessa forma, será realizada uma análise que não leva em consideração a influência que essa questão provoca no desempenho dos alunos, devido a essa similaridade. Esse contexto leva a uma análise dos processos pedagógico-administrativos que as escolas efetivam o mais isenta possível da influência de classe.

Antes de realizar a análise em questão, é necessário comparar dados entre as redes pública e privada estaduais. Dessa forma, será mostrada a disparidade de resultados e outros aspectos entre ambas as redes de ensino no contexto em que a pesquisa foi realizada. Os dados que serão analisados, em sua maioria, dizem respeito ao desempenho escolar dos alunos de ambas as redes de ensino. O objetivo da primeira parte deste capítulo é demonstrar qual rede de ensino, se a pública ou se a privada, obtém resultados mais satisfatórios quando comparadas. Na segunda parte, será exposta à situação específica dos resultados das duas escolas estudadas, assim, pretendo saber se o fato de a escola Fundação Privada trabalhar com um público socioeconomicamente semelhante ao de escolas públicas torna seus resultados de desempenho escolar igualmente semelhantes aos das escolas públicas, ou, ao contrário, obtém resultados que se assemelham aos da rede privada, sugerindo que os métodos pedagógico-administrativos da escola são mais determinantes para o aprendizado do que as condições socioeconômicas dos alunos.

As avaliações, índices e exames selecionados para a comparação de dados entre as redes de ensino e as escolas possuem uma visão relativa de qualidade, visto que priorizam alguns aspectos da avaliação, enquanto ignoram ou secundarizam outros. Isso pode acarretar, por exemplo, que uma escola passe a priorizar conteúdos exigidos nos exames vestibulares das principais universidades do estado ou em exames de larga escala, em detrimento de outros conhecimentos que poderiam ser aplicados e que poderiam ser mais relevantes para a formação do aluno, que contribuíssem para “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996), conforme destaca a LDB como finalidade da educação. Contudo, é compreensível que as instituições de ensino tendam a reproduzir essas ações, que se desdobram em relações de dominação. Com isso, as escolas públicas se adaptam e orientam seus objetivos para essa lógica educacional. Isso aponta para que os processos pedagógicos efetivados nas escolas (tanto públicas, quanto privadas) priorizem o desempenho satisfatório de seus alunos nessas avaliações, índices e exames. Para atestar isso, destaca-se que a Escola Pública Estadual criou, na época da pesquisa, um cursinho preparatório para exames vestibulares. Além disso, consta na Gestão Integrada da Escola 2006, metas de aprovação em exames vestibulares, cursos técnicos e concursos públicos.

Para demonstrar os resultados de ambas as redes de ensino, serão apresentados e analisados dados do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Coordenadoria de Concursos da Universidade Federal do Ceará (CCV – UFC). Os dados obtidos no site MEC/INEP são referentes, principalmente, ao período compreendido entre 1999 e 2005. Já os dados da CCV correspondem ao período compreendido entre 2006 e 2008.

1.1. Escolas Públicas e Privadas estaduais em números

Antes de iniciar a comparação dos dados relacionados ao desempenho escolar, em alguns trechos deste capítulo, serão expostos alguns números sobre a realidade do Ensino Médio no Ceará na época da investigação.

Em se tratando da expansão do Ensino Médio, entre 1999 e 2005, houve aumento no número de matrículas da rede pública estadual de 190.046 para 368.751, aumento de aproximadamente 94%. Já na rede privada, houve uma retração de 58.239 para 50.216, redução de quase 14%. Esse dado parece estar diretamente ligado à expansão do Ensino Médio proposta pelo Governo Tasso, conforme destacado anteriormente.

Tabela 4 – Número absoluto de matrículas e evolução percentual nas redes pública e privada do estado do Ceará, em 1999 e 2005

	Matrículas em 1999	Matrículas em 2005	Evolução proporcional de 1999 a 2005
Rede privada estadual	58.239	50.216	- 14%
Rede pública estadual	190.046	368.751	+ 94%
Ambas as redes	248.285	418.967	+ 59%

Fonte: INEP.

Apesar da diminuição no número de matrículas na rede privada estadual, houve aumento da demanda pelo Ensino Médio no país, assim como prevê a Constituição de 1988 e a LDB: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] II - progressiva universalização do ensino médio gratuito” (Brasil, 1988, Art. 208, II; Brasil, 1996, Art. 4º, II).

Isso demonstra que o Poder Público estava garantindo que cada vez mais jovens tivessem acesso ao Ensino Médio, nível de ensino não obrigatório aquela época⁶. Como, no período analisado, a rede privada teve uma redução significativa, e a pública, um aumento exacerbado, é razoável supor que a escola pública estava abrangendo as matrículas que outrora pertenceram à escola privada.

Nesse mesmo período, a média diária de horas-aula programadas na rede pública estadual cresceu de 3,9 para 4,0, enquanto na rede privada estadual passou de 4,5 para 4,8; 20% maior do que na rede pública, em 2005. É provável que isso esteja diretamente ligado ao fato de que a rede privada era responsável por apenas aproximadamente 1% das vagas do Ensino Médio no turno noturno, conforme será apresentado adiante, visto que esse turno possui um intervalo de tempo reduzido se comparado aos turnos diurnos.

Os dados sobre a distorção idade-série nas redes pública e privada em 1999 e 2005 são os seguintes: na escola pública estadual esse número caiu de 76% para 58,7%, uma redução de quase 23%, enquanto na escola privada estadual caiu de 31,3% para 12,1%, uma redução de mais de 60%. Observa-se que as quedas das taxas de distorção idade-série ocorreram em ambas as redes de ensino, possuindo a rede privada um número quase cinco vezes inferior ao número da rede pública: 12,1% e 58,7%, respectivamente, como destacado na Tabela 5.

Tabela 5 – Distorção idade-série na rede privada e pública estadual, em 1999 e 2005

	Rede privada estadual	Rede pública estadual
1999	31,3%	76%
2005	12,1%	58,7%

Fonte: INEP.

Esses números podem estar diretamente ligados ao desempenho escolar dos alunos, porque, quanto maior a carga horária, maior o contato que o aluno tem com o professor e com os conteúdos e discussões em sala – sobretudo, se for considerada a maior carga horária diária da rede privada, como já ressaltada. Esse pode ser um dos prováveis motivos pelos quais a distorção idade-série seja menor na rede privada, já que esse aspecto está diretamente ligado à reprovação dos alunos. Se esses alunos têm mais contato com os conteúdos e discussões devido ao maior tempo em sala de aula, as reprovações são evitadas. Apesar disso, existe um fator excludente na rede privada: algumas escolas desse setor não aceitam alunos fora da faixa etária adequada para a série a que se propõem estudar, como a Fundação Privada. Isso acaba contribuindo para o desenvolvimento artificial da distorção idade-série na rede privada, apesar de ser uma característica de exclusão.

Em relação a isso, a idade média do Ensino Médio, tanto da rede pública, quanto da privada, caiu naquele período. Naquela de 19 (dezenove) para 18 (dezoito) anos e nesta de 17 (dezesete) para 16 (dezesesseis) anos. A diferença de idade média entre as duas redes de ensino é de dois anos. Segundo o Plano Nacional de Educação em vigor na primeira década do século XXI, no tópico reservado para o diagnóstico do Ensino Médio, “a idade recomendada é de 15 anos para a 1ª série, 16 para a 2ª e 17 para a 3ª série” (Brasil, 2001). Assim, a idade média para o Ensino Médio, por meio de média aritmética, é de 16 anos. Ou seja: a rede privada estadual conseguiu atingir a idade adequada ao reduzir a distorção idade-série, entre 1999 e 2005, enquanto a rede pública estadual, apesar da redução, ainda estava longe do ideal.

No período destacado, o número de docentes com apenas a formação no Ensino Médio completa que lecionam em escolas públicas estaduais caiu de 835 para 318, uma redução de mais de 60%. Na escola privada, esse número caiu ainda mais: de 866 para 199, representando uma redução de quase 80%.

Já o número de docentes com Ensino Superior (no mínimo, graduação completa) que lecionam no Ensino Médio na rede pública estadual cresceu de 5.490 para 12.448, um aumento de quase 130% (vale lembrar que, no mesmo período, o número de matrículas cresceu 94%). Na escola privada estadual, esse número cresceu de 3.338 para 4.105, crescimento de aproximadamente 23%. A formação adequada em Ensino Superior é uma meta tanto do PNE anterior quanto do atual.

⁶ Somente em 2013, por meio da Lei Federal N° 12.796, o ensino passou a ser obrigatório até os 17 anos de idade, o que afetou diretamente o Ensino Médio.

Tabela 6 – docentes da rede pública e privada estadual com formação em Ensino Médio e em Ensino Superior, em 1999 e 2005

Rede de ensino	Rede privada estadual		Rede pública estadual	
	1999	2005	1999	2005
Docente com formação no Ensino Médio	866	199	835	318
Docente com formação no Ensino Superior	3.338	4.105	5.490	12.448
Total	4.204	4.304	6.325	12.766

Fonte: INEP.

O número de professores da rede privada estadual quase não sofreu alteração: passou de 4.204 para 4.304. Já na rede estadual, esse número cresceu de 6.325 para 12.766; ou seja, houve expansão do Ensino Médio no Ceará, como já mencionado anteriormente e como será detalhado adiante. Na rede pública, o crescimento no número de docentes chegou a aproximadamente 102%, enquanto na rede privada, o crescimento foi de menos de 2%.

O Ensino Médio privado estadual se manteve praticamente estável nesse ponto. Isso mostra que, tanto na rede estadual quanto na privada, houve um aumento no número de docentes com o Ensino Superior completo, o que pode vir a significar maior qualidade de ensino. Apesar de ainda haver uma maior porcentagem de professores com Ensino Superior na rede estadual, percebe-se que o aumento dessa categoria de professor foi maior na rede privada estadual, crescendo de 78,9% para 95,4%, enquanto na rede pública, o aumento foi de 86,7% para 97,5%. Apesar disso, ambas as redes possuíam, virtualmente, universalização de docentes graduados.

Isso reflete a tendência de o Poder Público pôr em prática objetivos e metas⁷ estipulados pela legislação pós-1988 e a preocupação da rede privada em oferecer um serviço de melhor qualidade, competindo assim com a rede pública e com outras escolas privadas. Como a forma de contratação do docente na rede privada é por meio de horas-aulas, é provável que os profissionais tenham buscado se qualificar por conta própria para manterem seus postos de trabalho, conforme será detalhado no segundo capítulo.

Em relação aos estudantes ingressos em cursos de graduação presenciais, entre 2001 e 2003, por meio de vestibular, cresceu de 8.366 para 15.943 na rede privada estadual, um aumento de mais de 90%. Já na rede pública estadual, o número de estudantes ingressos em cursos de graduação presenciais teve uma pequena redução de 5.368 para 5.321, menos de 1%, conforme a Tabela 7.

Se for considerado apenas o ano de 2003, a rede privada estadual teve 56.076 matrículas ante 318.553 da rede pública estadual. Isso mostra que, em 2003, mais de 28% dos alunos da rede privada estadual tiveram acesso ao Ensino Superior, enquanto esse número não passou de 1,7% na rede pública estadual. Esses números são significativos e refletem o desempenho dos alunos de ambas as redes de ensino, visto que os exames e vestibulares abordam principalmente assuntos que fazem parte dos currículos de Ensino Médio. Os alunos da rede privada possuem um desempenho bastante satisfatório, se comparados aos alunos da rede pública, no que diz respeito ao ingresso em instituições de Ensino Superior.

Tabela 7 – Discentes das redes privadas e públicas estaduais que ingressaram no Ensino Superior, em 2001 e 2003

Rede de ensino	Rede privada estadual		Rede pública estadual	
	2001	2003	2001	2003
Alunos ingressos no Ensino Superior	8.366	15.943	5.368	5.321

Fonte: INEP.

⁷ Segundo a LDB, “Art. 67º – Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”. Os Objetivos e Metas do Ensino Médio do Plano Nacional de Educação dizem o seguinte: “3.3, 5 – assegurar, em cinco anos, que todos os professores do ensino médio possuam diploma de nível superior, oferecendo, inclusive, oportunidades de formação nesse nível de ensino àqueles que não a possuem”.

Também, no intervalo de 2001 a 2003, o número de inscritos em cursos de graduação presenciais pela rede pública estadual teve um crescimento mínimo, passando de 50.767 para 53.819, um aumento de pouco mais de 6%. Na rede privada, esse número foi de 11.992 para 26.491, um aumento de mais de 120%. Vale salientar que esse período é pré-cotas sociais e raciais no Brasil. Como será apresentado adiante, as escolas privadas possuíam larga vantagem em relação às públicas, o que pode ter contribuído para esse crescimento exponencial.

Tabela 8 – Alunos das redes privadas e públicas estaduais inscritos em cursos de graduação presenciais, em 2001 e 2003

Rede de ensino	Rede privada estadual		Rede pública estadual	
Ano	2001	2003	2001	2003
Alunos inscritos em exames vestibulares	11.992	26.491	50.767	53.819

Fonte: INEP.

Assim, o número de alunos da rede privada estadual inscritos em vestibulares de cursos de graduação presenciais cresceu de 11.992 para 26.491, enquanto o número de aprovados cresceu de 8.366 para 15.943. Já na rede pública, o número de inscritos cresceu de 50.767 para 53.819, enquanto o número de aprovados diminuiu de 5.368 para 5.321. Dados apresentados nas Tabelas 7 e 8. Dessa forma, em 2003, a rede privada estadual aprovou 60,2% de seus alunos que prestaram exames vestibulares. Já a rede pública estadual, aprovou 9,9%⁸. Novamente, o desempenho dos alunos da rede privada é muito maior quando comparado com o desempenho dos alunos da rede pública: proporcionalmente, seis vezes mais alunos ingressos no Ensino Superior.

Tabela 9 – Relação entre alunos inscritos e ingressos em cursos de graduação presenciais em 2003

Rede de ensino	Rede privada estadual	Rede pública estadual
Alunos inscritos	26.491	53.819
Alunos ingressantes	15.943	5.321
Proporção inscritos/ingressantes	60,2%	9,9%

Fonte: INEP.

De 1999 a 2005, o número médio de alunos por turma diminuiu em ambas as redes de ensino. Na rede pública, essa média caiu de 44,8 para 39,8. Na rede privada, a média passou de 37,9 para 36,8. O número prosseguia elevado em ambas as redes de ensino no último ano da série. Isso pode prejudicar o desempenho dos discentes e dos docentes, visto que diminui consideravelmente a individualização da avaliação, por exemplo. Além disso, o controle da disciplina da turma, por parte do professor, pode ficar mais difícil, o que pode acarretar problemas de aprendizado, como será apresentado adiante.

Apesar de o número de alunos por turma ser alto em ambas as redes de ensino, o número de alunos por professor é bastante distinto: em 1999, o número de professores da rede pública era de 6.330 e o de alunos era 190.046, uma média de, aproximadamente, 30 alunos por professor. Na rede privada, o número de professores era 4.230 e o de alunos era 58.234, média de 13 alunos por professor. Em 2005, na rede pública, o número de professores passou para 12.766 e o de alunos para 368.751, uma média de, aproximadamente, 28 alunos por professor. Na rede privada, o número de professores passou para 4.304 e o de alunos para 50.216, média de 11,6 alunos por professor. Como já exposto, o professor pode realizar um trabalho avaliativo mais personalizado com um número menor de alunos, abordando dificuldades específicas com maior atenção e qualidade, combinação que pode tornar o desempenho dos alunos mais satisfatório.

Sobre o desempenho escolar, no período de 1999 a 2005, a taxa de aprovação nas escolas públicas estaduais reduziu de 77,9% para 69,8%, enquanto na rede privada, houve um aumento de 89,2% para 92,2%, mais de 22 pontos percentuais de diferença. No mesmo período, a taxa de reprovação cresceu em ambas as redes, mas com maior intensidade na rede pública, que passou de 6% para 10,4%, enquanto na privada o aumento foi de 5,6% para 6%. Importa destacar que essas taxas são de avaliação interna e que dependem, em parte, da atuação de docentes e da orientação adotada por cada rede de ensino, não havendo necessariamente continuidade nesse tipo de taxa.

⁸ É importante ressaltar que esses números são referentes às seguintes Organizações Acadêmicas: Universidades, Centro Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades e Institutos Superiores ou Escolas Superiores.

Apesar disso, a reprovação tem um impacto profundo na vida do estudante, que não pode ser desprezado.

A taxa de abandono/evasão, também nesse período, cresceu na rede pública de 16,1% para 19,8%. Enquanto diminuiu na rede privada de 5% para 1,8%, uma diferença de exatamente 18 pontos percentuais.

Tabela 10 – Evolução de desempenho escolar entre os anos 1999 e 2005 nas redes pública e privada estaduais

Rede de ensino	Rede Privada Estadual		Rede Pública Estadual	
	1999	2005	1999	2005
Aprovação	89,4%	92,2%	77,9%	69,8%
Reprovação	5,6%	6%	6%	10,4%
Abandono/Evasão	5%	1,8%	16,1%	19,8%

Fonte: INEP.

Como se pode perceber, os números da rede pública pioraram no período destacado, enquanto os números da rede privada melhoraram, exceto pela taxa de reprovação, que teve um aumento de 0,4 ponto percentual na rede privada. Esses números refletem o que os dados expostos anteriormente demonstraram: os alunos da rede privada conseguiam, à época, resultados satisfatórios de desempenho escolar, se comparados com os alunos da escola pública.

Adiante, serão apresentados dados de ambas as redes de ensino em avaliações em larga escala e na maior instituição de Ensino Superior do Ceará, a Universidade Federal do Ceará.

1.1.2. Escolas Públicas e Privadas estaduais e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Neste tópico, serão apresentados dados sobre o desempenho de escolas públicas e privadas em relação ao IDEB, com o fim de comparar as redes de ensino.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o Saeb⁹ – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios¹⁰.

Como se pode perceber, apesar de ser um índice, o IDEB é pautado em aspectos bastante importantes e que estão diretamente ligados ao desempenho escolar dos alunos: aprovação, reprovação e abandono/evasão, além das médias dos alunos nas disciplinas consideradas mais importantes pelo governo: Português e Matemática.

O IDEB 2007 mostra que, no Ensino Médio, a rede pública estadual obteve nota 3,2, enquanto a rede privada atingiu 5,6. As metas para ambas as redes de ensino para 2021 são, no mínimo, curiosas, pois a da rede pública é de 4,9, ou seja, menor do que a nota atingida pela rede privada em 2007. Apesar disso, a nota da rede pública foi maior do que a meta prevista para 2007, que era 3,1. Já a rede privada atingiu exatamente a meta.

Tabela 11 – Notas das redes pública e privada estaduais IDEB 2007, meta IDEB para 2007 e 2021

Rede de ensino	Rede privada estadual	Rede pública estadual
Nota IDEB 2007	5,6	3,2
Meta IDEB 2007	5,6	3,1
Meta IDEB 2021	7,0	4,9

Fonte: INEP.

9 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

10 Texto reproduzido do site do INEP: http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10&Itemid=13 Acesso em: 09 maio 2009.

Esses dados mostram, novamente, que os alunos da rede privada possuíam, à época, desempenho bastante satisfatório, se comparados aos da rede pública. Novamente, é necessário ressaltar as relações de dominação presentes: o IDEB é um índice similar a adotados em países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ou seja, governantes podem ter interesse que a educação nacional ou estadual seja reconhecida no exterior e bem ranqueada, legitimando a forma de educação aplicada por esses países e, obviamente, deslegitimando outras formas. Esse tipo de ação pode trazer também dividendos eleitorais aos governantes.

Essa ação tem sua contrapartida: os sistemas educacionais desses países são reconhecidos no mundo ocidental como eficientes, logo se igualar a eles significa ter a educação reconhecida como eficiente. Prova disso é o apelo feito pelo MEC: “Para o Brasil chegar ao IDEB 6 (seis) em 2021, todos deverão melhorar seus índices”. Os países que compõem a OCDE possuem índices próximos a 6 (seis), meta estipulada pelo MEC para a educação nacional em 2021¹¹.

1.1.3. Escolas Públicas e Privadas estaduais e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

No início dos anos 2000, o ENEM já era uma das mais importantes avaliações em larga escala do país, antes mesmo da criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2009.

O ENEM é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Seu objetivo principal é possibilitar uma referência para autoavaliação, a partir das competências e habilidades que estruturam o Exame.

O modelo de avaliação adotado pelo ENEM foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas na memória, que, mesmo tendo importância fundamental, não pode ser o único elemento de compreensão do mundo.

Diferentemente dos modelos e processos avaliativos tradicionais, a prova do ENEM é interdisciplinar e contextualizada. Enquanto os vestibulares promovem uma excessiva valorização da memória e dos conteúdos em si, o ENEM coloca o estudante diante de situações-problemas e pede que mais do que saber conceitos, ele saiba aplicá-los.

O ENEM não mede a capacidade do estudante de assimilar e acumular informações, e sim o incentiva a aprender a pensar, a refletir e a ‘saber como fazer’. Valoriza, portanto, a autonomia do jovem na hora de fazer escolhas e tomar decisões¹².

Segundo o MEC, o ENEM é um exame que preza pela interdisciplinaridade e tem por objetivo trabalhar com o estudante que está concluindo ou já concluiu o Ensino Médio a forma como se dá a construção do conhecimento, não se resumindo à capacidade de memorização, como na maioria dos exames vestibulares. Apesar disso, esse exame, por ser nacional, acaba por desconsiderar conhecimentos regionais, que podem ser adotados pela parte diversificada dos currículos escolares, conforme consta na legislação vigente¹³, isso poderia acarretar a consequente diminuição da parte diversificada nos currículos escolares, que é de no máximo 25%.

A prova do ENEM, realizada em 2006, mostra nova disparidade entre alunos de escolas públicas e privadas estaduais. Os dados que constam no site do INEP estão organizados em quatro categorias: alunos que estudaram o Ensino Médio “somente em escola pública”, “maior parte em escola pública”, “somente em escola particular”, “maior parte em escola particular”. Dessa forma, é possível saber se a categoria “escola particular” inclui escolas privadas em geral¹⁴. Apesar disso, os dados oferecidos são bastante interessantes para reflexão:

11 Informações retiradas do site: <http://portalideb.inep.gov.br/> Acesso em: 09 maio 2009.

12 Texto reproduzido do site do INEP. Disponível em: http://www.enem.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=34 Acesso em: 26 jan. 2009.

13 Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio, Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998.

14 Segundo a atual LDB, em seu Artigo 20: “as instituições privadas de ensino se enquadram nas seguintes categorias: I – particulares em ensino restrito; II – comunitárias; III – confessionais, e; IV – filantrópicas” (BRASIL, 1996).

Tabela 12 – Desempenho médio na prova de Redação do ENEM, por tipo de escola em que cursou o Ensino Médio – 2006

Situação dos alunos	Somente em escola pública	Maior parte em escola pública	Somente em escola particular	Maior parte em escola particular
Resultado Geral	50,67	51,75	58,82	54,97

Fonte: INEP.

Tabela 13 – Desempenho médio na prova Objetiva do ENEM, por tipo de escola em que cursou o Ensino Médio – 2006

Situação dos alunos	Somente em escola pública	Maior parte em escola pública	Somente em escola particular	Maior parte em escola particular
Resultado Geral	33,08	35,67	45,57	39,07

Fonte: INEP.

Como se pode perceber, em ambas as provas, o desempenho dos alunos que estudaram somente em escola pública foi bastante inferior ao dos alunos que estudaram somente em escola particular: 8,15 pontos de diferença na prova de Redação e 12,49 na prova Objetiva. Mas o mais interessante é a pontuação dos alunos que estudaram o Ensino Médio tanto em escolas públicas quanto em particulares. Em ambas as provas, os alunos que estudaram maior parte em escola pública tiveram desempenho inferior aos que cursaram maior parte em escola particular. Na prova de Redação, a diferença foi de 3,22, já na prova Objetiva, foi de 3,40.

Ao comparar os resultados dos alunos que cursaram o Ensino Médio, maior parte em escola pública (ou seja: cursaram parte menor em escola particular), com os alunos que o cursaram somente em escola pública, é possível perceber que o resultado da primeira categoria é mais satisfatório: uma diferença de 1,08 ponto na prova de Redação e 2,59 na prova Objetiva.

Na comparação entre os alunos que cursaram o Ensino Médio, maior parte em escola particular (nesse caso, cursaram parte menor em escola pública), e os que cursaram somente em escola particular, é perceptível que os resultados destes são mais satisfatórios do que os daqueles. Na prova de Redação, a diferença é de 3,85 e, na prova Objetiva, de 6,50.

Isso aponta a diferença que existia em cursar apenas uma parte da vida estudantil em uma das redes de ensino. Esses dados podem demonstrar que a escola particular, nesse caso, oferece formação mais satisfatória aos seus alunos. Por mínimo que seja o tempo de estudo nessa rede de ensino, pode-se perceber a diferença nos resultados de desempenho escolar dos alunos.

1.1.4. Escolas Públicas e Privadas e a Universidade Federal do Ceará (UFC)

Para comparar os dados das redes de ensino pública e privada estaduais em relação ao desempenho nos exames vestibulares da Universidade Federal do Ceará (UFC), foram solicitados dados junto à Coordenadoria de Concursos (CCV) da instituição. Os dados são referentes aos exames vestibulares dos anos 2006, 2007 e 2008, e incluem escolas públicas e privadas em geral¹⁵, e não apenas com escolas da rede estadual.

Para essa comparação, serão utilizados os dados referentes a seis cursos específicos selecionados pelo pesquisador, além dos dados gerais do vestibular. Esses seis cursos foram escolhidos por serem os mais procurados (inscritos) e cursados (ingressos) por alunos ou de escolas privadas ou públicas. Entre os primeiros estão: Medicina, Direito e Engenharia Civil. Já entre os últimos estão: Pedagogia, Matemática (Licenciatura) e Física (Licenciatura), cursos considerados como sendo frequentados por alunos de escolas públicas.

¹⁵ As escolas não necessariamente se resumem às estaduais, visto que alunos provenientes de escolas de outros estados e países também podem se candidatar a uma vaga. Além disso, existem escolas públicas municipais e federais no Ceará que oferecem o Ensino Médio.

Além disso, o primeiro bloco de cursos é bastante concorrido, enquanto o segundo, não¹⁶. Isso pode influenciar o público que procura os cursos de cada grupo, porque, como já mostrado anteriormente, os alunos de escolas privadas têm maiores chances de ingressar em cursos superiores. Dessa forma, quanto maior a concorrência, maior a desvantagem dos alunos da rede pública. Os cursos mais procurados e cursados por alunos da rede pública de ensino estão diretamente ligados à docência na Educação Básica. Dessa forma, formavam profissionais que ganhavam salários menores do que, por exemplo, médicos, advogados e engenheiros. Alunos de escolas privadas estavam mais bem preparados para ingressar em cursos mais concorridos, que, geralmente, remuneravam melhor seus profissionais.

No curso de Medicina, se forem considerados os três vestibulares estudados, é possível identificar que a maior procura (inscritos) por parte de alunos de escolas públicas foi no ano de 2008, com apenas 13,2%, como se pode verificar na Tabela 14. Apesar de ter sido o vestibular com a maior procura, foi também o com menor ingresso de alunos dessa rede de ensino, apenas 0,67% (o equivalente a um aluno).

Tabela 14 – Relação entre inscritos e ingressos de escolas públicas e privadas no curso Medicina – UFC

Medicina (150 vagas)				
Inscritos e ingressos por rede de ensino	Inscritos Escola Pública Absoluto (proporção)	Inscritos Escola Privada Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Pública Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Privada Absoluto (proporção)
2006	180 (6,6%)	2536 (93,4%)	08 (5,3%)	142 (94,7%)
2007	256 (7%)	3374 (93%)	08 (5,3%)	142 (94,7%)
2008	555 (13,2%)	3643 (86,8%)	01 (0,67%)	149 (99,3%)

Fonte: CCV-UFC.

Em relação ao curso de Direito, o vestibular que teve maior número de inscritos provenientes da escola pública também foi em 2008, com quase 20%, e, também foi o que teve menor número de ingressos da mesma rede de ensino, com menos de 4%, conforme destacado na Tabela 15. O mesmo acontece com o curso de Engenharia Civil: o vestibular 2008 teve 25% de inscritos da rede pública e apenas 9,2% ingressos, como se pode observar na Tabela 16.

Tabela 15 – Relação entre inscritos e ingressos de escolas públicas e privadas no curso Direito – UFC

Direito (180 vagas)				
Inscritos e ingressos por rede de ensino	Inscritos Escola Pública Absoluto (proporção)	Inscritos Escola Privada Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Pública Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Privada Absoluto (proporção)
2006	285 (11,7%)	2141 (88,3%)	24 (13,3%)	156 (86,7%)
2007	305 (12,7%)	2088 (87,3%)	18 (10%)	162 (90%)
2008	554 (19,4%)	2297 (80,6%)	07 (3,9%)	173 (96,1%)

Fonte: CCV-UFC.

Tabela 16 – Relação entre inscritos e ingressos de escolas públicas e privadas no curso Engenharia Civil – UFC

Engenharia Civil (120 vagas)				
Inscritos e ingressos por rede de ensino	Inscritos Escola Pública Absoluto (proporção)	Inscritos Escola Privada Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Pública Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Privada Absoluto (proporção)
2006	56 (13,7%)	353 (86,3%)	22 (18,3%)	98 (81,7%)
2007	62 (14,6%)	362 (85,4%)	14 (11,7%)	106 (88,3%)
2008	183 (25%)	551 (75%)	11 (9,2%)	109 (90,8%)

Fonte: CCV-UFC.

16 Na UFC, Direito e Medicina, em 2008, tiveram concorrência de mais de 16 (dezesseis) inscritos por vaga. Matemática e Física ficaram abaixo de 04 (quatro) inscritos por vaga.

Nos cursos nos quais a procura é maior por estudantes provenientes da escola pública, é perceptível que, no vestibular 2008, todos os cursos tiveram maior número de ingressos de escolas privadas. Também se percebe que, apesar disso, nesse mesmo vestibular, houve maior número de inscrições de alunos provenientes de escolas públicas, como é possível observar nas Tabelas 17, 18 e 19. No curso de Pedagogia, a situação entre inscritos e ingressos chegou a se inverter: aproximadamente 68% dos inscritos eram provenientes de escola pública e 32% de privadas. A situação dos ingressos foi a contrária: 32% de escolas públicas e 68% de privadas, conforme a Tabela 17.

Tabela 17 – Relação entre inscritos e ingressos de escolas públicas e privadas no curso Pedagogia – UFC

Pedagogia (140 vagas)				
Inscritos e ingressos por rede de ensino	Inscritos Escola Pública Absoluto (proporção)	Inscritos Escola Privada Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Pública Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Privada Absoluto (proporção)
2006	91 (38,4%)	146 (61,6%)	45 (32,1%)	95 (67,9%)
2007	83 (32,7%)	171 (67,3%)	52 (37,2%)	88 (62,8%)
2008	457 (68,3%)	212 (31,7%)	45 (32,1%)	95 (67,9%)

Fonte: CCV-UFC.

Tabela 18 – Relação entre inscritos e ingressos de escolas públicas e privadas no curso Matemática (Licenciatura) – UFC

Matemática – Licenciatura (50 vagas)				
Inscritos e ingressos por rede de ensino	Inscritos Escola Pública Absoluto (proporção)	Inscritos Escola Privada Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Pública Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Privada Absoluto (proporção)
2006	38 (55,1%)	31 (44,9%)	27 (54%)	23 (46%)
2007	34 (63%)	20 (37%)	29 (58%)	21 (42%)
2008	121 (73,8%)	43 (26,2%)	20 (40%)	30 (60%)

Fonte: CCV-UFC.

Tabela 19 – Relação entre inscritos e ingressos de escolas públicas e privadas no curso Física (Licenciatura) – UFC

Física – Licenciatura (40 vagas)				
Inscritos e ingressos por rede de ensino	Inscritos Escola Pública Absoluto (proporção)	Inscritos Escola Privada Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Pública Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Privada Absoluto (proporção)
2006	64 (28,2%)	163 (71,8%)	18 (45%)	22 (55%)
2007	84 (30,1%)	178 (69,9%)	22 (55%)	18 (45%)
2008	235 (53,2%)	207 (46,8%)	15 (37,5%)	25 (62,5%)

Fonte: CCV-UFC.

Em relação ao número total de vagas da UFC, o número de ingressos da rede pública de ensino diminuiu em 2008 a 2/3 do que foi registrado em 2007: 18% e 27%, respectivamente. Já o número de ingressos provenientes da rede privada cresceu no período destacado, partindo de 74%, em 2006, e chegando a 82%, em 2008, apesar de uma pequena redução em 2007.

Tabela 20 – Ingressos de escolas públicas e privadas nos vestibulares 2006, 2007 e 2008 – UFC

Ingressos por rede de ensino	Ingressos Escola Pública Absoluto (proporção)	Ingressos Escola Privada Absoluto (proporção)	Total
2006	749 (25,9%)	2896 (74,1%)	3645 vagas

2007	861 (27%)	3184 (73%)	4045 vagas
2008	624 (18%)	3461 (82%)	4085 vagas

Fonte: CCV-UFC.

Como se pode observar, os dados analisados demonstram que as escolas privadas possuem resultados mais satisfatórios do que as escolas públicas: avaliações governamentais, desempenho escolar, exames vestibulares, além de vários outros fatores analisados demonstram essa diferença de desempenho entre os alunos de ambas as redes de ensino. Por quais motivos a rede pública escolar não conseguia desempenho satisfatório em relação à rede privada? Alguns aspectos a esse respeito serão discutidos no Capítulo 2.

1.2. Fundação Privada e Escola Pública Estadual em números

Neste tópico, será realizada uma comparação analítica entre os dados das escolas Fundação Privada e Escola Pública Estadual, a fim de saber se essas escolas seguem o mesmo padrão apresentado por suas respectivas redes de ensino. A intenção não é tomar a parte pelo todo, ou seja, fazer dessas duas escolas representantes de suas redes de ensino, mas, principalmente, saber se a escola privada filantrópica possui números semelhantes aos da rede de ensino privada. Caso esses números sejam semelhantes, ou seja, caso os números da Fundação Privada se assemelhem aos da rede privada, isso pode indicar que os processos pedagógico-administrativos das escolas são fundamentais para o aprendizado dos alunos, independentemente de sua classe social.

Os dados que serão fornecidos para essa comparação analítica foram disponibilizados pelas direções das escolas e/ou foram coletados no MEC/INEP. Além disso, alguns dados foram conseguidos por meio de pesquisa de campo realizada em ambas as escolas.

A comparação de dados entre as escolas será iniciada por dados mais básicos e que toda e qualquer escola deve se ater: desempenho escolar.

Tabela 21 – Desempenho escolar no Ensino Médio das escolas Escola Pública Estadual e Fundação Privada, 2005

Situação	Aprovação	Reprovação	Abandono
Escola Pública Estadual	70,3%	10,6%	19,1%
Fundação Privada	90%	4%	6%

Fonte: GIDE Escola Pública Estadual 2006 e Direção Fundação Privada.

Como se pode perceber na tabela acima, a situação de ambas as escolas é bastante distinta. Em relação à taxa de aprovação, a diferença entre os números chega a quase 20 pontos percentuais, sendo 70,3% na Escola Pública Estadual e 90% na Fundação Privada. Já em relação à taxa de reprovação, o número da escola pública é mais que o dobro da escola privada: 10,6% naquela e 4% nesta. A taxa de abandono da Escola Pública Estadual é mais de três vezes maior do que a da Fundação Privada: 19,1% e 6%, respectivamente.

Pode-se perceber que o desempenho dos alunos da Fundação Privada é satisfatório se comparado com o dos alunos da Escola Pública Estadual. Além disso, os dados de ambas as escolas seguem o padrão de suas redes, pública e privada, conforme se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 22 – Comparação de desempenho escolar entre as redes estaduais pública e privada com as escolas Escola Pública Estadual e Fundação Privada, 2005

Escola ou Rede	Fundação Privada Ceará	Rede Privada Estadual	Escola Pública Estadual	Rede Pública Estadual
Aprovação	90%	92,2%	70,3%	69,8%
Reprovação	4%	6%	10,6%	10,4%
Abandono	6%	1,8%	19,1%	19,8%

Fonte: INEP, GIDE Escola Pública Estadual 2006 e Direção Fundação Privada.

Como destacado na tabela, a diferença entre os números da Escola Pública Estadual e a rede pública estadual, no ano de 2005, não ultrapassou um ponto percentual, para mais ou para menos, nas três situações de desempenho. A variação encontrada entre os números da escola Fundação Privada e a rede privada estadual variou um pouco mais, mas seguiu o padrão da rede.

Se somarmos os números de reprovação e de abandono, chegam a 10% na Fundação e a 7,8% na rede privada estadual, ou seja, uma diferença de 2,2 pontos percentuais. Essa pequena diferença se deu, principalmente, devido à taxa de abandono/evasão, que é mais de três vezes superior na Fundação Privada em relação à rede privada estadual: 6% e 1,8%, respectivamente. É provável que essa diferença seja proporcionada pelo fato de o Ensino Médio nessa escola ser noturno, o que gera algumas dificuldades aos alunos, como: falta de segurança devido ao horário avançado (as aulas nessa escola se encerram aproximadamente às 23 h), dificuldade em conciliar trabalho e estudos etc.

Em pesquisa realizada em ambas as escolas, foram coletados os seguintes dados referentes à idade média dos estudantes da segunda série do Ensino Médio:

Tabela 23 – Idade média em ambas as escolas na 2ª série do Ensino Médio

Escola	Fundação Privada	Escola Pública Estadual
Idade Média (em anos)	16,3	17,2

Fonte: Pesquisa de campo.

Como já exposto, a idade média ideal para a 2ª série do Ensino Médio é de 16 anos, segundo o PNE. Dessa forma, os alunos da escola Fundação Privada possuem média de idade adequada para a série que cursam, diferentemente dos alunos da Escola Pública Estadual, que estão, aproximadamente, um ano acima da média. Como já destacado anteriormente, a distorção idade-série é fator que está diretamente ligado ao desempenho dos alunos, pois a reprovação e o abandono/evasão contribuem diretamente para seu aumento.

Um dos requisitos para aceitar a inscrição de novo aluno na escola Fundação Privada é estar em idade adequada para cursar a série na qual se propõe, conforme especificado anteriormente. Dessa forma, os alunos iniciam sua vida escolar na Fundação Privada na idade considerada ideal. Assim, só haverá distorção idade-série se os alunos reprovarem já estudando na escola. Como destacado acima, a taxa de reprovação no Ensino Médio dessa escola, no ano de 2005, foi de 4%. Consequentemente, a distorção idade-série é bem reduzida. Já a Escola Pública Estadual, por ser uma escola pública, não realiza nenhuma seleção para novas matrículas, e sua taxa de reprovação é de 10,6%, como foi destacado na Tabela 21.

Para demonstrar a relação existente entre a distorção idade-série e o desempenho dos alunos, além de realizar nova comparação de resultados entre ambas as escolas, serão utilizados dados referentes à pesquisa realizada com os alunos de ambas as escolas, em que são destacadas a porcentagem de reprovados e a média de reprovações dos alunos:

Tabela 24 – Porcentagem de alunos com reprovações e média de reprovações em ambas as escolas

Escola	Fundação Privada	Escola Pública Estadual
Alunos com Reprovação	13,04%	42,37%
Média de Reprovações	1,2	1,5

Fonte: pesquisa de campo.

Segundo a tabela acima, apenas 13,04% dos alunos da Fundação Privada já reprovaram alguma série, enquanto esse número na Escola Pública Estadual chega a 42,37%, número mais de três vezes superior. Além disso, os alunos que já reprovaram na Fundação Privada acumulam média de 1,2 reprovações, enquanto os alunos da Escola Pública Estadual acumulam 1,5.

A Fundação Privada possui melhores resultados de desempenho escolar do que a Escola Pública Estadual em vários aspectos. Uma das intensificadoras dessa situação é a relação docente/aluno (relação do número de alunos para cada docente) desta escola ser maior do que o número daquela, como está destacado na tabela a seguir.

Tabela 25 – Relação docente/aluno Fundação Privada 2008 e Escola Pública Estadual 2006

	Docentes	Alunos	Relação Docente/ aluno
Fundação Privada (2008)	12	296	24,7
Escola Pública Estadual (2006)	49	1.559	31,8

Fonte: Censo Escolar Escola Pública Estadual 2008 e pesquisa de campo.

Conforme detalhado na tabela, o número de alunos da Escola Pública Estadual é mais de cinco vezes superior do que os da Fundação. Apesar disso, aquela escola possui apenas quatro vezes

mais professores. A relação docente/aluno da Escola Pública Estadual é mais de 20% maior do que a relação na Fundação Privada: 31,8 e 24,7 alunos por professor, respectivamente. Esse número significa que os professores da Fundação Privada possuem uma pequena vantagem e podem realizar um trabalho mais personalizado com seus alunos em relação aos professores da Escola Pública Estadual, o que pode significar um trabalho de maior qualidade, em que o professor pode trabalhar dificuldades mais específicas de seus alunos, visando melhorar o desempenho escolar desses.

1.2.1. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e o ENEM

Os números do ENEM realizado em 2007 indicam diferenças entre ambas as escolas nas duas provas:

Tabela 26 – Desempenho da Fundação Privada e Escola Pública Estadual no ENEM 2007

Escola	Fundação Privada	Escola Pública Estadual
Prova Objetiva	49,31	46,76
Redação	53,87	49,61

Fonte: INEP.

Como se pode observar na tabela acima, enquanto a Fundação Privada conseguiu média de 49,31 na prova objetiva, a Escola Pública Estadual conseguiu apenas 46,76, o equivalente a 2,55 menor. Em relação à prova de redação, aquela escola conseguiu média de 53,87, enquanto esta conseguiu 49,61, exatamente 4,26 de diferença. Isso demonstra a diferença de resultados de ambas as escolas nesse teste isolado.

Apesar de possuir médias menores, a Escola Pública Estadual obteve rendimento maior que a média do município de Fortaleza na prova objetiva, 42,36¹⁷. Isso pode demonstrar que essa escola se destaca dentre as demais escolas públicas de Fortaleza. Nessa escola não havia problema de falta de professores no quadro da escola e possui número reduzido de professores substitutos, por exemplo.

A Fundação Privada, ao contrário, obteve nota menor do que a média da prova objetiva do município de Caucaia, 51,37¹⁸. Esse número não surpreende vindo dessa escola, visto que seu ensino é bastante voltado para o mercado de trabalho, não priorizando, inclusive, disciplina considerada básica, como Português, conforme se destaca no relato a seguir:

O curso era voltado para o mercado de trabalho. Nós não tínhamos ensino médio comum, não [...]. O ensino médio era obrigatoriamente o técnico [...]. [Os alunos] tinham aula de física, matemática, etc. A diferença é que era reduzida. Normalmente a pessoa tinha seis aulas de português, lá tinha três. Porque aí tinha direito, administração, estatística. Uma série de matérias voltadas para o mercado de trabalho (Ex-professor Fundação Privada A).

Essa diferença é importante para a relativização da análise proposta neste texto. Apesar disso, a Fundação Privada possui alguns métodos similares ao da rede privada.

1.2.2. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e o Ensino Superior

Em relação ao ingresso de alunos de ambas as escolas no Ensino Superior, novamente se torna perceptível uma grande diferença entre os resultados, conforme está destacado na tabela a seguir:

17 Média referente somente a escolas públicas.

18 Média referente somente a escolas privadas.

Tabela 27 – Relação entre alunos concludentes e ingressos no Ensino Superior em ambas as escolas

Escola (ano)	Fundação Privada (2007)¹⁹	ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL (2008)²⁰
Concludentes do Ensino Médio	64	560
Alunos aprovados no En- sino Superior	23 (36%)	03 (0,54%)

Fonte: pesquisa de campo.

Como mencionado anteriormente, os números da Fundação Privada e da Escola Pública Estadual não se distanciam dos de suas respectivas redes de ensino (que aprovaram 28% e 1,7%, respectivamente). A importância desse dado para o desempenho escolar dos alunos, assim como destacado anteriormente, está no fato de que os exames vestibulares servem como teste para o conhecimento que os alunos apreenderam, principalmente, durante o Ensino Médio.

Os números apresentados neste capítulo mostram que as escolas privadas possuíam, à época da pesquisa, desempenho escolar satisfatório se comparadas às escolas públicas. A Fundação Privada e a Escola Pública Estadual não se distanciam em seus dados dos de suas redes de ensino. Mas quais serão os motivos para que os resultados de desempenho das escolas Fundação Privada e Escola Pública Estadual possuam tamanha disparidade? A questão socioeconômica não é determinante para que a escola privada possua essa vantagem em relação à pública, visto que essa realidade dos alunos da Fundação Privada e da Escola Pública Estadual é bastante similar e que suas famílias pertencem, em sua maioria, a um mesmo nível socioeconômico. Apesar disso, a Fundação Privada possui resultados similares aos de sua rede de ensino, sendo satisfatórios.

Com isso, será discutido, no capítulo seguinte, alguns aspectos que podem contribuir para o entendimento dessa disparidade do desempenho escolar entre ambas as escolas.

19 Em 2007, 97 alunos concluíram o Ensino Médio na Fundação Privada, mas apenas 64 compareceram ao encontro de ex-alunos realizado por essa escola. Dessa forma, a escola não teve acesso à situação dos demais 33 concludentes. A escola não informou em quais unidades acadêmicas os alunos ingressaram. O número total de alunos da 3ª série só leva em consideração os concludentes, descartando-se abandonos e reprovações.

20 Os três alunos ingressos no Ensino Superior foram aprovados na segunda fase (e definitiva) da Universidade Federal do Ceará. Até a data em que a direção da Escola Pública Estadual disponibilizou esses dados, as demais Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, localizadas no Ceará, ainda não haviam divulgado os resultados finais de seus exames vestibulares 2009.1 e a direção não tinha conhecimento sobre os exames de instituições privadas. Na UFC, apenas nove alunos foram aprovados na primeira fase. No total, quinze alunos (2,7%) da Escola Pública Estadual foram aprovados nas primeiras fases das IES públicas do estado do Ceará. O número total da 3ª série não leva em consideração abandonos e reprovações.

No capítulo anterior, foi apresentada a disparidade dos resultados de alunos e outros aspectos das redes pública e privada no estado do Ceará e, mais especificamente, das escolas Fundação Privada e Escola Pública Estadual. Com isso, foi demonstrado que os resultados da escola Fundação Privada são satisfatórios, assim como os da rede de ensino privada, apesar de trabalhar com um público similar socioeconomicamente ao da Escola Pública Estadual.

A partir disso, pretendo, neste capítulo, discutir os fatores que podem influenciar essa disparidade de resultados entre ambas as escolas. Esses fatores foram escolhidos com base nas observações e demais dados colhidos durante a pesquisa de campo, que indicaram que esses aspectos pedagógico-administrativos, que serão destacados adiante, podem influenciar o rendimento das escolas.

Desse modo, este capítulo será dividido em seis tópicos, que tratarão dos seguintes assuntos: **1) Estado Patrimonialista, cordialidade e racionalização dos serviços educacionais; 2) democracia; 3) relações de trabalho no setor público e no privado; 4) disciplinamento de alunos e profissionais; 5) tempo letivo, e; 6) ambiente escolar.**

Para iniciar a discussão sobre a disparidade dos resultados de alunos de ambas as redes de ensino, destaca-se que, por uma questão didática e de método, será necessário discutir os seis pontos de forma separada. Isso não significa que esses pontos sejam independentes. Ao contrário, os aspectos que serão discutidos não se esgotam ao final de cada tópico (e, em alguns casos, não se iniciam no tópico), sendo possível encontrar uma breve discussão de um dos pontos em outro tópico que não o reservado para sua análise.

Os fatores e aspectos discutidos nesses tópicos não pretendem encerrar a reflexão sobre os motivos pelos quais a escola privada obter resultados satisfatórios se comparada à escola pública. A intenção é apenas iniciar o debate acerca do tema. Para tanto, foram selecionados seis assuntos dentre muitos que poderiam ter sido abordados.

2.1. Patrimonialismo, cordialidade e racionalização

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1976), a colonização do Brasil ocorreu de forma a beneficiar pequenos núcleos familiares vindos de Portugal e ficavam responsáveis por imensas faixas de terra. Essas famílias dominavam as terras em que moravam, mesmo havendo outros moradores, como escravizados e poucos agrupamentos familiares menos poderosos, muitas vezes parentes das famílias dominantes. Dessa forma, o grupo familiar dominante confundia a vacilante vida pública com seu poder privado. A família colonial predominante era a nuclear patriarcal, ou seja, o patriarca tinha poderes praticamente absolutos sobre a família. Com isso, o patriarca confundia seu poder sobre a família com o poder sobre a vida pública da província que habitava.

No seio da família, as ações dos indivíduos são movidas por afeto, personalismos etc. Desse modo, o fato de as relações familiares do patriarca se confundirem com as relações-públicas da província, teve como consequência a permanência de relações afetivas nos espaços públicos. Holanda (1976) nomeia esse tipo de ação como “cordial” e supõe que a existência da cordialidade prevaleça em diversos âmbitos da vida do brasileiro, seja em relações privadas ou públicas. Segundo Adorno (1988), da mesma forma, os espaços públicos passaram a se confundir com os privados; assim, práticas clientelistas e nepotistas tornaram-se regra no Brasil. É dessa forma que se estrutura o Estado Patrimonial: o público passa a ser uma extensão do privado.

Com o advento da urbanização e da industrialização – no caso do Brasil, principalmente, a partir do início do século XX –, um outro comportamento passou a ser cobrado dos indivíduos para o desenvolvimento da sociedade: um comportamento racional, em que agissem buscando objetivos elaborados racionalmente. Segundo Weber (2004), esse seria o comportamento próprio do desenvolvimento das sociedades ocidentais, sociedades caracterizadas por burocracias.

Mas, como destacado anteriormente, o Brasil apresenta um desenvolvimento singular, apesar de possuir características comuns às sociedades ocidentais. Para que o comportamento racional se tornasse preponderante frente ao cordial, assim como aconteceu em outras nações ocidentais, após o desenvolvimento do capitalismo, seria necessária uma verdadeira reviravolta dos valores estabelecidos, algo que as elites brasileiras se esforçaram para impedir. Essas elites se desdobraram no intuito de garantir seu *status*; assim, a nova ordem que se espalhava pelo mundo ocidental foi introduzida no Brasil com uma face singular: a mesclagem da ordem racional com a cordial. Dessa forma, o desenvolvimento do Estado brasileiro conviveu e convive com o patrimonialismo, a cordialidade e, de maneira contraditória, a racionalização dos serviços.

Na obra de Offe (1991), o autor propõe discussões introdutórias sobre o setor de prestação de serviços, no qual se caracteriza a educação escolar. Ele aborda a composição interna, a racionalização dos serviços e as relações de trabalho nesse setor.

Sobre a composição interna dos serviços, o autor destaca três formas de organização: 1) serviços comerciais; 2) serviços internos à organização e; 3) serviços públicos estatais (Offe, 1991). Neste texto, serão discutidas apenas a primeira e a terceira formas, que correspondem, respectivamente, aos serviços prestados pelas escolas privadas e públicas.

Offe (1991, p. 30) percebe que o serviço “na esfera pública distancia-se [...] das condições necessárias à aplicabilidade dos critérios da racionalidade do mercado”. Isso, segundo o autor, porque “os serviços comerciais (alocados através de preços) só são gerados enquanto seus custos globais forem menores que as receitas assim obtidas” (Offe, 1991, p. 27). Dessa forma, para o autor, a rentabilidade do serviço comercial é o fator principal que impulsiona a racionalização das relações de trabalho, visto que, se o custo do serviço ultrapassar as receitas, o negócio tenderá ao fracasso.

Weber expõe um pensamento que também aborda a busca pelo lucro na sociedade capitalista. Para o alemão, “numa ordem completamente capitalista da sociedade, uma empresa individual que não tirasse vantagem das oportunidades de obter lucros estaria condenada à extinção” (Weber, 2004, p. 26). O autor aborda, nesse trecho, o que caracteriza o capitalismo. Nesse contexto, o capitalismo é identificado com a busca do lucro. É importante ressaltar que Weber se refere a uma empresa individual orientada pelo lucro, o que não inclui os serviços públicos estatais.

Seguindo esse raciocínio, Offe (1991, p. 31) afirma que “na esfera dos serviços públicos, os métodos para decisão e alocação, derivados da racionalidade do mercado, foram definitivamente substituídos por processos político-discricionários”. Isso significa que os serviços públicos estatais não se limitam ao lucro e à racionalidade que este requer, e, conforme o próprio autor, a esfera pública não limita seus serviços aos programas “mais rentáveis”, pois o objetivo dessa forma de serviço não é a rentabilidade, mas, sim, a prestação de serviços básicos ao coletivo que o mantém através de impostos.

Pelo que é possível apreender das discussões realizadas com os autores, Weber apresenta um posicionamento semelhante ao de Offe. Segundo Barbosa *et al*, para Weber,

um dos meios através do qual [...] [a] tendência à racionalização se atualiza nas sociedades ocidentais é a organização burocrática [...] Entre os três tipos de dominação legítima, a racional ou legal é a forma de organização que mais se reduz a importância de outras influências como a riqueza, os costumes, a parentela e os amigos. Todas elas são substituídas por leis ou regulamentações administrativas. As ordens passam a ser dadas de forma previsível e estável [...] a especialização necessária para o exercício de cargos ou funções é claramente determinada (Barbosa et al, 2002, p. 139).

Assim, o setor público nas sociedades ocidentais modernas tende à racionalização devido às suas características de burocratização. Por outro lado, o setor privado apresenta uma racionalização distinta da do setor público, pois, além da organização burocrática, as empresas privadas buscam o lucro proporcionado pelas relações capitalistas de mercado, que requerem, segundo Offe, racionalidade.

A diferença de racionalização existente entre ambos os setores não é o principal fator para que o setor privado consiga desempenho satisfatório, se comparado ao público, no caso das escolas pesquisadas. Afirmar isso seria reducionista, visto que os setores têm princípios de funcionamento distintos.

Essa diferença de desempenho ocorre devido à relação cordial e patrimonialista, que acaba se inserindo de forma relevante nos processos pedagógico-administrativos, conforme será destacado adiante. Assim como ressaltam Barbosa *et al*. (2002) na citação anterior: a dominação racional é a que mais reduz a influência da parentela e dos amigos. Esse é um dos motivos para a competência gerada pela burocratização. Weber (2004, p. 29) afirma isso ao dizer que “a moderna organização racional das empresas capitalísticas não teria sido possível sem [...] a separação dos negócios da moradia da família [...] e, estritamente ligado a isso, uma contabilidade racional”. Com isso, creio que o autor tenta expor que as “relações familiares” (personalistas, afetivas, cordiais) estancam o desenvolvimento da racionalidade que poderá proporcionar um maior desenvolvimento para as atividades propostas.

Após essa discussão, será realizado um debate sobre como a cordialidade e a racionalização se inserem e são tratadas nas duas escolas, nos dois setores pesquisados. Essa é uma discussão bastante relevante para o desenvolvimento deste texto, pois o comportamento cordial e a prática de ações que demonstram a existência e a permanência do patrimonialismo poderão ser percebidos influenciando os demais pontos que serão discutidos no capítulo.

2.1.1. Fundação Privada, cordialidade e racionalização

A Fundação Privada é uma escola privada filantrópica. Assim, em tese, a partir da discussão anterior, as relações que se estabelecem nessa escola tendem a ser mais racionalizadas se comparadas

com as do setor público: a Gestora Fundação Privada C informou que iniciou sua carreira profissional na sede da Fundação Privada em São Paulo. Nessa sede, seu cargo não era o mesmo que exerce atualmente, trabalhava em outro cargo administrativo inferior hierarquicamente. Cerca de seis anos antes da pesquisa, a Fundação Privada decidiu promovê-la e enviá-la para a sede do Ceará.

O setor privado não está livre de comportamentos cordiais. Dessa forma, a promoção dessa gestora pode ter sido motivada por relações afetivas, e, não, por sua competência. Mas os dados dessa escola nos últimos anos mostram que, em relação às taxas de desempenho escolar, os alunos vêm obtendo resultados mais satisfatórios, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 28 – Evolução da taxa de desempenho escolar no Ensino Médio na Fundação Privada

Ano	2005	2006	2007
Aprovação	90%	93%	93%
Reprovação	4%	3%	2%
Abandono/Evasão	6%	4%	5%

Fonte: Direção Fundação Privada.

Outros dados apresentados anteriormente indicam resultados satisfatórios da escola durante a gestão da Gestora Fundação Privada C. Assim, há indícios de que essa funcionária foi promovida pelo seu desempenho na escola de Osasco, ou seja, uma promoção meritocrática, visto que está conseguindo melhorar os resultados de desempenho escolar dos alunos na sede cearense. Segundo a Ex-Gestora Fundação Privada A, a mantenedora de São Paulo realizou testes rigorosos com pretendentes a funcionários no Ceará, quando a sede do estado foi fundada, em 1990, conforme descreve o processo de seleção do qual participou:

Seleção pública, participando de quatro fases: prova escrita, dinâmica de grupo, entrevista individual com duas psicólogas e entrevista com a superintendência. A instituição acreditava que teria que procurar muito para achar pessoa com um bom nível [...] por isso foram tão rigorosos (Ex-Gestora Fundação Privada A).

Considerando esse relato e os dados apresentados, há evidências de que a Fundação Privada se baseia em critérios racionais para a escolha de funcionários, tentando eliminar relações cordiais, que poderiam interferir na seleção de pessoal, como, por exemplo, selecionando funcionários menos qualificados por motivos afetivos e personalistas.

2.1.2. Escola Pública Estadual, Estado Patrimonialista, cordialidade e racionalização

A Escola Pública Estadual, por ser pública, está sujeita aos mandos e desmandos do Estado Patrimonialista. Isso não significa que a racionalidade não guie as ações pertinentes ao ensino nessa escola. Para tratar desse assunto, será analisada a legislação referente à administração escolar. No Estatuto do Magistério Oficial do Estado do Ceará, podem ser encontrados textos que tanto podem alavancar quanto minar o comportamento racional do Estado, como: “Art. 12 – Administrador Escolar é o especialista com licenciatura e habilitação em Administração Escolar, feita em curso superior de graduação ou de pós-graduação” (Ceará, 1984). O Administrador Escolar deve possuir formação básica para assumir o cargo, o que pode ser identificado como um comportamento racional.

Mas o Estado também é composto por grupos políticos que podem, por exemplo, estimular a propagação de seus interesses pela sociedade por meio de ações cordiais e patrimonialistas. E que lugar seria mais interessante em inculcar valores do que a escola? Apesar dessa ferramenta, que garante a qualificação do profissional que assumirá o cargo de diretor, há outra que é garantida por esse estatuto para a escolha desse profissional: a Lista Sêxtupla.

Após a contagem dos votos das consultas para diretor, elabora-se uma Lista Sêxtupla, em que o Chefe do Poder Executivo (no caso da Escola Pública Estadual, o Governador do Estado) escolhe um dos seis nomes para assumir o cargo, conforme artigo 28, § 1º, do estatuto. Importa ressaltar que o cargo de direção é comissionado e, por isso, está sob o poder discricionário do governo estadual, logo, a eleição e a lista sêxtupla são ferramentas que podem ser ignoradas pela pessoa que chefia o Poder Executivo estadual.

Ademais, a própria eleição (ou consulta) pode abrir margem para ações não ou pouco racionais, visto que a plataforma de campanha de candidatos pode relativizar objetivos de políticas públicas educacionais.

Segundo Castro (2005, p. 66), “em vários estados, diretores de escolas básicas passam a ser submetidos a um processo eletivo. Isso significa uma regressão da influência da política partidária e do nepotismo nas escolas”. Aparentemente, o caso cearense ainda deixa margem para que influências políticas ocorram dentro da escola básica. O Governador pode, por exemplo, escolher um candidato que não venceu nas urnas ou um candidato que mais se aproxime dos interesses de seu partido. Com isso, essa ferramenta pode vir a minar a racionalização da gestão escolar por meio de ações cordiais e patrimonialistas, o que pode influenciar o rendimento dos profissionais que administram as escolas.

2.1.3. O favor e a cobrança

Em uma relação racional de serviço, quem está prestando um serviço deve fazê-lo com excelência e respeito a quem o está usufruindo. Assim, por exemplo, um professor deve respeitar seus alunos por meio do mínimo que se pode cobrar dele: não se espera que eles tenham resultados satisfatórios, como altas taxas de aprovação, visto que esse tipo de meta é relativa e depende da relação entre quem presta e quem recebe o serviço. Mas, pelo menos, espera-se que estude e planeje suas aulas, que não se atrase ou falte sem justificativa. Da mesma forma, quem está sendo atendido não está pedindo um favor; deve cobrar por um serviço bem prestado e com respeito. O trabalhador está recebendo um pagamento em troca de seu trabalho, e quem está sendo atendido por esse trabalho está, direta ou indiretamente, pagando por esse serviço.

O que foi perceptível nas entrevistas e nas observações é que os profissionais, alunos e suas famílias da escola pública possuem uma compreensão singular da relação descrita anteriormente. Um dos alunos da Escola Pública Estadual disse o seguinte quando lhe foi perguntado em qual rede de ensino havia mais rigidez na prestação do serviço:

Na [rede] privada. Eu acho que a gente encontra mais [rigidez], porque, como os pais estão pagando, a cobrança mesmo não vem da escola, vem dos pais. Se a escola não for do jeito que os pais querem que a escola seja, eu acho que uma escola privada não dura muito tempo (Aluno Escola Pública Estadual A).

A fala do aluno indica, inicialmente, uma compreensão distorcida sobre prestação de serviço nos setores: os cidadãos pagam impostos, principalmente, de forma indireta, ou seja, embutidos em mercadorias. Essa é uma realidade para as pessoas mais pobres, que não declaram impostos de renda. Esses impostos formam o fundo público, que se converte em verbas públicas, as quais financiam a manutenção dos serviços públicos em geral. Assim, esse aluno e sua família pagam pelo serviço que os profissionais da Escola Pública Estadual prestam.

Um outro aluno, ao falar sobre os resultados positivos dos alunos da escola privada, acaba também se referindo aos serviços como favor:

Acho que porque os alunos da escola pública, a maioria, bagunçam. Os da escola privada, não, porque os pais pagam mensalidade cara, mas eles sempre estão ali “pegando no pé”, por isso que eles conseguem ser mais, não tão mais inteligentes, mas conseguem ser mais estudiosos, prestar mais atenção às aulas. Porque eles têm “um certo”, por causa dos pais, de brigar, fazer alguma coisa do tipo. Eles se esforçam, dão tudo de si para passar no final do ano (Aluno Escola Pública Estadual B).

O aluno se refere ao comportamento dos alunos da escola pública e de suas famílias em relação ao serviço público como favor. Como se pode perceber, o aluno vê a indisciplina dos alunos da escola pública como uma consequência do “afrouxamento” dessa rede de ensino devido à simbologia que significa não pagar por um serviço. Como os pais da escola privada pagam pelo serviço, podem “pegar no pé” de professores e de gestores, diferentemente dos pais da escola pública. Na

fala, o pagamento está ligado à qualidade do serviço. Como os impostos, em geral, são cobrados indiretamente, esse “pagamento” não é visualizado pelos sujeitos.

Alguns interlocutores da Escola Pública Estadual admitem que essa relação de pagamento, direto ou indireto, influencia a forma como os sujeitos percebem a prestação de serviços escolares:

Todo mundo tem a visão que a escola pública é gratuita. Não é, ela não é gratuita. Muito pelo contrário, ela é paga, só que ela é paga por uma coletividade [...]. As pessoas têm a visão de que é de graça, e tem uma coisa que é pior: que pelo fato de ser de graça, não pode ser bom! Então, é como se o fato de ser de graça legitimasse que não pode ser bom. A gente tem a noção também de que o que é bom é pago, o que é bom é caro (Professora Escola Pública Estadual B).

A professora entende que os pais não cobram uma prestação de serviço bem desempenhada na escola pública devido à visão que têm de gratuidade da mesma. Ademais, segundo a professora, os pais se conformam com uma prestação de serviço deficiente por causa dessa característica. Ou seja, o entendimento da docente é de que esses indivíduos compreendem que os profissionais da escola pública lhes oferecem um favor e não uma obrigação, como funcionários contratados que devem se submeter a estatutos.

Essa é uma relação complicada e que realmente chega a confundir pais e alunos das escolas, como é identificado na fala seguinte, em que uma aluna da Escola Pública Estadual comenta a opinião de sua mãe sobre as diferenças entre escolas públicas e privadas (no caso, particulares):

A minha mãe fala muito que há muita diferença entre a escola pública e a escola particular, porque na escola particular, os pais exigem o aprendizado do aluno. Eu tenho um filho, aí eu chego na escola e digo: “por que meu filho está com essa nota? O que aconteceu com ele em sala?”. Porque a mãe acompanha o filho, né. Ela cobra do professor, porque ela paga aquela escola para ele aprender. Aqui [Escola Pública Estadual] é uma escola que é remunerada também. Não é a gente que paga, né. Mas é remunerada pelo... pelo, né, pelo... pelo governador, né... pelo governador aí, né, que paga a escola (Aluna Escola Pública Estadual C).

A fala da aluna é emblemática ao refletir sobre a simbologia do pagamento direto à escola. A opinião da mãe, no início, sobre a exigência dos pais como um potencializador da aprendizagem dos filhos. Essa é uma atitude que pais de escola pública também podem ter. No entanto, logo em seguida, esclarece que o pagamento direto à escola é uma espécie de “pré-requisito” para tal exigência. Após isso, deixa transparecer que o pagamento por parte do aluno e sua família ocorre apenas em escolas privadas particulares: a escola pública “não é a gente que paga”, diz. A aluna se confunde ao tentar dizer quem realiza os pagamentos na escola pública e acaba afirmando que é o governador do estado. Dessa forma, é compreensível na fala que os serviços prestados pela escola pública podem ser confundidos com favores por parte de quem os recebe.

Não são apenas os alunos e suas famílias que se confundem com essa relação. Os professores também podem não compreendê-la, como se pode perceber nos relatos a seguir, que tratam dos atrasos e faltas dos professores no Escola Pública Estadual:

O professor que chega 07h50min, sendo 07h30min [o horário para chegar]. Ele não é profissional, esse aqui não é o emprego dele? Não é o que dá o sustento dele? Por que ele não chega no horário? O professor tem que valorizar onde ele está ganhando. Eu acho que tem que rever muita coisa: o profissionalismo, o compromisso. Se pressionar mais, o negócio anda, não é, não? Se pressionar o negócio anda (Professora Escola Pública Estadual A).

A docente faz uma crítica a colegas que não respeitam as regras básicas do estabelecimento, indicando falta de profissionalismo e de compromisso dessas pessoas. No mesmo sentido, o relato a seguir trata da diferença entre o compromisso dos professores nas escolas públicas e privadas, segundo uma aluna:

Eu acho que na [escola] privada os professores são mais bem remunerados. Eu acho que os alunos são mais dedicados, alguns. Mas eu acho que a base ali é a remuneração. É o que eles [os professores da Escola Pública Estadual que também ensinam em escolas privadas] passam pra gente: lá [nas escolas privadas] eles recebem dinheiro, bônus. Aqui [na escola pública] é garantido, eles dizem que é melhor porque aqui podem faltar, botam um atestado. E lá, não, lá têm o compromisso (Aluna Escola Pública Estadual C).

Nos relatos, é perceptível que alguns professores não compreendem a relação de trabalho a que estão sujeitos. Segundo esses relatos, alguns profissionais desrespeitam regras básicas do setor público, evidenciando um desrespeito pelos alunos e suas famílias. Mesmo que indiretamente, essas famílias pagam pelo serviço prestado, pois os impostos, que sustentam a escola pública, são contribuídos por todos, incluindo os alunos e suas famílias. Alguns professores chegam a expressar, de maneira explícita, a forma como lidam com seus cargos públicos: “lá recebo, me esforço, aqui, não”. Isso deixa claro que esses profissionais, em suas palavras, demonstram uma atitude de descompromisso e desrespeito com a função pública que exercem.

Não há racionalização da relação de trabalho. Os professores tratam o cargo público que ocupam como se fosse algo privado, que não necessita prestar contas às hierarquias e aos recebedores do serviço: “é melhor porque aqui podem faltar [...] lá têm compromisso”. Os professores respeitam as regras na escola privada porque sabem que nesse ambiente as relações são extremamente racionalizadas, podem ser punidos pela indisciplina, sanção baseada nas regras da burocracia.

Na escola pública, conforme os relatos, as relações são descritas como “afrouxadas”. Os professores não prestam contas nem aos alunos, com quem têm um contato mais direto, e chegam, em alguns casos, a expor suas próprias ações indisciplinadas, o que pode ser visto como um reflexo do patrimonialismo que ainda persiste no Estado brasileiro. A Professora da Escola Pública Estadual A sugere uma possível solução para evitar esses abusos: a racionalização das relações de trabalho, que incluiria “pressionar” e punir atitudes indisciplinadas dos profissionais da escola pública, buscando uma maior responsabilização e comprometimento com o serviço público.

A mesma professora da Escola Pública Estadual relatou o caso de um companheiro de trabalho que tem um segundo emprego em uma escola privada:

Nós temos um professor aqui que trabalha [numa escola privada particular] e lá ele fala o seguinte: lá ele não pode chegar atrasado e aqui ele chega atrasado. Por que lá ele não pode chegar atrasado e aqui ele chega? Porque aqui todo mundo passa a mão [na cabeça], não é, não? Os alunos mesmos falam: “nós não podemos chegar atrasado dez minutos, mas os professores chegam dez, vinte minutos atrasados”. E ele vá chegar [atrasado na escola privada] para você ver se ele não vai levar “três chininhos” [punição] (Professora Escola Pública Estadual A).

Por intermédio desse relato, é possível compreender como a professora enxerga as diferenças de relações de trabalho nos setores público e privado. Na escola pública, ela observa uma dificuldade ou até mesmo a inexistência de cobrança em relação ao cumprimento dos horários dos professores, “todo mundo passa a mão [na cabeça]” (provavelmente, se referindo aos gestores), abrandam a responsabilização. Já na escola privada, o professor sabe que, se se atrasar, será punido, no mínimo, com um desconto em seu salário. A possibilidade de demissão ou ameaças também está presente. A racionalização das relações de trabalho é efetivada na rede privada, e, conforme o relato da professora, a punição é uma forma eficaz para isso²¹.

A Fundação Privada é uma escola privada filantrópica, ou seja, não será possível discutir sobre a simbologia do pagamento direto e a percepção que os sujeitos pagantes têm dessa situação, pois os alunos dessa escola e suas famílias não pagam diretamente pelos serviços que lhes são prestados. Para haver a mínima compreensão sobre a simbologia do pagamento direto para a efetivação eficaz de serviços, a Ex-aluna Fundação Privada A e o Ex-aluno Fundação Privada B relataram que seus pais também não cobravam da direção da escola, pois não se sentiam na obrigação de fazê-lo pelo fato de o serviço ser prestado de graça.

Por meio dessa discussão, é possível compreender que comportamentos cordiais/patrimonialistas afetam ações dos profissionais da Escola Pública Estadual. Essas ações acabam por prejudicar os serviços prestados e, conseqüentemente, o aprendizado dos alunos, visto que acarretam faltas dos professores, atrasos nas aulas etc. Já na escola Fundação Privada, as ações possuem um viés mais racional: há seleção com várias fases para a escolha de novos profissionais, além de promoções baseadas no desempenho satisfatório dos profissionais.

21 Sobre a disciplina, suas causas e conseqüências, há tópico específico para essa discussão mais adiante.

2.2. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e democracia

Esse é um assunto importante nessa discussão. Este texto aborda educação escolar, que pode ser tida como responsável pela socialização das novas gerações, conforme discute Durkheim:

Cada sociedade [...] possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível. É uma ilusão acreditar que podemos educar nossos filhos como queremos. Há costumes com relação aos quais somos obrigados a nos conformar; se os desrespeitarmos, muito gravemente, eles se vingarão em nossos filhos. Estes, uma vez adultos, não estarão em estado de viver no meio de seus contemporâneos, com os quais não encontrarão harmonia. Que eles tenham sido educados, segundo ideias passadistas ou futuristas, não importa; num caso, como noutro, não serão de seu tempo e, por consequência, não estarão em condições de vida normal. Há, pois, a cada momento, um tipo regulador de educação, do qual não nos podemos separar sem vivas resistências, e que restringem as veleidades dos dissidentes (Durkheim, 1965, p. 36-37).

Para que as novas gerações “estejam em seu tempo”, é necessário que apreendam os valores relativamente democráticos da sociedade brasileira, então pode ser importante que a prática democrática seja de alguma forma trabalhada por essas escolas, visto que é um valor que está se estabelecendo aos poucos no país, desde a Constituição Federal de 1988, que garante o sufrágio

universal, direitos iguais etc. Este texto tratará como democracia a participação dos alunos e de suas famílias em processos que envolvam a administração da escola, ou seja, um processo participativo. Se a escola presta serviços àqueles, então buscar-se-á saber até que ponto podem influenciar no serviço que lhes é prestado.

2.2.1. Fundação Privada e democracia

Pelas observações feitas na Fundação Privada, entrevistas realizadas com ex-professores, ex-funcionários e ex-alunos, além de informações cedidas pela direção da escola, foi possível perceber que a participação dos alunos e suas famílias na administração da escola possui restrições:

O aluno não tem muita voz. Se você reclamasse não tinha jeito, era daquela forma e pronto. Se você achasse ruim, assim ficava. Se você achasse professor ruim, não adiantava (Ex-aluna Fundação Privada A).

Os processos de participação dos pais se davam apenas no comparecimento às reuniões para esclarecimentos quanto à proposta pedagógica (para que pudessem respeitar os encaminhamentos pedagógicos inerentes à proposta), informes da escola e do desempenho dos alunos, em termos de aprendizagem e de comportamento [...] Tratava-se muito mais de um chamamento para a colaboração efetiva, na condução dos processos que a Instituição considerava importantes e válidos para o sucesso, em termos de aprendizagem e de conduta dos alunos (Ex-Gestora Fundação Privada A).

Considerando esses relatos, na Fundação Privada não há um espaço garantido para que pais e alunos contribuam na construção do processo pedagógico-administrativo da escola. Segundo a ex-aluna, os alunos sequer tinham influência sobre processos que os envolviam diretamente e nos quais, portanto, possuíam mais propriedade para opinar, como, por exemplo, no caso de um professor que desenvolvesse uma didática que, na visão dos alunos, prejudicasse o aprendizado.

No relato da ex-gestora, apesar de ter sido questionada sobre a participação de pais e alunos, sequer comentou sobre a participação destes, o que pode demonstrar uma total falta de espaço para que os alunos possam contribuir com a administração da escola. Já a participação dos pais é restrita ao conhecimento das normas e regras escolares para que possam respeitá-las e cumpri-las.

O espaço para pensar ou mesmo opinar sobre alguns processos é ocupado por profissionais que, por meio de seus conhecimentos técnicos, são responsáveis por desenvolver o processo de aprendizagem. A responsabilidade pelos projetos educacionais, métodos de efetivação destes e resultados obtidos era puramente de profissionais qualificados para tal. De fato, são os profissionais que possuem os conhecimentos técnicos adequados para a elaboração de ações educativas. Todavia, a ausência total de participação do público, conforme indicam os relatos, chama a atenção.

2.2.2. Escola Pública Estadual e democracia

Na Escola Pública Estadual, os espaços de participação dos alunos e suas famílias são garantidos por lei federal, segundo a Constituição Federal de 1988: “Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Brasil, 1988).

A lei que rege a gestão democrática no Ceará é o Estatuto do Magistério Oficial do Estado do Ceará, além do Regimento Interno da própria escola. Na Escola Pública Estadual, alguns instrumentos da gestão democrática são: consultas para diretor, Conselho Escolar, além do Grêmio Estudantil, que será discutido em outro tópico.

A discussão será iniciada tratando das consultas para diretor. Conforme destacado anteriormente, o Administrador Escolar necessita de uma formação básica, mas, além disso, as escolas podem votar nos candidatos que concorrem ao cargo de diretor. Nessas consultas, qualquer pessoa que possua a qualificação mínima exigida (e que passe por um processo de seleção) pode se candidatar ao cargo. Todos os profissionais, alunos e pais, que compõem a escola, podem votar na consulta. Essa ferramenta garante que os indivíduos que recebem o serviço prestado possam, de certa forma, interferir nos rumos que podem ser tomados na gestão escolar.

Em relação ao Conselho Escolar,

é um organismo colegiado que se caracteriza como mecanismo de participação da comunidade e controle social da gestão escolar. Tendo por base os princípios da representatividade, proporcionalidade, paridade e temporalidade, o Conselho é formado pela representação de todos os segmentos escolares, sendo 50% composto por pais e alunos e 50% por professores e funcionários. Tem também assento nesse colegiado 1 (um) representante do Núcleo Gestor da escola e 1 (um) representante de entidades da sociedade civil organizada, escolhido em comum acordo dentre as organizações atuantes na área de abrangência da Unidade Escolar²²

Dessa forma, o Conselho Escolar possui autonomia e abrange todas os segmentos que compõem a escola (inclusive, funcionários e professores), assim, talvez até mais do que as próprias consultas para diretor, esses segmentos podem influenciar na gestão escolar, por meio das seguintes competências: deliberando, consultando, normatizando, fiscalizando e avaliando²³.

Além do Conselho Escolar, os pais e a comunidade podem participar da elaboração de outros documentos da escola. Documentos que, inclusive, trabalham com estratégias e metas para alcançar resultados, conforme se verificar na fala da Gestora Escola Pública Estadual A:

No momento da elaboração desses documentos que se constituem na GIDE [Gestão Integrada da Escola], que é onde tem toda a proposta pedagógica da escola, administrativa, [todos os segmentos que compõem a escola] foram chamados no momento da sua elaboração [...]. A orientação é que esses documentos sejam construídos conjuntamente, com a participação e a representatividade de todos os segmentos. Lógico que a gente não pode chamar todos os pais para elaborar uma GIDE, nem o Regimento, mas tem que ter a participação da representação desses segmentos, até para que tenha legitimidade (Gestora Escola Pública Estadual A).

A partir dos dados analisados, é possível afirmar que a gestão democrática é efetivada na escola pública, o que pode criar uma ótima relação entre a comunidade e a escola, conforme se pode observar na fala da Gestora Escola Pública Estadual A.

Apesar disso, são feitos questionamentos: de que forma essa participação contribui no aprendizado dos alunos? Um ambiente em que se possa participar e ter voz potencializa o aprendizado desses alunos ou os resultados dessa participação são observados em outro campo, como o da formação cidadã, por exemplo? Essa discussão, apesar de importante, não será realizada neste texto, por não fazer parte de seus objetivos.

22 Texto reproduzido do site da Secretaria de Educação Básica – CE. Disponível em: http://www.seduc.ce.gov.br/educacao/comunidade_site.asp . Acesso em: 30 out. 2008.

23 Disponível em: http://www.seduc.ce.gov.br/educacao/comunidade_site.asp . Acesso em: 30 out. 2008.

2.3. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e relações de trabalhos

As relações de trabalho em ambas as escolas são aspectos importantes no que diz respeito ao desempenho tanto dos professores quanto dos alunos. Este tópico será iniciado com uma descrição do que foi encontrado em ambas as escolas em relação ao trabalho dos professores. Este tópico necessita ser lido e refletido com parcimônia, visto que serão comparadas categorias de trabalho bastante distintas: 1) regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para profissionais do setor privado; 2) regulamentada pelo Estatuto do Funcionalismo Público Civil do Estado do Ceará e pelo Estatuto do Magistério Oficial do Estado do Ceará, para profissionais do setor público (funcionários públicos).

As direções das escolas não autorizaram o acesso do pesquisador a alguns documentos referentes ao serviço prestado pelos professores. Na época da pesquisa, ainda não existia a Lei Geral de Proteção de Dados no país, mas, hoje, provavelmente a lei justificaria a recusa. Com isso, a análise a ser realizada nesse espaço terá como método: observações, entrevistas e os documentos citados no parágrafo anterior.

A Lei nº 10.884/84 dispõe sobre o Estatuto do Magistério Oficial do Estado do Ceará. O Estatuto prevê que, aos docentes do setor público, são assegurados alguns direitos do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará. Ou seja, o estatuto do magistério é complementado pelo estatuto dos funcionários civis.

Além disso, a CLT, que regulamenta as relações de trabalho no Brasil, não se aplica aos funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios, conforme seu art. 7º, alínea c.

2.3.1. Escolas públicas e privadas e estabilidade no cargo

Os professores que ensinam na Escola Pública Estadual são contratados via concurso público, no caso dos efetivos, ou por seleção pública, no caso dos temporários. Estes representam aproximadamente 10% do corpo docente da Escola Pública Estadual, segundo a gestora da

instituição, sendo contratados por tempo indeterminado e determinado, respectivamente.

Esses profissionais passam por uma seleção que compreende prova escrita e de títulos, ou prova de títulos e entrevista (quando de caráter emergencial). Essa seleção meritocrática tem como objetivo garantir, minimamente, que os indivíduos que participam do processo não sejam beneficiados ou prejudicados na contratação para o setor público por possíveis atitudes personalistas dos responsáveis pelas contratações. Além disso, busca assegurar a mínima qualificação dos contratados.

O professor efetivo passa por um estágio probatório durante três anos. Após esse período, o profissional é incorporado ao serviço público com a estabilidade, que é um direito do servidor público, conforme consta no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará: “Art. 73 – Estabilidade é o direito que adquire o funcionário efetivo de não ser exonerado ou demitido, senão em virtude de sentença judicial ou inquérito administrativo, em que se lhe tenha sido assegurada ampla defesa” (Ceará, 1974).

Esse direito garante a permanência do funcionário público no trabalho, exceto nas situações destacadas no Artigo 73. Assim, mesmo que o docente não tenha desempenho satisfatório (taxas altas de reprovação na disciplina da qual é responsável, por exemplo), seu emprego é garantido.

No setor privado, regido pela CLT, não existe tal estabilidade para o trabalhador. O que coloca o profissional sempre em estado de alerta, tendo que garantir seu emprego todos os dias, sendo o mais eficiente possível. A escola privada utiliza seus resultados para conseguir mais clientes (alunos e suas famílias). Assim, caso um professor não obtenha resultados satisfatórios a escola pode ser prejudicada pela falta de novos clientes e até a perda dos atuais. Com isso, pode ser mais interessante para a direção da escola demitir o profissional com resultados insatisfatórios e contratar outro que o substitua.

Importa ressaltar que a estabilidade é um importante direito de trabalhadores do setor público e isso não significa que seja utilizado intencionalmente para a baixa produtividade ou para a quebra de regras estatutárias. Ademais, a estabilidade pode contribuir com o bom funcionamento do serviço público ao evitar que desmandos e ordens irregulares ou ilegais sejam efetivas.

2.3.2. Escolas públicas e privadas, salário e carga horária do docente

Fator que influencia no desempenho do docente é o salário pago em troca da prestação de serviço (Barbosa, 2012). Um salário maior garante ao profissional uma melhor qualidade de vida, o que pode ter como consequência um melhor desempenho na profissão. Um exemplo disso é o fato de um mesmo professor precisar trabalhar em duas ou mais escolas para poder atingir sua

expectativa salarial. Com isso, o professor terá menos tempo para planejar aulas, realizar atividades extraclasse, estudar etc. O profissional terá, inclusive, menos tempo para lazer, o que pode impactar seu desempenho negativamente. Ademais, os baixos salários levam a menos consumo cultural, que pode ser relevante para a atividade docente.

Para os docentes dos setores público e privado, as regulamentações salariais são distintas. No setor público é realizado contrato entre o Estado e o profissional, estabelecendo salário, carga horária semanal e porcentagem da carga horária para planejamento de aulas, conforme o Estatuto do Magistério Oficial do Ceará, em seu Art. 32: “O regime de atividade semanal do Professor será de 20 ou 40 horas” (Ceará, 1984). Já no setor privado, o profissional recebe por hora-aula ministrada, conforme a CLT, em seu art. 320: “A remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários” (Brasil, 1943), é o chamado “horista”. Diante disso, o profissional do setor público tem mais garantias: de um salário fixo, de carga horária, de tempo para planejamento de aulas etc.

Além disso, em 2009, os docentes efetivos do setor público têm direito a um plano de carreira e a algumas gratificações, que levam em consideração suas titulações e cargos que ocupam. Os docentes temporários não têm esses direitos. Na Fundação Privada, independentemente da escolaridade do professor, a hora-aula vale a mesma quantia, segundo o Gestor Fundação Privada B.

No setor privado, o profissional não possui as mesmas garantias de docentes efetivos do setor público, pois pode ser contratado para um regime baixo de carga horária e esse regime pode ser alterado de tempos em tempos a depender da demanda de alunos. Assim, muitas vezes, esse profissional tende a buscar um segundo emprego (terceiro, quarto...) para poder atingir sua expectativa salarial. Isso é estabelecido pela CLT, que tanto flexibiliza a remuneração dos docentes dependendo de sua carga horária semanal, quanto fixa o salário nos seguintes termos:

Art. 81 – O salário mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que “a”, “b”, “c”, “d” e “e” representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto (Brasil, 1943).

Como se pode perceber, o salário mínimo reservado ao trabalhador, segundo a própria lei que o regulamenta, não inclui o lazer nem outros direitos. O salário mínimo deve compreender apenas as necessidades mais básicas, suficientes para garantir ao trabalhador a reprodução de sua força de trabalho e a manutenção de sua condição subalterna de empregado. Desse modo, o profissional, muitas vezes, necessita de um segundo emprego para alcançar sua expectativa salarial. Nesse contexto, o lazer e outros direitos ficam prejudicados não apenas pela falta de dinheiro, mas também pela falta de tempo.

No caso do salário dos docentes, a Fundação Privada apresenta uma especificidade: por ser uma instituição filantrópica, paga melhores salários do que as escolas particulares que visam o lucro. Em um questionário aplicado aos professores de ambas as escolas, foram obtidos os seguintes resultados referentes à renda mensal exclusivamente nas escolas pesquisadas:

Tabela 29 – Renda mensal dos professores, somente na escola pesquisada, da Fundação Privada e Escola Pública Estadual

	Até 2 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos
Fundação Privada	Zero	60%	40%
Escola Pública Estadual	33%	66%	Zero

Fonte: Pesquisa de campo.

Como se pode perceber, 100% dos professores da Fundação Privada recebem, pelo menos, dois salários mínimos e, destes, 40% recebem cinco ou mais salários. Já na Escola Pública Estadual, 33% recebem até dois salários mínimos e nenhum professor recebe mais de cinco salários. A partir de entrevistas com ex-professores da Fundação Privada, que também ensinavam em escolas particulares, foi percebido que estas pagavam valores diferenciados aos diversos professores, dependendo de seu desempenho em sala de aula, o que era avaliado pelos próprios alunos por meio de enquetes.

Nessas escolas [particulares] havia uma hierarquia de professores. Essa hierarquia se dava por uma enquete. Os professores que eram bons na enquete, que os alunos gostavam dele, aí a direção fechava os olhos. Eu era “estrela” nessas escolas. Até o preço da hora-aula era diferenciado [entre os professores] (Ex-professor Fundação Privada A).

Esse relato indica um escalonamento dos professores que era definido pela avaliação dos próprios clientes, os alunos. Isso se refletia em duas situações: 1) os salários dos professores eram proporcionais ao seu desempenho ou à sua performance²⁴; 2) esse desempenho garantia a “estabilidade” do profissional, conforme discutido anteriormente: o professor do setor privado está ameaçado constantemente pelo desemprego, logo, necessita demonstrar desempenho satisfatório diariamente. A rede privada regulamenta a questão do trabalho de forma que o desempenho e a disciplina do profissional sempre estarão regendo sua situação, conforme destaca o relato a seguir:

A estabilidade [do docente no cargo] era garantida por alguns critérios: desempenho em termos do que isso representava na aprendizagem dos alunos, assiduidade, pontualidade e cumprimento às normas da instituição (Ex-Gestora Fundação Privada A).

Em relação ao número de professores que possuem outro emprego, o número não se distanciou nas duas escolas:

Tabela 30 – Porcentagem de professores que possuem outro(s) emprego(s) na Fundação Privada e Escola Pública Estadual

Fundação Privada	60%
Escola Pública Estadual	61,5%

Fonte: Pesquisa de campo.

O número de professores da Escola Pública Estadual que tem outro emprego é, inclusive, um pouco superior ao da Fundação Privada. Talvez isso seja uma consequência dos salários relativamente baixos daquela escola, se comparados com os desta, conforme Tabela 29. Dessa forma, os professores necessitam buscar outros empregos, complementando, assim, sua renda

familiar. Apesar disso, a carga horária semanal dos professores da Fundação Privada é um pouco maior do que a dos professores do Escola Pública Estadual:

Tabela 31 – Carga horária semanal média dos professores da Fundação Privada e Escola Pública Estadual, contando outros empregos, se houver.

Fundação Privada	50,2 horas-aula
Escola Pública Estadual	46,7 horas-aula

Fonte: Pesquisa de campo.

Pelo que se pode perceber, as cargas horárias dos docentes de ambas as escolas são bastante altas e ultrapassam o limite de 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho por semana, estabelecido como o máximo permitido para um indivíduo (Brasil, 1988, art. 7º, XIII). Essa situação, provavelmente, ocorre devido aos salários reduzidos, o que pode contribuir para uma diminuição no desempenho desses profissionais. Apesar disso, a realidade de baixos salários é mais evidente na Escola Pública Estadual, conforme pode ser observado na Tabela 29.

2.3.3. Escolas Públicas e Privadas e vantagens ao docente

Um emprego que atraia bons profissionais deve oferecer vantagens a seus empregados (Barbosa, 2012). O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará (Ceará, 1984) possui capítulo reservado às vantagens e aos benefícios dos servidores. Já a CLT (Brasil, 1943) não possui tal destaque. Esses serão os documentos analisados a seguir.

Este tópico será iniciado tratando das vantagens relacionadas às férias do trabalhador. Segundo o artigo 130 da CLT, a cada doze meses de trabalho, o empregado terá direito a trinta dias de férias. Ademais, as férias são concedidas no período que melhor convier ao empregador, conforme o artigo 136. No Estatuto do Magistério Oficial do Estado do Ceará, está previsto em seu artigo 39 que: “O profissional do Magistério de 1º e 2º Graus gozará 30 (trinta) dias de férias anuais após o 1º semestre letivo e 15 (quinze) dias após o 2º período letivo”, totalizando 45 (quarenta e cinco) dias de férias anuais para os docentes do setor público — 50% a mais em relação ao período de férias do setor privado, o que representa um grande atrativo.

Outro ponto vantajoso para o funcionário público é o afastamento para seu “aperfeiçoamento, qualificação, especialização e atualização”, conforme o Artigo 51 do Estatuto do Magistério

24 Foi incluída a categoria performance porque a avaliação do alunado poderia considerar vários fatores, incluindo aqueles contrários ao desempenho acadêmico dos docentes, como, por exemplo, a amizade, o humor etc.

Oficial, além de ter acesso à bolsa de estudo para continuação dos estudos, quando for indicado pela Secretaria de Educação, como consta no Artigo 62 do referido documento. Na rede pública do Ceará, também existe a possibilidade de afastamento para cursar mestrado ou doutorado.

Caso o professor da rede privada queira se “aperfeiçoar, qualificar, especializar e atualizar”, provavelmente, necessitará custear tal processo e ainda conciliar com o trabalho, pois a CLT não prevê a garantia de afastamento do trabalhador. Apesar disso, algumas escolas privadas oferecem capacitações e qualificações aos profissionais. Esses pontos de vista são expostos por ex-professores da Fundação Privada:

Uma escola [particular] em que eu ensinei oferecia [capacitação]. Segunda à tarde, fazia parte da carga horária do professor. Eram cursos que os professores faziam. Em outra escola, eram aos sábados. Aquela hora-aula era paga pela escola (Ex-professor Fundação Privada A).

A escola particular é um “mercantil”, ela está ali pra vender mercadoria [...] Na escola particular, estuda quem paga e o professor ali é um operário que tem que render. Em nenhuma escola particular em que eu passei dava incentivo ao professor, não existe isso nas escolas particulares (Ex-professor Fundação Privada B).

Conforme destacam os professores, algumas escolas particulares ofereciam cursos durante a semana e aquela carga horária era paga ao professor, segundo o Ex-professor A. Mas isso não é uma regra, como se pode perceber pelo relato do Ex-professor B. Além do mais, essas capacitações não possuem o mesmo nível de uma pós-graduação.

Aspecto significativo para um bom rendimento do professor é a reserva de tempo para que possa planejar aulas e estudar. Segundo o Estatuto do Magistério Oficial, em seu Artigo 33: “Da carga horária semanal para docente, 1/5 (um quinto) será utilizado em atividades extraclasse, na escola”, ou seja, o professor tem uma reserva de 20% de sua carga horária para atividades extraclasse: correção de provas e trabalhos, planejamento de aulas, estudos etc.²⁵

No setor privado, não existe um valor fixado de reserva de tempo para atividades extraclasse, apesar disso, algumas escolas oferecem tal benefício:

Das escolas [particulares] em que eu ensinava na época da [Fundação Privada], eu só tinha [reserva de tempo para planejamento] em uma. Mas não quer dizer que nas outras particulares não tenham. Não era o ideal, umas duas horinhas por semana. No geral, acabavam virando reunião de supervisão (Ex-professor Fundação Privada A).

Algumas escolas reservavam pouco tempo para esse tipo de atividade e, em muitos casos, segundo o Ex-professor A, acabavam tendo outra utilidade que não o planejamento de aulas, estudos etc. Essa situação não deixa tempo para que o professor se prepare e se aperfeiçoe, além de contribuir com seu desgaste físico e mental, pois terá que utilizar o tempo que deveria usufruir com lazer, descanso etc. para realizar essas atividades.

Novamente, o profissional da escola privada tem desvantagem em relação ao da escola pública. Apesar das vantagens apresentadas, existe uma disparidade nos resultados de desempenho de ambas as escolas, assim como entre as respectivas redes. Isso pode ser consequência de todos os fatores discutidos neste capítulo. Por exemplo, um professor pode receber um ótimo salário, ter estabilidade, gozar de férias prolongadas, entre muitos outros benefícios, mas sempre chega atrasado e não sofre nenhuma sanção por isso. Ao contrário, um professor recebe salário baixo, trabalha em três escolas distantes, etc., mas, sempre que um aluno está com resultado insatisfatório em sua disciplina, tem a atenção chamada pela direção da escola. Essas são ocasiões que se mostram factíveis na realidade das escolas públicas e privadas.

2.4. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e disciplina

Assunto relevante e que pode ter influência sobre os resultados dos alunos é a disciplina, o comportamento, a obediência às regras. Disciplina não só dos alunos, mas de todo o corpo escolar: professores e gestores também.

Se as escolas forem compreendidas como locais de transmissão de valores e de socialização das novas gerações, como sugere Durkheim (1999), para que essas novas gerações preservem a

25 Em 2011, a rede pública do Ceará passou a implementar a Lei do Piso Salarial do Magistério, garantindo 33% de carga horária para atividades extraclasse.

unidade das instituições das gerações antecessoras, é necessário que as formas de transmissão desses valores sejam excelentes. Uma maneira de alcançar isso seria disciplinando as crianças, de forma que elas assimilem com maior facilidade os valores tradicionais, tornando o ensino e o tempo dedicado a isso mais úteis.

Há condicionantes no parágrafo anterior que precisam ser discutidos. Primeiramente, não há consenso sobre qual é o papel da escola, que tipo de escola a sociedade precisa e quais valores devem ser considerados. Além disso, a educação pode ter um papel mais relevante do que a simples transmissão de saberes, sendo uma problematizadora do conhecimento e da realidade. Dito isso, a depender dos objetivos da escola e da sociedade, a busca pela disciplina pode atrapalhar mais do que contribuir. Apesar disso, a partir da pesquisa executada, foi necessário realizar a discussão sobre disciplina. Feita essa ressalva, será iniciada a discussão sobre o tema.

Segundo Foucault (1987), a observação das ações e sua consequente ameaça de punição são formas eficazes de disciplinar os indivíduos. Isso porque, quando um indivíduo se sente observado e, conseqüentemente, ameaçado de ser punido devido a essa observação, é provável que aja da forma que o observador espera. Com isso, através de fiscalizações constantes e “sanções normalizadoras”, que contribuem para gerar a disciplina, esse indivíduo internalizará as normas de conduta propostas pelo observador (Foucault, 1987).

Segundo Foucault (1987, p. 25-26), as relações de poder que são investidas no corpo estão ligadas “à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido de relações de poder e de dominação [...] o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”. Para o autor, a submissão proporcionada pela disciplina gera eficiência (gestos eficientes, extração de maior produtividade por tempo etc.), o que torna o indivíduo uma máquina produtora, o torna útil.

Com isso, a disciplina empregada em uma escola, por exemplo, visa garantir que alunos e professores possam produzir o máximo possível durante o tempo em que estão na sala de aula: o professor ministrando o máximo de assuntos com a maior eficiência possível e os alunos assimilando o máximo de conteúdo, contribuindo para a boa execução dos trabalhos docentes.

2.4.1. Fundação Privada e disciplina

Na Fundação Privada, esse tipo de comportamento em que as crianças devem internalizar as normas correntes, é regra e bastante fiscalizado. Em uma visita realizada durante a pesquisa de campo na escola, a Gestora Fundação Privada C autorizou que o pesquisador fizesse observações do ambiente escolar, mas, para tanto, tinha que estar acompanhado, a todos os instantes, por um profissional da escola: o inspetor escolar. Esse profissional tem como função, segundo sua própria definição, “fiscalizar os alunos e combater irregularidades”. Isso indica a preocupação da escola em fiscalizar tudo o que ocorre em seu espaço físico e combater o que foge às normas, garantindo a disciplina de corpos e de mentes. Em nenhum momento das observações, o inspetor se afastou do pesquisador, cumprindo à risca a ordem da direção da escola.

Esse funcionário informou que, na escola, os alunos do sexo masculino não podem ter cabelos longos, brincos ou barba. Note-se que essas três características estão (ou estavam) ligadas à rebeldia adolescente, à quebra de normas sociais vigentes, proporcionadas pelas novas gerações. A partir dessa visão, uma pessoa que está se formando e se preparando para assumir seu lugar na vida adulta (que pode e é confundido com o mundo do trabalho) não pode ter sua imagem ligada à rebeldia, à desordem.

A respeito do comportamento: uma coisa que não faz sentido na [Fundação Privada]: o homem não pode ter brinco, cabelo comprido, barba [...] Não pode ter *piercing*, tatuagem [...] Eles diziam que estavam preparando a gente para o mercado de trabalho. O mercado de trabalho não ia aceitar, então a escola também não ia (Ex-aluna Fundação Privada A).

Retomando o diálogo com Foucault (1987) e considerando os dados de pesquisa, a disciplina do corpo e da mente é essencial para o profissional obter êxito no mundo do trabalho, pois se pressupõe que os empregadores não têm interesse em contratar empregados que possam vir a realizar movimentos de contestação e de reivindicação (de salários, de direitos, de benefícios etc.), além de outros comportamentos, que não necessariamente estão ligados à reivindicação de direitos, mas que podem prejudicar o rendimento do profissional em sua atividade. Não à toa, o Artigo 543 da CLT garante estabilidade para sindicalistas (Brasil, 1943), uma forma de evitar que capitalistas punam essas pessoas pelo que consideram perturbações na produção. O mesmo artigo prevê punição para a empresa que tentar impedir o trabalhador de se sindicalizar (Brasil, 1943).

Além do que foi relatado, os alunos da Fundação Privada não podem namorar em ambiente escolar. O inspetor escolar se encarrega de garantir que essa norma seja cumprida. A escola tem tanta preocupação em vigiar seus alunos que a direção só autorizou entrevistas para a pesquisa na presença dos Gestores Fundação Privada B e C, e sem o auxílio de um gravador de áudio. Ou seja, os alunos sequer tinham a liberdade de autorizar a gravação de suas falas, além da vigilância imposta pela escola, que, assim como disse Foucault (1987), tratou de deixar aqueles alunos em “estado de alerta”, estado em que não se podia ser espontâneo; era necessário se policiar e policiar as palavras em todos os instantes, internalizar um comportamento que se esperava deles devido ao *panoptismo* improvisado pela direção da escola.

Panóptico é uma medida de fiscalização bastante utilizada na escola: as salas de aula da Fundação Privada possuem vitrôs que vão da metade da parede até o teto. Ou seja, na ronda realizada pelo inspetor escolar, os alunos ficam em posição bastante visível, o que tem como provável consequência o disciplinamento dos alunos, que tendem a evitar sanções.

Uma característica importante da disciplina é a subordinação aos superiores, isso não é difícil de encontrar em uma escola, a própria hierarquia dos cargos estabelece tal subordinação. Além do mais, os alunos estão em fase de desenvolvimento, tanto físico quanto mental, ou seja, é necessário que tenham o acompanhamento de adultos responsáveis para facilitar esse desenvolvimento, sem traumas e sem estigmas.

Trabalhar a autonomia dos adolescentes também é uma forma de garantir que tal desenvolvimento aconteça em sua completude e de forma expansiva. Pelo que foi observado, essa autonomia possui algumas restrições na forma como é trabalhada com os estudantes da Fundação Privada. Em conversa, na presença dos Gestores Fundação Privada B e C, um aluno disse que não gostava do atrelamento de qualquer atividade à tutela do professor, assim, a escola pode não desenvolver a autonomia de pensar e de agir dos alunos.

O inspetor escolar informou que os espaços de prática esportiva não podem ser utilizados pelos alunos sem a autorização e o acompanhamento de um professor. Esses relatos indicam como a autonomia dos alunos é desenvolvida na escola: a autonomia se confunde com o respeito total às regras estabelecidas, que é garantido pela fiscalização. Como se pode perceber, essas regras abrangem todas as atividades na escola e os próprios professores eram orientados a agir de forma a externar autoridade, conforme relata o Ex-professor da Fundação Privada A: “Era exigido que a gente mantivesse uma autoridade que beirava o autoritarismo [...] na visão deles [da direção] era [necessário] uma relação mais rígida”.

Nas observações realizadas nessa escola, os alunos foram flagrados pelo pesquisador fora de sala apenas uma vez, durante o horário de aula. Na ocasião, o inspetor, que acompanhava o pesquisador, prontamente perguntou o motivo de não estarem em sala, realizando sua função de fiscalizador, que combate as irregularidades. Os alunos, três no total, responderam que estavam esperando um professor para a realização de uma atividade. Isso demonstra o controle que a escola tem sobre os alunos, através do respeito às regras. O fato de os alunos não estarem fora de sala durante o horário de aula também indica que os professores não faltam com frequência ou que a escola possui professores substitutos, denominados “professores eventuais”, segundo a Gestora Fundação Privada C.

Para evitar que as “forças produtivas” dos alunos fossem desperdiçadas ou desvirtuadas, a escola aplica algumas sanções aos alunos: o intuito é evitar que cometam infrações. Segundo Foucault (1987, p. 13), “a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime”; no caso aqui estudado, desviar-se da infração. Assim, segundo a Ex-aluna Fundação Privada A, se um aluno chegar atrasado um minuto, não entra na escola e não poderá entrar em um horário posterior (na segunda aula, por exemplo).

Essa norma é cumprida à risca para que os alunos evitem o atraso, pois, segundo Foucault (1987, p. 122), “à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupção do trabalho, agitações e ‘cabalas’)”. Com isso, o atraso de um aluno pode desconcentrar toda a turma e interromper o professor, prejudicando a produção escolar.

Além disso, segundo a Gestora Fundação Privada C, se um aluno chegasse atrasado por três vezes, seus pais eram chamados à escola para que a direção os orientasse, no intuito de que tal situação não persistisse: “os pais são chamados não com intenção punitiva, mas formativa”. Caso o motivo dos atrasos fosse relacionado ao vínculo empregatício do aluno, a direção chegava a entrar em contato com o empregador para que a situação fosse sanada. A justificativa para essa medida, segundo a Gestora Fundação Privada C, é que “o aluno atrapalha a si mesmo e aos demais alunos, pois interrompe a aula, ao chegar atrasado”. É possível perceber que a fala da gestora converge para a citação de Foucault acima, demonstrando que a escola se orienta pela máxima produção estudantil, sem interrupções e sem contratemplos.

Em relação à disciplina dos professores, a escola privada tem um eficaz “remédio”: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo o Gestor Fundação Privada B, a escola preza pelo diálogo para resolver qualquer problema ligado à indisciplina desses profissionais, mas, apesar

disso, “são contratados por CLT”, diz. Com isso, o gestor quis dizer que a estabilidade no emprego não lhes é garantida, então a demissão é uma realidade que ameaça esses profissionais. Desse modo, devem ser disciplinados, como destaca o Ex-professor Fundação Privada A: “A Fundação Privada é uma instituição que você sabe claramente que a qualquer momento a turma te dispensa. Então se você quiser se manter [empregado], entre nas regras”.

Ademais, segundo a Gestora Fundação Privada C, os professores passam por avaliações semestralmente, as “Avaliações de desenvolvimento”. A própria administração escolar realiza a avaliação que ocorre nos meses de maio e de novembro, meses que antecedem o final dos semestres letivos (precedendo os semestres posteriores), logo, é provável que os resultados dessas avaliações seriam um norteador para que medidas fossem adotadas, no intuito de se iniciar o semestre seguinte com as devidas alterações que as avaliações desencadeariam.

2.4.2. Escola Pública Estadual e disciplinar

Na Escola Pública Estadual, a própria estrutura da escola facilita a observação de tudo e de todos, como pode ser conferido na Imagem 7. Por meio dessa imagem, pode-se perceber que, independente do ponto da escola em que o sujeito esteja, poderá observar todos os outros pontos, uma característica do panoptismo. Apesar disso, o interior das salas de aula não é visível para quem está fora, pois, embora a parede possua vitrões, estes se encontram próximos ao chão e ao teto, sendo a parte central opaca, o que dificulta a fiscalização. Mas, mesmo que o interior das salas fosse visível, a fiscalização não seria efetivada com a mesma eficiência que na Fundação Privada, pois a Escola Pública Estadual sequer possui um funcionário com essa função.

Imagem 1 – Sala de aula da Escola Pública Estadual: parte central da parede é sólida e não permite a visão de quem está dentro da sala



Fonte: produzida pelo autor durante pesquisa de campo.

Apesar disso, foi possível perceber que os alunos possuem alguns incentivos a praticarem a fala. A escola possui Grêmios Estudantis, e os alunos têm uma certa organização. Prova disso foi a manifestação que realizaram no início de 2008, quando o Núcleo Gestor, ligado ao antigo diretor foi devolvido à Secretaria de Educação pela nova diretora, indicada pelo Governador do Estado do Ceará à época, Cid Gomes (Partido Socialista Brasileiro – PSB). Na ocasião, os alunos paralisaram as aulas exigindo, sem êxito, o retorno dos profissionais que haviam sido retirados da direção da escola:

O ato aconteceu por volta das 9 horas, quando representantes do grêmios foram em cada sala de aula, convidando os alunos a suspenderem as atividades escolares. Eles questionavam o fato de as decisões de mudança no núcleo não terem sido discutidas com os alunos, professores e, muito menos, com os pais (Peixoto, 2008, p. Cidade 9).

Em relação ao espaço garantido de fala, os próprios alunos concordam que existe, como comprovam os comentários abaixo:

Têm sido os alunos [que mandam na escola] porque, quando tem uma atividade da escola, geralmente, são os alunos que dizem como tem que ser. Tipo a semana cultural, os alunos são que escolhem o tema. Se acontece alguma coisa que não é do querer deles, reivindicam, dizem que não vão fazer e a diretoria acaba cedendo (Aluno Escola Pública Estadual A).

O Aluno Escola Pública Estadual B também fala sobre a influência dos alunos nas decisões da escola: “Sim, tem que ter [...]. Isso influencia. Têm alunos que dão sugestão, opinião, e é assim”. Os pontos levantados demonstram que a escola pública, o espaço público, garante relativa igualdade e liberdade, inclusive aos adolescentes. Esses sujeitos estão na escola não apenas para se formarem como cidadãos, mas também para exercerem sua cidadania. Não só o cidadão que tem direito a vender sua força de trabalho, mas também o cidadão que exige seu espaço na construção da história, mesmo que para isso precise argumentar, falar e fazer política.

Segundo a reportagem do jornal Diário do Nordeste (Peixoto, 2008), a paralisação das aulas se deu devido à forma como ocorreu a dissolução do Núcleo Gestor: sem diálogo com os vários segmentos da escola. Isso pode apontar que a participação é praticada comumente na escola, pois, quando ocorre uma situação em que não há participação dos segmentos, os sujeitos sociais da escola se manifestam. Da mesma forma que os alunos A e B destacam que os estudantes dessa escola “dizem”, “escolhem”, “reivindicam” e “opinam”, ou seja, há espaços que garantem tais ações.

Algo que foi possível observar foi uma grande flexibilidade das regras e das normas escolares. Situação muito comum nas observações foi a presença de grupos de alunos no pátio, durante horário de aula, o que atrapalhava as aulas em andamento, por meio de risadas, conversas e gritos.

Alunos fora da sala durante o horário de aula: qual o motivo disso ocorrer? Por meio das observações, foi possível constatar que isso acontece, principalmente, por dois motivos. O primeiro é a falta de disciplina dos alunos, que muitas vezes saem de sala durante a aula, seja para ir ao banheiro e aproveitar para encontrar e conversar com colegas, ou, no período entre aulas, quando há a troca de professores, para sair e conversar com alunos de outras turmas.

Em agosto de 2008, foram realizadas observações durante um turno inteiro em uma turma da 2ª série do Ensino Médio da Escola Pública Estadual. Foi uma experiência bastante enriquecedora para a pesquisa. Considerando os dados coletados, foi possível observar que alguns alunos saíam de sala sem a permissão do professor e, quando retornavam, o professor agia como se nada houvesse ocorrido. Em um momento, durante a observação, os alunos saíram da sala, pois o horário seria o de troca de professor, mas o sinal da escola ainda não havia tocado. A professora insistiu, sem sucesso, para que os alunos retornassem.

O fato de a professora insistir para que os alunos retornassem pode indicar que respeita as regras, ou ainda não assimilou o “afrouxamento” delas. Por acaso, a professora em questão era novata e aquela aula era uma das primeiras que ministrava na escola. Já o fato de os alunos praticarem a ação de sair de sala com tanta frequência e espontaneidade pode vir a significar uma naturalização de uma ação corriqueira.

O segundo motivo para tal situação ocorrer é relacionado à disciplina dos professores. Para tratar desse aspecto, é interessante ressaltar que a disciplina dos alunos está ligada a uma norma de conduta estipulada pela escola, construída, em algumas ocasiões, até com a participação dos próprios estudantes. Já a disciplina do professor, está ligada, principalmente, às relações de trabalho, às formas como os professores se relacionam com seus postos de trabalho. Essa discussão foi realizada no tópico anterior e no tópico sobre cordialidade e racionalização, visto que os vários assuntos que estão sendo discutidos aqui se relacionam. A forma como os professores se relacionam com seus postos de trabalho influencia diretamente no disciplinamento dos mesmos, o que está diretamente ligado à efetivação do tempo letivo programado pela escola, por exemplo. Esse assunto será discutido no próximo tópico.

Outra demonstração da “flexibilidade” das normas da Escola Pública Estadual está relacionada ao atraso de alunos. Na Escola Pública Estadual, assim como na Fundação Privada, aluno que chega atrasado não entra na escola, volta para casa, mas segundo a Aluna Escola Pública Estadual C, o porteiro da escola abre exceções: “hoje [cheguei atrasada], aí o porteiro disse que não podia entrar. Então, eu disse que tinha um trabalho para entregar, aí falei: ‘Tá bom, então vou ficar aqui fora’. Então ele disse: ‘Tá bom, pois eu vou deixar entrar essa vez!’”.

Essa situação fica mais complexa, segundo o relato do Aluno Escola Pública Estadual A sobre sua percepção em relação aos atrasos: “para alguns alunos que têm intimidade com o porteiro, ele deixa entrar, os que não têm, ele não deixa. Aí é preciso que venha um professor para poder fazer o aluno entrar na escola, senão ele não abre o portão”. O relato indica que as relações cordiais e patrimonialistas, discutidas anteriormente, também influenciam na produtividade dos alunos através das interrupções proporcionadas pelo atraso dos alunos. Quando um aluno não é “íntimo” do porteiro, um professor autoriza a entrada do aluno, mesmo sabendo que está descumprindo uma norma da escola.

Isso aponta que a falta de disciplina, ligada às relações cordiais, dos sujeitos que compõem a escola atrapalham o bom funcionamento dos serviços educacionais, pois contribuem para a desconcentração das “forças produtivas”, em uma perspectiva foucaultiana, minimizando a efetivação do tempo letivo.

2.5. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e tempo letivo

Tempo letivo é aspecto importante no aprendizado dos alunos. Quanto maior o tempo em sala de aula, discutindo os assuntos referentes ao conteúdo escolar, maior será a assimilação de conhecimentos por parte do aluno, conforme destaca Castro:

Os países com economias mais produtivas são aqueles onde o ano escolar é mais longo. Desta forma, os alunos aprendem mais e melhor. Ademais, um estudo mais intensivo prepara o aluno para a ética do trabalho. Um ano escolar mais longo e rico em experiências educativas permite que mais alunos atinjam os níveis de aproveitamento esperado e, também, oferece mais sustentação aos alunos que se atrasam (Castro, 2005, p. 109-110).

Desse modo, o tempo letivo pode ser um dos fatores determinantes para o aprendizado do aluno. Assim, o tempo de aula diário programado e efetivado em ambas as redes de ensino será discutido e comparado neste tópico.

Uma diferença entre as escolas deve ser ressaltada antes que se inicie a discussão: o Ensino Médio na Fundação Privada é noturno, enquanto a turma da Escola Pública Estadual em que foram realizadas observações é do turno da tarde²⁶. Essa diferença é importante porque o turno noturno possui uma aparente dificuldade: menor tempo disponível para a realização das aulas, devido ao risco de liberar os alunos em horário avançado.

No caso dessas duas escolas, o turno da tarde possui exatamente o mesmo tempo letivo: 4 h 30 min (quatro horas e trinta minutos), com intervalo de 20 min (vinte minutos), totalizando 4 h 10 min (quatro horas e dez minutos) em sala de aula. Cada aula possui 50 min (cinquenta minutos).

Tabela 32 – Horário, tempo de intervalo e tempo letivo em sala (turno tarde) da Fundação Privada e Escola Pública Estadual

Horários	Horário	Tempo de intervalo	Tempo letivo em sala
Fundação Privada	13 h – 17 h 30 min	20 min.	04 h 10 min
Escola Pública Estadual	13 h 30 min – 18 h	20 min.	04 h 10 min

Fonte: pesquisa de campo.

O turno da noite possui uma diferença grande entre as duas escolas: na Fundação Privada, há 4 h 15 min (quatro horas e quinze minutos) de aula, com 15 min (quinze minutos) de intervalo, totalizando 4h (quatro horas) em sala de aula. Cada aula possui 48 min (quarenta e oito minutos). Já na Escola Pública Estadual, há 3 h 10 min (três horas e dez minutos) de aula, com 10 min (dez minutos) de intervalo, totalizando 3h (três horas) em sala de aula. Cada aula possui 45 min (quarenta e cinco minutos). Dessa forma, em relação ao turno da noite, a Fundação Privada tem 33% a mais de tempo letivo diário programado em sala de aula se comparado a Escola Pública Estadual.

Tabela 33 – Horário, tempo de intervalo e tempo letivo em sala (turno noite) da Fundação Privada e Escola Pública Estadual

Horários	Horário	Tempo de intervalo	Tempo letivo em sala
----------	---------	--------------------	----------------------

Fundação Privada	18 h 30 min – 22 h 45 min	15 min.	4 h
Escola Pública Estadual	18 h 50 min – 22 h	10 min.	3 h

Fonte: pesquisa de campo.

É importante ressaltar que, segundo o Regimento Interno da Escola Pública Estadual, os turnos são um pouco maiores em tempo do que na prática: o turno da tarde possui 5 h 20 min (cinco horas e vinte minutos), com intervalo, e o noturno possui 3 h 55 min (três horas e cinquenta e cinco minutos). Não foi possível identificar o motivo pelo qual esses horários não são respeitados.

Tabela 34 – Horários dos turnos tarde e noite da Escola Pública Estadual, segundo seu Regimento interno em comparação com o efetivado

Horários	Horário Regi- mento interno	Horário efeti- vado	Horário Regi- mento interno	Horário efeti- vado
Turno	Turno tarde		Turno noite	
Escola Pública Estadual	13 h – 18 h 20 min	13 h 30 min – 18 h	18 h 30 min – 22 h 45 min	18 h 50 min – 22 h

Fonte: Regimento interno da Escola Pública Estadual (2006) e pesquisa de campo.

A partir do exposto acima, destaca-se que a diferença no tempo letivo diário em sala de aula entre uma turma de Ensino Médio do turno da noite da Fundação Privada e uma turma de Ensino Médio do turno da tarde da Escola Pública Estadual é de apenas dez minutos, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 35 – Horário, tempo de intervalo e tempo letivo em sala da Fundação Privada (turno noite) e Escola Pública Estadual (turno tarde)

	Horário	Tempo de intervalo	Tempo letivo em sala
Fundação Privada (turno noite)	18 h 30 min – 22 h 45 min	15 min.	4 h
Escola Pública Estadual (turno tarde)	13 h 30 min – 18 h	20 min.	04 h 10 min

Fonte: pesquisa de campo.

Após esse destaque, em que foi comparado o tempo letivo diário programado de ambas as escolas, será comparado o tempo letivo diário efetivado. Com isso, investigam-se as situações que colaboram para que esse tempo programado não seja efetivado. Como esses fatores são observados pelos sujeitos sociais das escolas? Para tanto, serão considerados apenas os fatores que partem dos professores e dos estabelecimentos de ensino, como atrasos, adiantamentos, frequência, feriados, festejos etc.

2.5.1. O tempo letivo, o atraso e o adiantamento

O atraso e o adiantamento por parte do professor podem prejudicar o tempo letivo em sala de aula, reduzindo o período de aprendizagem do aluno. Em agosto de 2008, durante a pesquisa de campo realizada em sala de aula na Escola Pública Estadual, foi possível observar como esses desvios, aparentemente imperceptíveis, podem ceifar parte do tempo de aula.

Nas observações realizadas, a professora responsável pela primeira aula do turno da tarde chegou à sala com nove minutos de atraso, o que equivale a aproximadamente 18% do tempo de aula. Esse fato não se mostrou isolado, pois, em outros momentos, foi possível perceber que a primeira aula do turno é uma das que mais atrasa, uma vez que os professores tendem a demorar na saída da sala reservada a eles.

O professor responsável pela aula após o intervalo atrasou seis minutos para chegar à sala após o toque do sinal. Excepcionalmente, nesse dia, a aula posterior ao intervalo foi a última do turno (conforme o quadro de horários da 2ª série do Ensino Médio no turno da tarde, estão previstas

cinco aulas diárias, sendo duas após o intervalo). Além disso, esse mesmo professor, que já havia chegado atrasado no início da aula, liberou os alunos sete minutos antes do horário programado para o término. Como resultado, o tempo letivo efetivamente cumprido por esse docente foi de apenas 37 (trinta e sete) minutos, ou aproximadamente 75% do tempo originalmente previsto.

Como se pode perceber nas duas experiências observadas, a média de tempo letivo efetivo foi de aproximadamente 80%. Considerando esse percentual, uma turma com 4 h 10 min de tempo letivo diário programado acaba por efetivar apenas 3 h 28 min, resultando em uma redução de 42 min (quarenta e dois minutos) por dia letivo, o que equivale a quase uma aula a menos diariamente.

Essas situações são corroboradas pelo relato de uma professora da Escola Pública Estadual, que afirmou:

Hoje pela manhã, aqui, sabe que horas o turno começou a funcionar, com professores do horário 07 h 30 min? Quatro professores. E o restante chegando sabe que horas? 07 h 45 min, 07 h 50 min, na hora em que a diretora chegou (Professora Escola Pública Estadual A).

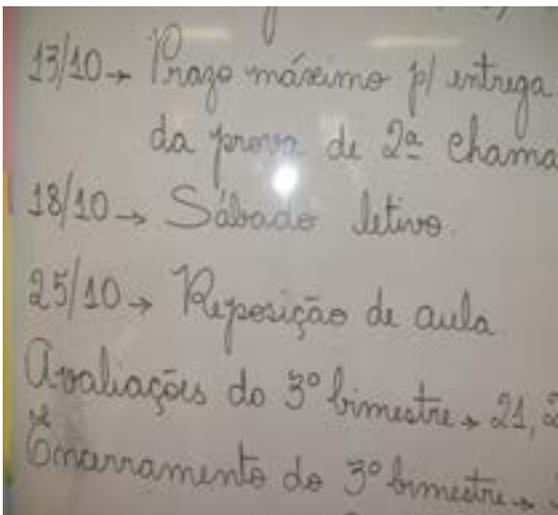
Como se pode perceber, o atraso é uma constante na escola, prejudicando o andamento das aulas e o aprendizado dos alunos. É uma questão que está diretamente ligada às relações de trabalho e à disciplina, pelo que se pode compreender, visto que não há fiscalização.

Outro aspecto relevante acerca do tempo letivo efetivado refere-se à redução das aulas durante o mês de novembro de 2008, em função da Semana Cultural da Escola Pública Estadual. Para permitir que os alunos se preparassem para as atividades daquele evento, todas as aulas foram reduzidas em dez minutos ao longo desse mês. Como as turmas têm cinco aulas diárias de 50 minutos cada, isso resultou em uma diminuição total de 50 minutos de tempo letivo diário efetivado em sala de aula. Essa prática perdurou por aproximadamente um mês.

Na Fundação Privada, conforme as entrevistas realizadas, os atrasos por parte dos professores eram raros. Essa situação foi corroborada pelo relato do Ex-Professor Fundação Privada A: “A Fundação Privada é muito rígida com horários. Atraso [de professor] para eles é motivo até de demissão”. Dessa forma, a rigidez da instituição em relação à pontualidade e a ameaça de demissão contribuíam para que os professores evitassem atrasos frequentes.

2.5.2. O tempo letivo e a frequência

Não é possível haver aula sem o profissional responsável para isso. Então a frequência dos professores é um aspecto importante para a discussão sobre tempo letivo efetivado. Na Escola Pública Estadual, as faltas são naturalizadas pelos sujeitos sociais da mesma.

<p>Segundo o Estatuto do Magistério Oficial, em seu artigo 35, o professor faltoso pode recuperar a aula em calendário complementar a ser elaborado pela direção da escola, em que os alunos são convidados a comparecer. Em um sábado por mês, ocorrem aulas de reposição, em que os professores faltosos repõem as aulas que perderam, assim, evitando que suas faltas sejam enviadas à Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SE-DUC) e haja desconto salarial, como diz a professora:</p>	<p>Imagem 02 – Aviso na sala reservada aos professores da Escola Pública Estadual</p>  <p>Fonte: produzida pelo autor durante pesquisa de campo.</p>
--	---

Se o professor falta aula, tem que recuperar. Se ele não traz o atestado [médico], se ele não está segundo a lei, tem que pagar. E ele tem que vir no sábado com os

alunos. Ele tem que agendar. Ele tem um sábado letivo para ele agendar o dia, convidar a turma e vir, senão a falta vai [à SEDUC]. Ele tem três meses para recuperar [a aula perdida], se dentro desses três meses ele não recuperar, a falta vai pra lá (Professora Escola Pública Estadual A).

Como se pode perceber, a legislação possui um mecanismo que busca evitar prejuízo aos estudantes ao prever a reposição de faltas docentes, garantindo, assim, a carga horária mínima anual. Todavia, há uma consequência não antecipada: esse mecanismo pode ser usado como um incentivo à falta, visto que não há prejuízo imediato ao profissional, sendo repassado esse prejuízo somente ao aluno²⁷.

A Professora Escola Pública Estadual A continua o relato, dizendo que a frequência dos alunos às aulas repositivas aos sábados não é alta: “Não, não é alta, não. Já por conta de que deveria ter vindo na semana”. Como se pode perceber, essa realidade interfere diretamente no tempo letivo de aula programado, prejudicando o aprendizado do aluno. Os alunos comparecem durante a semana, no horário habitual de aula, mas o professor falta. No sábado, conforme calendário complementar, os alunos não comparecem em grande número, visto que não têm a obrigação de comparecer ou mesmo podem estar realizando outras atividades.

Outra consequência da ausência do professor na Escola Pública Estadual é uma prática que, aparentemente, se tornou comum entre os docentes da instituição: a chamada “subir aula”. Quando um professor falta, todos — professores, alunos e gestores — já sabem que essa estratégia será adotada. Essa prática consiste em uma forma de “substituição” do professor ausente, mas que não ocorre de maneira convencional. Um outro professor, que deveria ministrar aula em sua turma regular,

assume temporariamente a turma do professor faltoso, sem deixar de cumprir suas responsabilidades na turma original. Na prática, isso significa que o professor “substituto” ministra aula para uma turma enquanto, simultaneamente, passa atividades para a outra (a do professor ausente). Ele precisa dividir sua atenção entre as duas turmas, fiscalizando periodicamente a turma deixada sem acompanhamento constante.

Durante a observação realizada dentro da sala de aula, houve a oportunidade de presenciar essa prática sendo efetivada. A professora que “subiu aula” sequer foi até a sala para passar a atividade, a enviou por meio de uma aluna. Faltando quatro minutos para o término da aula, a professora foi até a sala e passou “visto” nos cadernos dos alunos. Foi possível presenciar, inclusive, que um aluno não realizou a atividade proposta pela professora e, quando ela estava distribuindo os “vistos”, o aluno apresentou uma outra atividade tentando enganá-la. Conseguiu. A ausência da docente na sala e o pouco tempo para conferir as atividades, contribuiu para que a situação ocorresse, pois a profissional sequer conseguiu conferir detalhadamente a atividade.

Como não há professor na sala, os alunos têm maior liberdade. Assim, um aluno chegou a ligar um aparelho de som portátil e a ouvir música em volume relativamente alto, disputando com outro aluno que ouvia música em seu aparelho de celular, o que pode ter criado um ambiente desagradável para estudos para alguns alunos.

Em uma das observações realizadas, o pesquisador chegou à Escola Pública Estadual por volta de 17h 30 min (o turno da noite se inicia às 18h 50 min). A aula no turno da tarde na Escola Pública Estadual termina às 18h, apesar disso, não havia um aluno na escola. O pesquisador foi até a sala dos professores para esperar o turno noturno começar. Às 18h, o sinal da escola toca para informar o encerramento do turno da tarde. Nesse momento, o investigador percebeu que não havia mais alunos na escola.

Foi perguntado a uma professora se houve algum problema ou motivo para a ausência de aula no turno da tarde. Ela explicou que já não havia mais alunos na escola, pois alguns professores haviam faltado e os demais “subiram aula”. Essa resposta evidencia duas situações preocupantes: (i) A prática de “subir aula” é recorrente entre os professores, o que compromete a qualidade das aulas, já que o professor responsável pela substituição não leciona de forma tradicional, mas apenas supervisiona atividades; (ii) A frequência de faltas de professores na Escola Pública Estadual é significativa, a ponto de ocasionar o encerramento antecipado de todo o turno da tarde. Esse cenário prejudica diretamente a efetivação do tempo letivo planejado, comprometendo o desenvolvimento pedagógico dos alunos.

Na Fundação Privada, os professores dificilmente faltam. Conforme destacado anteriormente, o simples atraso é tido como caso de demissão. Dessa forma, a falta possui a mesma consequência,

27 O Estatuto do Magistério prevê que o professor tem todo o ano letivo para recuperar a aula em que faltou, e, não, três meses, como destacou a Professora Escola Pública Estadual A.

agravada pela importância do fato. Apesar disso, essa escola possui estratégias para evitar liberar seus alunos:

Na Fundação Privada, quando falta energia, a gente dá aula com lampião a gás. Tem um lampião para cada sala. Não tem essa coisa de não ter aula. Realmente havia falta, mas a gente tinha sempre como compensar porque sempre tinha professor fora de sala, por conta de horário de supervisão. As supervisoras procuravam pôr os horários de supervisão sempre nas “janelas” sem professor. Era raro dispensar uma turma por causa de falta de professor. E outra coisa: porque lá nós tínhamos televisão e videocassete. E nós temos lá todas as fitas do Telecurso. Ninguém dispensava aluno (Ex-professor Fundação Privada A).

Como se pode perceber pelo relato anterior, professores dificilmente faltavam e, caso acontecesse, existem meios para não liberar os alunos, continuar as aulas e aproveitar o tempo. Segundo a Ex-aluna Fundação Privada A,

se cada professor [da Fundação Privada] faltasse uma vez [ao ano] era muito [...]. No colégio público, quando passa o tempo, o professor começa a faltar, chegar atrasado. Na Fundação [Privada] não tinha isso, quando o professor faltava, a gente não era dispensado, eles chamavam o professor substituto, que estava lá na mesma hora. Não tem jeito de não ter aula: se faltar energia na Fundação [Privada], eles botam lamparina na sala porque a aula era à noite. Não tem um dia que não tenha aula. No [colégio público em que estudei], não: estudei um mês lá e não tinha aula, sei lá, passou uma semana sem ter aula (Ex-aluna Fundação Privada A).

A Fundação Privada, o tempo letivo efetivado apresentava poucos prejuízos, uma vez que as regras eram rigorosamente cumpridas pelos professores, e os alunos raramente eram dispensados de suas aulas. A diferença no cumprimento das normas é perceptível na comparação realizada por uma aluna entre a Fundação Privada e uma escola pública onde estudou anteriormente, destacando a falta de rigor nas regras desta última.

Uma professora da Escola Pública Estadual também trouxe reflexões sobre a frequência dos professores dessa escola e comparou essa realidade com a das instituições privadas, baseando-se em sua convivência com colegas que atuam em ambas as redes de ensino:

Acontece bastante [falta de professores]. Até o ano passado, acontecia muito, demais. As providências não eram tomadas. Quando o professor falta, ele tem o direito a recuperar a aula até que termine aquele ano letivo, se ele não recupera, a sua falta tem que ser encaminhada. Então, assim, se o professor falta e continua faltando é porque ele não sofreu nenhuma punição por parte da escola. Então, eu cheguei a discutir uma vez. E isso, na minha visão, incentiva outros professores a faltar, porque você não sofre nenhuma punição. É como se diz: a punição não vem para quem cometeu o delito, ou para quem infringiu a lei, mas, sobretudo, para quem não infringiu, para que não passe a infringir. Eu já coloquei essa questão aqui na [Escola Pública Estadual]. Na [Escola Pública Estadual] falta muito professor. Ano passado, faltou muito mais. Esse ano, também faltaram bastante, mas o ano passado ainda foi mais. Acho isso muito preocupante. Que não acontece na escola particular. Tenho colegas que lecionam aqui e lecionam na escola particular e eu tenho quase certeza de que eles não faltam na escola particular como eles faltam aqui (Professora Escola Pública Estadual B).

A professora entende que a punição aos professores faltosos seria uma forma de evitar a continuação desse tipo de situação, assim como ocorre no setor privado. Esse é o motivo, segundo ela, para que os professores deste setor não faltem com frequência, inclusive, em detrimento de seus cargos no setor público, quando trabalham nas duas redes de ensino. Essa relação entre cargos em ambos os setores também é tratada pela Gestora Escola Pública Estadual A:

Eu já me deparei com professores da escola pública e da escola particular e sempre que o professor precisa faltar, quando ele é das duas redes, ele falta na escola pública. Muitas vezes, ele adocece, mas na escola particular ele não leva atestado

[médico], só em último caso. Então, tem algumas coisas que pesam. Essa questão da estabilidade é uma coisa que tem que ser repensada com mais critério, mas temos que ter muito cuidado para não perdê-la, mas fazer por onde mantê-la, mas mantê-la de forma satisfatória, condizente com o que nós nos propomos a fazer (Gestora Escola Pública Estadual A).

Conforme se pode perceber, essa gestora compreende a importância da estabilidade para o desempenho da função do docente, mas que deve ser repensada de forma a contribuir de maneira satisfatória para os objetivos da função. Apesar disso, ela não expõe como a estabilidade pode ser repensada.

Neste tópico, foi abordada a conexão entre os diversos aspectos discutidos e o tempo letivo: a cordialidade/racionalidade envolvida nos serviços educacionais, a disciplina e as relações de trabalho desempenham um papel crucial na efetivação do tempo letivo programado nas escolas. Isso ocorre porque esses fatores estão diretamente relacionados às formas como alunos e profissionais se envolvem com o processo educacional, como o cumprimento de horários e o respeito às regras, por exemplo.

2.6. Fundação Privada, Escola Pública Estadual e ambiente escolar como estímulo ao aprendizado

O ambiente escolar pode ser um potencializador do desempenho dos estudantes. Uma sala de aula arejada, sem ruídos externos, bem iluminada e reformada pode contribuir para estimular o aprendizado dos alunos, visto que torna o ambiente agradável e propício para o ensino, devido às suas características. Segundo Barroso-Krause et al (2005), as sensações térmicas, luminosas e acústicas podem contribuir para o baixo desempenho produtivo do ser humano, caso não estejam adequadas ao que é considerado ideal em determinados ambientes. Vale ressaltar que o ambiente ideal varia de acordo com o propósito do ambiente, sua localização etc.

Ainda segundo Barroso-Krause et al (2005, p. 09), “sempre que o organismo, através de seu sistema termo-regulador, necessita trabalhar muito para manter [o equilíbrio térmico do corpo], ocorre a fadiga, e a conseqüente queda de rendimento das atividades”. Dessa forma, a manutenção de um ambiente bem arejado, com circulação de vento constante, contribui para a maximização da produtividade do indivíduo.

Com relação ao rendimento produtivo, outra característica importante de um ambiente é a capacidade lumínica. Segundo Barroso-Krause et al (2005, p. 25), “embora variando de um indivíduo a outro, podemos dizer que a ausência de uma situação mínima de conforto [lumínico] traz fadiga e desgaste dos órgãos visuais, reduz a acuidade visual trazendo o mau desempenho das tarefas propostas”.

Por fim, outro aspecto importante para maximizar a produtividade do indivíduo é o conforto acústico, ou a condição acústica ideal para que o aluno possa compreender a fala do professor e de seus colegas em discussão. Segundo Aytar et al (2002, p. 02), “reverberação e ruído em excesso interferem com a inteligibilidade da fala, resultando na redução do entendimento e, portanto, na redução do aprendizado”.

Sabendo disso, neste tópico, serão comparados os ambientes de ambas as escolas, tanto a sala de aula, quanto outros ambientes. Pelo que foi exposto anteriormente, o ambiente escolar pode contribuir na produtividade dos indivíduos tanto para maximizá-la, quanto minimizá-la. Assim, condições térmicas, luminosas, acústicas, entre outras, de ambas as escolas, serão descritas e analisadas no intuito de compreender como seus ambientes estão contribuindo no aprendizado de seus alunos.

A direção da Fundação Privada não permitiu que seus ambientes fossem fotografados, assim, foi realizada uma descrição dos mesmos por meio de observações realizadas durante a pesquisa de campo, relato de interlocutores e algumas imagens retiradas do site da instituição na internet.

2.6.1. Ambiente escolar na Fundação Privado

Imagem 03 –Entrada da Escola Fundação Privada



Fonte: site da Fundação Privada. Imagem editada para preservar a instituição.

Para iniciar a descrição do ambiente escolar, serão tratados os aspectos básicos para o conforto em qualquer ambiente: a limpeza e a higiene. Essa escola tem um aspecto bastante higiênico: o chão está sempre limpo e as paredes têm aspecto de serem reformadas e pintadas frequentemente, além de não existirem pichações ou rabiscos. Os banheiros dessa escola são muito limpos e bem conservados. A sala de aula

é uma sala grande, não é com ar-condicionado, têm ventiladores, vitrôs. As duas paredes estão cheias de vitrôs para entrar ar e luz, mas não tem ar-condicionado. As cadeiras são aquelas que são uma mesa, lousa de pincel, a sala era bem ventilada, a estrutura era ótima (Ex-aluno Fundação Privada A).

Imagem 04 – Sala de aula da Fundação Privada



Fonte: site da Fundação Privada. Imagem editada para preservar a imagem dos indivíduos.

A escola passa por reformas periódicas, garantindo um ambiente agradável aos alunos e profissionais, conforme afirma o Ex-aluno Fundação Privada B: “a cada seis meses existia a reforma, era obrigatório, os próprios funcionários reformavam”.

Imagem 05 – Pátio da escola Fundação Privada



Fonte: site da Fundação Privada. Imagem editada para preservar a imagem dos indivíduos.

As salas de aula não são climatizadas, mas são bem arejadas e possuem ventilação artificial através de ventiladores. As salas têm janelas de vidro que ficam entreabertas e são posicionadas na direção de um corredor. Esse corredor dá acesso ao pátio da escola, assim, caso haja alguma atividade ou movimentação no pátio em horário de aula, as aulas não serão atrapalhadas ou interrompidas²⁸. Além disso, as salas são bem iluminadas.

A escola está localizada em um terreno bastante grande, onde há várias árvores e gramados, além de jardins trabalhados. Um ambiente bastante agradável e confortável, que passa aos indivíduos que o frequentam uma sensação tranquilizante.

2.6.2. Ambiente escolar na Escola Pública Estadual



Fonte: produzida pelo autor durante pesquisa de campo. Imagem editada para preservar a identidade da escola.

²⁸ Em uma das observações, o pesquisador presenciou uma aula ocorrendo no pátio da escola. Os alunos se posicionaram em círculo e o professor ministrou a aula naquele espaço. Enquanto isso, as demais aulas ocorriam sem qualquer prejuízo.

Imagem 07 – Pátio da Escola Pública Estadual



Fonte: produzida pelo autor durante pesquisa de campo.

<p>Na Escola Pública Estadual, o pátio e as salas também são bastante limpos, varridos frequentemente. Mas toda a estrutura da escola tem um aspecto de destruído e de abandono: várias infiltrações podem ser percebidas e há pichações em algumas paredes do lado interno da escola. A escola aparenta não ser reformada há anos. Os banheiros da escola são sujos e quebrados, inclusive, faltando mictório em um dos banheiros masculinos, que aparentava ter sido retirado ou arrancado.</p>	<p>Imagem 08 – Infiltrações na estrutura da escola</p>  <p>Fonte: produzida pelo autor durante pesquisa de campo.</p>
---	--

As salas de aula não são climatizadas e possuem ventilação artificial através de ventiladores, mas estes estão velhos e enferrujados e alguns já não existem porque foram retirados. Além disso, as instalações elétricas estão expostas e isoladas de forma inapropriada com fita adesiva comum, conforme pode ser observado na Imagem 10.

Imagem 09 – Pichações no acesso ao segundo piso



Fonte: produzida pelo autor durante pesquisa de campo.

As salas de aula são bastante quentes e pouco aconchegantes. As salas também possuem janelas de vidro (muitos quebrados), mas estas ligam as salas diretamente ao pátio da escola. Não foi raro presenciar alunos conversando em voz alta, gritando e rindo do lado de fora das salas, em horário de aula. Além disso, as portas não são fechadas (muitas sequer possuem fechaduras) e a iluminação é precária, faltando muitas lâmpadas²⁹. O projeto arquitetônico da sala requer um número determinado de lâmpadas, logo, a falta desses equipamentos pode acarretar desconforto lumínico.

Imagem 10 – Ventilador em sala de aula do Escola Pública Estadual



Fonte: produzida pelo autor durante pesquisa de campo.

²⁹ Na observação realizada em agosto de 2008, foi observado que faltavam exatamente 50% das lâmpadas nas luminárias da sala.

Imagem 11 – Vitrôs na parede da sala de aula do Escola Pública Estadual



Fonte: produzida pelo autor durante pesquisa de campo.

A escola está localizada próximo ao mangue do Rio Ceará, o que faz com que haja muitos esgotos clandestinos próximo à escola. Um grande esgoto passa exatamente ao lado da Escola Pública Estadual, um córrego de aproximadamente um metro e meio de largura e que era a céu aberto. No segundo semestre de 2008, esse esgoto foi coberto devido a uma obra da Prefeitura de Fortaleza.

Imagem 12 – Canal de esgoto ao lado da Escola Pública Estadual



Fonte: produzida pelo autor durante pesquisa de campo.

Uma professora respondeu o seguinte quando lhe foi perguntado se o ambiente escolar da Escola Pública Estadual contribui com o aprendizado dos alunos:

O ambiente da sala de aula, eu acho que não. Agora, o ambiente externo, do pátio, eu acho que é bem convidativo. O ambiente da sala de aula, não, porque as cadeiras são duras, o calor é muito grande. Às vezes, têm aulas em que os ventiladores não têm nenhum funcionando, as salas não têm nada atrativo, como mapa, globo, enfim, esses materiais de apoio pedagógico eles não estão em sala de aula. Então, a sala de aula é um quadro, mesa do professor e as cadeiras dos

alunos, assim, fisicamente falando, da estrutura física. Então, eu acho que não seja atrativo. Eu acho que a escola tem uma boa estrutura física do ponto de vista do pátio, auditório, tem alguns laboratórios, mas a sala de aula mesmo eu não acho que seja atrativa para o aluno, o ambiente físico da sala de aula (Professora Escola Pública Estadual B).

Como se pode perceber, por meio desse relato e das observações, a sala de aula da Escola Pública Estadual é pouco atrativa. A falta de um ambiente agradável para os indivíduos que o frequentam pode estar relacionada à falta de reformas. Segundo a Gestora Escola Pública Estadual A, essa escola passa por necessidade de grande reforma, mas

esses grandes serviços são mais a longo prazo. Quando eu cheguei aqui, [o ex-gestor] já tinha feito vários pedidos de serviço que a gente colocou como emergencial, mas ainda não foi sinalizado de forma positiva a liberação desses recursos porque a gente está precisando melhorar muitas coisas aqui na escola: temos problema de rachaduras que estão comprometendo uma parte do prédio, a gente está com um problema seríssimo na rede elétrica [...] a rede elétrica já está bastante aquém da necessidade e isso vem causando constantes quedas de energia, o que vem danificando máquinas, a gente vem perdendo computadores, há queima nas peças dos computadores, nas centrais [de ar-condicionado], enfim, isso aí é o que a gente chama de um serviço maior e esse serviço toda escola está sonhando em ter (Gestora Escola Pública Estadual A).

Apesar das dificuldades expostas acima em relação à reforma no ambiente escolar, a gestora informou que a Escola Pública Estadual nunca passou por uma grande reforma, apesar disso, “ela foi pintada umas duas vezes nesses nove anos”. Esses relatos demonstram que há grande dificuldade em se garantir um ambiente que estimule os alunos e professores a render mais.

Conforme foi exposto, o ambiente de ambas as escolas pode potencializar as condições para o aprendizado. As condições de conservação da Escola Pública Estadual são precárias, enquanto a Fundação Privada passa por reformas periódicas, tornando seu ambiente mais propício ao que se propõe.]

Capítulo 3: Velhos dados, novas perspectivas

Neste capítulo, serão destacados dados que podem contribuir para o quadro de distinção de resultados dos alunos das duas escolas analisadas, influenciando tal disparidade. O que distingue esses dados dos apresentados no capítulo anterior são suas causas: os três pontos que serão discutidos a seguir não podem ser incluídos nos processos pedagógico-administrativos analisados anteriormente, ou que, caso se inclua, como é o caso do tópico 3.3, se caracteriza em um problema estrutural de falta de condições objetivas para sua superação por um estabelecimento de ensino isolado.

3.1. Educação escolar e universalização do Ensino Médio

Segundo o INEP, o número de matrículas no Ensino Médio estadual no Ceará cresceu aproximadamente 59% em seis anos, entre 1999 e 2005. Com isso, pode-se perceber que o Ensino Médio cresceu bastante em matrículas, mas

apesar do avanço das matrículas nos últimos anos, o ensino médio, segundo o PNE (p. 73), atende apenas 30,8% da população de 15 a 17 anos. O PNE pretende, em cinco anos, atingir 50% dos alunos dessa faixa etária. O país apresenta índices de 32% de repetência, 5% de evasão e 56% de matrículas no horário noturno – procurado sobretudo por jovens trabalhadores. Tem ocorrido, também, a diminuição de matrículas na rede privada (Libâneo, 2003, p. 256).

A tarefa de universalizar o Ensino Médio no Brasil é, principalmente, uma responsabilidade do Estado, e não do mercado, visto que está havendo uma gradual redução de matrículas na rede de ensino privada (em 2005, a rede privada foi responsável por apenas aproximadamente 12% das matrículas do Ensino Médio). Desse modo, a adaptação a esse quadro de aumento da demanda pelo Ensino Médio pode estar impactando nos resultados insatisfatórios da rede pública de algum modo, visto que um público que outrora estava fora da escola passou a frequentá-la.

Esse aumento de 59% das matrículas no Ensino Médio no Ceará no período destacado foi alavancado pela rede estadual, que cresceu 94%, enquanto a rede privada reduziu suas matrículas em 14% (ver Tabela 4), ou seja, as matrículas na rede pública quase dobraram em seis anos: isso pode significar que foi necessário reestruturar as condições de ensino, por meio de qualificação e da contratação de novos profissionais, construção de novos prédios, recuperação de antigos etc., conforme destacado:

Na velocidade em que [a educação básica] cresceu, ainda que se houvesse tentado, não seria possível impedir a queda de qualidade. Não se criou um sistema escolar, mas um arremedo, uma caricatura de mau gosto. Parece escola, mas não é. Professores improvisados, prédios paupérrimos, presença errática de livros e bibliotecas. Pouca aula e muita greve (Castro, 2005, p. 76).

Segundo o Censo Escolar 2006, o turno noturno é oferecido quase que em sua totalidade no país pela rede pública³⁰. Como ressalta Libâneo (2003), esse turno é procurado, sobretudo, por jovens trabalhadores, o que acaba por gerar menor rendimento no aprendizado, podendo gerar altas taxas de abandono e de evasão escolar, conforme as que foram expostas neste texto. Na Escola Pública Estadual, em 2005, por exemplo, o turno noturno puxou a taxa média de abandono, passando de 30%, enquanto os turnos diurnos tiveram taxa de 10,8%³¹. Além do mais, ainda segundo o Censo Escolar 2006, as matrículas noturnas representam mais de 42% das matrículas totais da rede estadual no Ceará, enquanto não passa de 4% do total de vagas na rede privada estadual.

3.2. Educação escolar e investimento no futuro

Outro ponto relevante a ser discutido é o custo anual de cada aluno nas redes de ensino pública e privada. De acordo com dados do site do INEP, em 2006, o investimento público direto em educação por aluno do Ensino Médio foi de R\$1.417,00 (mil quatrocentos e dezessete reais). Por outro lado, o Gestor da Fundação Privada B informou que o gasto anual por aluno nessa escola é

30 Segundo o Censo Escolar 2006, a rede privada é responsável por menos de 2% das vagas noturnas no Ensino Médio no país. No Ceará, esse número cai para menos de 1%. Ou seja: a rede pública do Ceará oferece aproximadamente 99% das vagas noturnas.

31 Dados extraídos da GIDE Escola Pública Estadual, 2006.

de R\$1.700,00 (mil e setecentos reais), o que representa cerca de 20% a mais em comparação ao valor gasto pela rede pública.

Esse dado é de extrema importância, pois pressupõe-se que um maior investimento financeiro possa resultar em melhores condições de assistência ao aluno, como melhorias na infraestrutura, aumento de salários para os professores, contratação de mais funcionários, entre outros fatores, o que pode refletir positivamente na qualidade do aprendizado e nos resultados dos alunos.

É importante ressaltar que o Piso Nacional do Magistério foi aprovado em 2008. O Ceará implementou a lei em 2011. Desde então, os salários dos docentes da rede pública estadual do Ceará aumentaram exponencialmente (Pessoa, 2021). Além disso, houve a reserva de 1/3 da carga horária docente para atividades extraclasse. Antes da lei, era de 20% essa reserva.

Além disso, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi aprovado em 2006, entrando em vigor em 2007. Essa lei garantiu recursos para o Ensino Médio que não eram garantidos pela lei anterior, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que só atendia o Ensino Fundamental.

Com isso, não surpreende que a taxa líquida de escolarização no Ensino Médio no Ceará tenha aumentado de 44,3%, em 2007 para 79,2%, em 2022, dado mais recente no Anuário Estatístico do Ceará. Por outro lado, esse aumento de matrículas nos últimos 15 anos não resultou em queda no rendimento dos alunos, conforme indicado no tópico anterior. Um exemplo disso é a taxa de distorção idade/série da rede estadual, que caiu de 51%, em 2007, para 17,9%, em 2022, ainda segundo o Anuário Estatístico do Ceará. Dessa forma, o cenário atual da educação escolar é significativamente diferente do cenário do período da pesquisa.

3.3. Educação escolar e Divisão do Trabalho

Como já destacado, os professores da rede pública estadual viviam, no período da pesquisa, uma jornada de reivindicação de direitos de trabalho. Dois pontos importantes de reivindicação eram: o estabelecimento de um piso salarial para a categoria e o aumento da carga horária reservada para planejamento de aulas, estudos, correção etc. Conforme já destacado, esses direitos foram garantidos em 2011, após greve da categoria.

Neste tópico, será tratado do segundo ponto de reivindicação, carga horária extraclasse. Em 2009, os professores da rede estadual tinham direito a utilizar 20% (o equivalente a 1/5) de sua carga horária para planejar aulas. A categoria buscava que esse número aumentasse para 33%, ou 1/3 da carga horária.

O Governo do Estado argumentava que tal medida oneraria os cofres públicos, porque seria necessário contratar mais professores, devido à redução da carga horária em sala de aula dos profissionais. Essa foi a justificativa para que o governador do estado entrasse com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei do Piso Salarial, barrando sua implementação no estado do Ceará até 2011, quando o Supremo Tribunal Federal considerou a lei constitucional³².

Na rede privada, conforme destacado anteriormente, o professor recebe o pagamento de acordo com o número de horas-aula que ministra em sala de aula. Poucas escolas privadas oferecem tempo extraclasse.

Desse modo, as escolas privadas podem contratar professores formados nas respectivas áreas das disciplinas que serão ministradas, visto que se uma disciplina tiver demanda de, por exemplo, 10 (dez) horas-aula por semana, o professor só receberá o pagamento equivalente a essa carga horária.

Já na rede pública, ocorre o seguinte: um professor é aprovado em concurso público para carga horária de 40 (quarenta) horas-aula semanais, por exemplo. Em uma única unidade escolar, dificilmente, uma disciplina terá essa demanda de carga horária (com exceção, talvez, das disciplinas Português e Matemática). Assim, há, principalmente, duas opções para que o professor concursado preencha sua carga horária, a saber: (i) peregrinar por várias escolas que demandem aulas da disciplina da qual é responsável, ou; (ii) permanecer apenas em uma escola e ministrar aula de outras disciplinas nas quais não possui formação específica e na área.

32 Além do governador do estado do Ceará, mais quatro governadores assinaram a ADI. Nas demais unidades da Federação a Lei do Piso Salarial passou a valer desde janeiro de 2009.

Tabela 36 – Professores da Fundação Privada e Escola Pública Estadual que lecionam disciplinas nas quais não possuem formação específica na área.

Professores	Lecionam disciplinas nas quais não possuem formação específica	Lecionam disciplinas nas quais não possuem formação na área
Fundação Privada	40%	Zero
Escola Pública Estadual	54%	14%

Fonte: pesquisa de campo.

Pelo que se pode perceber na Tabela 36, a segunda opção é bastante comum e, inclusive, também ocorre na escola privada. Segundo esses dados, 54% dos professores da Escola Pública Estadual lecionam disciplinas das quais não possuem formação específica. Esse número é de 40% na Fundação Privada. O caso ainda possui um agravante na escola pública, pois 14%, desses 54%, lecionam disciplinas que sequer possuem formação na área. O relato a seguir de uma professora da Escola Pública Estadual trata da justificativa para lecionar disciplina na qual não possui formação específica:

Para complementar a carga horária. Porque eu lecionando só sociologia eu não complementava a carga horária. Aqui tem professor de filosofia. Se eu lecionasse só sociologia eu não complementava minha carga horária e se ela ensinasse só filosofia também não complementava sua carga horária. De forma que eu teria que procurar outra escola e ela também teria que procurar outra escola para lecionar. Aí a gente conversou e ela ficou lotada no laboratório de informática, que ela também tem formação para isso, e eu fiquei com a carga horária de sociologia e filosofia (Professora Escola Pública Estadual B).

Conforme destaca a professora, é mais cômodo para os profissionais ensinarem outra disciplina, mesmo sem formação, do que peregrinar entre várias escolas. Essa mesma professora expõe outros motivos para lecionar disciplina na qual não possui formação, em vez de buscar uma segunda escola para lecionar:

Porque tem algumas implicações no cotidiano do professor. No começo desse ano, eu até procurei outra escola, eu cheguei a sondar outra escola, só que essa outra escola era perto da minha casa. Só que a gente tinha uma aula por turma, então para eu completar minha carga horária iria ter que pegar inúmeras turmas. Isso acumula muito trabalho para o professor, sobretudo no final do mês, na hora que vai fazer diário, são muitos diários, muitas provas para corrigir, muito trabalho. E isso também é qualidade de profissão e de vida do professor. Então, foi por isso. E lecionar em duas escolas também tem as diferenças: da dinâmica de cada escola; às vezes, os planejamentos não se batem (Professora Escola Pública Estadual B).

Levando em consideração a justificativa dessa professora, é possível perceber que um único professor ficar responsável por várias turmas também pode prejudicar seu rendimento, assim como ocorre na escola privada devido sua situação de “horista”. Apesar disso, a divisão do trabalho tem como consequência a especialização dos indivíduos em certas profissões, assim, esses indivíduos se especializam nessas áreas e, teoricamente, se tornam mais competentes ao trabalhá-la.

Segundo Durkheim (1999, p. 14), esse é um dos papéis da divisão do trabalho: “aumentar ao mesmo tempo a força produtiva e a habilidade do trabalhador, ela é condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; é a fonte da civilização”. Durkheim destaca que a divisão do trabalho aumenta a força produtiva e a habilidade do trabalhador, ou seja, o professor que se especializa em uma disciplina produzirá mais e com maior habilidade. Ainda segundo o autor, essa situação é responsável pelo desenvolvimento intelectual e material das sociedades devido ao desenvolvimento que proporciona às forças produtivas.

Pelo que se pode apreender do diálogo com Durkheim, um professor de Matemática que leciona apenas essa disciplina, que estuda os mesmos assuntos e os trabalha constantemente, conseguirá se especializar e conhecer cada vez mais essa ciência. Caso esse professor de Matemática passe a lecionar, por exemplo, Física, seu rendimento em ambas as disciplinas tenderá a ser menor, pois precisará dividir seu tempo e conhecimento em ambas. Por serem disciplinas da área de Exatas,

alguns conhecimentos convergem e até se complementam. Mas, se esse professor de Matemática lecionar a disciplina de Sociologia, por exemplo, terá que estudar e trabalhar com conteúdos que divergem de sua formação específica, ou seja, é provável que seu rendimento em ambas seja ainda menor do que na situação anterior.

Assim, a situação ideal seria que o professor lecionasse a disciplina para a qual possui formação, em uma instituição de ensino, evitando o desgaste gerado pela responsabilidade de atender a um número elevado de alunos. Isso garantiria a manutenção da qualidade do trabalho individualizado entre professor e aluno, além de reduzir a carga de trabalho extraclasse, que envolve correção de provas, elaboração de trabalhos, planejamentos diferenciados, entre outros. Além disso, ao se concentrar na disciplina em que tem especialização, o professor poderia aprofundar seus conhecimentos, sem a necessidade de dividir seu tempo e esforço com outras áreas do saber.

Considerações para não finalizar

As considerações a seguir têm como objetivo principal não encerrar essa discussão que é de fundamental importância para a oferta de educação de qualidade para as crianças e os adolescentes deste país.

Primeiramente, é necessário destacar que os objetivos propostos foram alcançados com a análise dos dados e com as discussões com a literatura. O estudo de caso nas duas escolas selecionadas possibilitou compreender os motivos pelos quais a escola privada obtém resultados diferenciados dos da escola pública. Existem significativas diferenças na execução dos serviços educacionais em ambas as escolas que contribuem para entender isso, conforme apresentado anteriormente.

O texto deixou nítido que o aluno pobre pode aprender, desde que lhe sejam dadas condições para isso. Essa afirmação contribui para desfazer possíveis visões de senso comum que atribuem à pobreza a impossibilidade do aprendizado e, por isso, condenam a escola pública a um lugar de exclusão, que serve para a separação de classes sociais, podendo ser acionados argumentos etnocêntricos.

Ademais, os dados em larga escala apresentados neste texto servem, também, para a criação de um registro histórico de um tempo em que a universidade brasileira era branca e de classe média. Dados da UFC apontam para a quase total interdição de cursos considerados nobres para alunos da escola pública. O cenário da UFC era o mesmo cenário das universidades públicas em geral. É importante não esquecer esse tempo, a fim de que não se repita. Nos dias atuais, as cotas sociais e raciais contribuem para que a universidade seja um espaço mais plural e diversificado, o que gera bons frutos para a sociedade brasileira.

A guisa de conclusão, a seguir, serão feitas considerações sobre os seis assuntos discutidos no Capítulo 2.

Considerações acerca da democracia

A gestão democrática e participativa da escola pode influenciar na formação cidadã dos alunos, uma vez que eles passam a vivenciar o processo dialógico e de dissenso característico de um ambiente democrático. Dessa forma, os estudantes, que hoje podem reivindicar melhores condições de ensino por meio dos mecanismos democráticos oferecidos pela escola, estarão, no futuro, mais aptos a lutar por melhores condições de trabalho e cidadania, utilizando o espírito de diálogo e conflito que é fortalecido por esse ambiente democrático escolar.

Mas a democracia, no sentido de dissenso, também tem seu lado controverso para a educação: o ambiente disciplinador e vigilante da escola privada é responsável por avanços no aprendizado dos jovens. A disciplina e a vigilância são responsáveis pela internalização de certos valores que são cobrados por quem disciplina e vigia. Isso propicia um estado mental mais dócil que poderá receber as informações transmitidas com maior presteza. Dessa forma, segundo Foucault (1987, p. 119) “a disciplina fabrica [...] corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).”

Com isso, cria-se um dilema: o mais importante é o letramento dos indivíduos em detrimento do espírito de participação cidadã? A criação desse espírito nos indivíduos é tão importante ao ponto de ser favorecido mesmo que interfira no aprendizado dos jovens? Um meio termo ou outras possibilidades são factíveis? Segundo Florestan Fernandes (1989), a educação escolar brasileira, particularmente, é o mais grave dilema social, visto que

a sua falta prejudica da mesma forma que a fome e a miséria ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que os possibilitem a tomar consciência de sua condição, dos meios de aprender a resistir a essa situação. Portanto, pode representar um fator de difusão da ignorância e do atraso cultural (Fernandes, 1989, p. 126).

Com isso, o processo educativo pode contribuir para a transformação social, por meio do desenvolvimento do senso crítico nos indivíduos. Assim, segundo Fernandes, investir no aprendizado, mesmo sob a tutela disciplinadora da escola, pode gerar condições para a transformação da realidade dos indivíduos.

Considerações acerca das relações de trabalho

Pelo que se pode perceber, a escola pública oferece várias vantagens ao docente que a escola privada não oferece. Isso pode significar que os melhores profissionais busquem o setor público, por oferecer mais vantagens. Apesar disso, essa rede escolar possui resultados insatisfatórios, se comparados aos da rede privada, como destacado anteriormente.

Durante uma observação na Escola Pública Estadual, o pesquisador iniciou um diálogo com um professor, que comentou: “Rapaz, emprego é em escola pública! Em escola particular você trabalha muito e recebe pouco.” Essa frase, por si só, não explica toda a realidade do setor público, mas reflete a visão do professor sobre a sua condição de trabalho. Talvez a intenção não seja desmerecer a profissão ou sugerir uso indevido do dinheiro público, mas sim destacar a estabilidade e as condições de trabalho relativamente mais humanizadas oferecidas pelo Estado aos seus funcionários, algo que muitas vezes não é facilmente encontrado no setor privado.

Pelo que se pode considerar das discussões realizadas no Capítulo 2, a escola pública possui regras que contribuem para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho que pode ser menos intensivo do que no setor privado: garantia de 20% (33%, a partir de 2011) da carga horária para atividades extraclasse, além da estabilidade no emprego. A escola privada utiliza a ameaça constante de demissão de seus profissionais como uma forma de pressioná-los a trabalhar mais e melhor, uma lição ensina por Marx, há mais de 100 anos.

Segundo o Ex-professor Fundação Privada A, não ter estabilidade no emprego é “viver com a corda no pescoço e com uma espada enterrada no ‘cucuruco’ da cabeça, como é na escola particular”. Os profissionais reconhecem o estado de alerta constante da escola privada e, pelo que se pode apreender do relato acima, não consideram uma situação agradável e confortável para se desenvolver um trabalho, inclusive, tão delicado como o de lecionar.

Considerações acerca da disciplina

A discussão realizada no tópico sobre disciplina buscou demonstrar, por meio de uma perspectiva foucaultiana, como o disciplinamento do corpo dos alunos é uma medida eficaz para se alcançar resultados favoráveis no trabalho realizado pela escola. Pela descrição realizada dos ambientes e das condições de disciplinamento executadas por ambas as escolas, se pode perceber que a Fundação Privada realiza um trabalho disciplinar que não é realizado pela Escola Pública Estadual.

A presença de inspetores escolares no ambiente escolar da Fundação Privada, fiscalizando e combatendo irregularidades, inibe a transgressão de normas no espaço escolar. Já a Escola Pública Estadual, sequer possui profissional com função semelhante. Na escola privada, o próprio professor é orientado a aplicar sua autoridade em relação aos alunos, “autoridade que beira o autoritarismo”, segundo relato anterior. Na Escola Pública Estadual, alguns professores são, inclusive, coniventes com a indisciplina dos alunos, permitindo que saiam de sala a qualquer instante e não aplicando sanções aos mesmos, assim como relata a Gestora Escola Pública Estadual A: “a gente percebe que os alunos saem com mais frequência da sala de certos professores, no final da aula”.

Além disso, foi destacada a forma como as relações de trabalho influenciam diretamente a disciplina dos professores. Isso se dá devido à maneira com que os profissionais se relacionam com seus cargos: os profissionais do setor privado competem diariamente pela permanência no posto de trabalho, enquanto os efetivos do setor público não têm esse tipo de preocupação.

Se os resultados dos profissionais do setor privado não forem satisfatórios, seus cargos correm riscos. O fato de não terem estabilidade no emprego e de competirem entre si, dificulta a realização de manifestações em busca de melhores condições de trabalho, pois a competição atrapalha a unidade da categoria e a demissão pode ser uma consequência de tal movimento. Já os

profissionais do setor público não necessitam competir entre si³³, o que, inclusive, gera solidariedade entre os indivíduos, possibilitando a unidade na busca de melhores condições de trabalho.

Esses fatores podem influenciar para que os professores da rede privada se empenhem mais para cumprir as metas estabelecidas pelos empregadores, visando alcançar resultados positivos para a escola, o que garante a continuidade de seu emprego. Já os professores da rede pública não enfrentam esse tipo de pressão, como observa o Ex-professor da Fundação Privada A, ao se referir à situação dos docentes da rede pública: “Se eu não estou no mercado, por que eu vou me incentivar a ter outras coisas? O incentivo dessa turma [professores da rede pública] para estudar e buscar mais qualificações são as porcentagens adicionais no salário, que ele vai receber até o doutorado”.

Além da progressão funcional por titulação, destacada pelo docente, a rede pública estadual também possui progressão por desempenho e por antiguidade. Todavia, em 2008 e em 2009, o plano de carreira docente possuía barreiras de progressão que praticamente estancavam o docente na carreira. Atualmente, o plano de carreira está mais flexível e possui várias possibilidades de ascensão funcional.

Considerações acerca do tempo letivo

O tempo letivo é importante para o aprendizado dos alunos. A escola privada possui tempo letivo igual ou maior (maior, principalmente, no tempo letivo efetivado) do que a escola pública. Isso foi exposto, também, no primeiro capítulo deste texto, em que é realizada uma comparação entre as escolas públicas e privadas, em geral, do estado do Ceará.

A análise dos dados revelou que a Fundação Privada consegue efetivar com maior eficácia o tempo letivo programado em comparação com a Escola Pública Estadual. Essa eficácia está diretamente relacionada à disciplina, tanto por parte dos professores quanto dos alunos, e das relações de trabalho, aspectos que já foram abordados anteriormente.

A disciplina dos alunos em sala de aula garante um bom andamento da aula ministrada pelo professor, por isso o disciplinamento e a fiscalização podem ser tão importantes. Os atrasos, adiantamentos, faltas etc., por parte do professor, contribuem para que os conteúdos fiquem atrasados e o tempo letivo fique mais curto do que o programado. As relações de trabalho do professor contribuem para seu disciplinamento, assim como destacado anteriormente, em relação aos alunos e sua relação com o mercado de trabalho.

Desse modo, destaca-se como a escola privada possui maior possibilidade em efetivar o tempo letivo programado do que a escola pública, contribuindo para o maior desenvolvimento educacional, pois garante maior contato do aluno com a educação.

Considerações acerca do ambiente escolar

A análise dos dados de pesquisa indica que a sala de aula e o ambiente escolar da Fundação Privada é mais propícia ao aprendizado, pois aconchega o aluno, o acolhe. Na Escola Pública Estadual, a sala de aula é desagradável e não acolhedora, ou seja, o aluno pode ter maior dificuldade de concentração e, conseqüentemente, de aprendizado. A discussão feita com a literatura da área indica como a arquitetura pode influenciar no comportamento dos indivíduos.

Mas por que há tanta diferença entre os ambientes das duas escolas? Uma explicação é a demora na aplicação de recursos públicos devido à burocracia do Estado, que, em algumas ocasiões, pode vir a influenciar na demora de investimento de recursos públicos. Para a realização de uma reforma simples na escola, se faz necessário realizar todo um procedimento burocrático, em que três empresas de construção civil devem obrigatoriamente participar, a chamada “tomada de preço”.

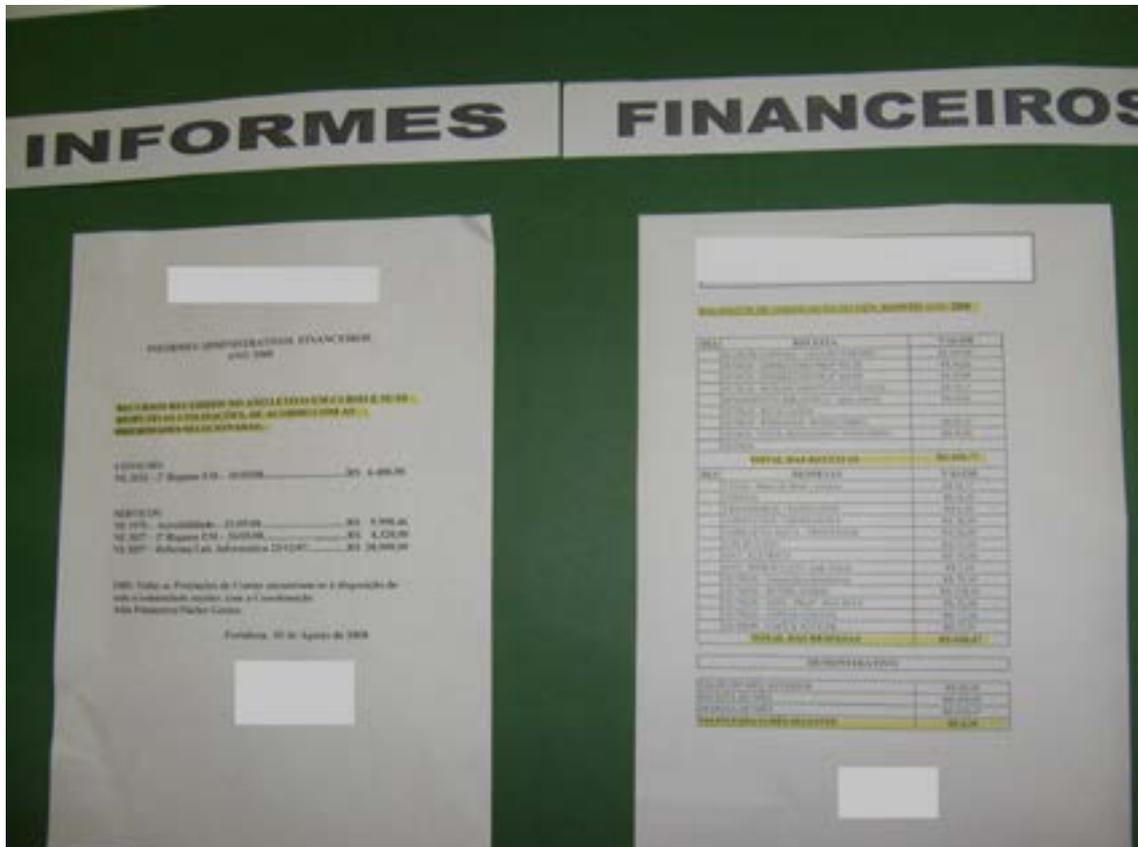
Todo esse procedimento pode demorar meses. Esse procedimento é realizado apenas em reformas pequenas, que custavam, em 2008, aproximadamente R\$10.000,00 (dez mil reais), segundo a Gestora Escola Pública Estadual A. Para realizar grandes reformas é necessário um processo de licitação pública, que é mais demorado e complicado do que a “tomada de preço”. Em algumas ocasiões, alguma empresa que participou do processo de licitação pode questionar judicialmente o resultado, o que provoca uma paralisação do processo para investigação judicial. Isso pode ajudar a explicar por qual motivo a Escola Pública Estadual nunca passou por esse tipo de reforma, segundo aquela gestora.

33 Quase 10 anos após a realização deste estudo, Pessoa, Santos e Costa (2017) analisaram a promoção sem titulação dos docentes da rede estadual do Ceará e descobriram que existe, sim, algum tipo de competição entre os docentes da escola pública.

Já a escola privada, não necessita passar por esses procedimentos burocráticos, pois a administração da escola tem liberdade para contratar a construtora que lhe interessar, no período que lhe interessar, sem precisar prestar contas devido ao seu caráter privado³⁴.

Importa destacar, também, que as exigências burocráticas do setor público são importantes e necessárias, ainda mais considerando um país que possui um histórico pouco positivo em relação ao trato com verbas públicas.

Imagem 13 – Informes financeiros da Escola Pública Estadual



Fonte: produzida pelo autor durante pesquisa de campo. Imagem editada para preservar a escola.

Um exemplo disso foi identificado durante as observações realizadas: a Escola Pública Estadual publicava informes financeiros, conforme indicado na Imagem 13. Esse tipo de ação é necessário apenas em espaços públicos, não sendo uma exigência em instituições privadas.

Considerações acerca do Estado Patrimonialista, da cordialidade e da racionalização

A potencial racionalização dos serviços públicos é algo que se discute há bastante tempo no Brasil, principalmente, desde o início do século passado. A cordialidade e o patrimonialismo estão no seio da formação do Brasil, influenciando a racionalização do Estado.

Esse é um ponto que trata de aspectos bastante abstratos: valores, cultura. Tais aspectos são compostos pela construção histórica de uma sociedade, ou seja, interferências individuais são limitadas.

Partindo dessa discussão, a racionalização imposta aos profissionais do setor privado contribui para uma maior eficiência dos professores no cumprimento das metas estipuladas pela escola. Isso, por sua vez, resulta em um desenvolvimento mais significativo dos alunos, tanto no que diz respeito ao aprendizado quanto ao desempenho escolar.

34 A escola privada deve prestar contas apenas a seus clientes, mas não há a obrigação de prestação de contas financeiras. A prestação de contas é de resultados pedagógicos: se a escola não possui resultados satisfatórios, os pais não se estimulam para que seus filhos estudem ali. É, inclusive, uma questão de “sobrevivência” da escola. Em relação à questão financeira, a escola privada não necessita prestar contas, devido à sua natureza privada.

Educação escolar: como transformar água em vinho?

A educação escolar pública, ainda hoje, é bastante criticada. Caso, realmente, seja do interesse dos cidadãos brasileiros transformações profundas na educação oferecida às novas gerações, então é necessário discutir desgastantemente tais mudanças, pois o próprio conhecimento não é construído senão pelo debate, pela discussão e pela (des)construção diária da História.

Por meio das discussões realizadas neste texto, foi possível perceber que a gerência da escola pública (tanto a proporcionada pelo núcleo gestor, quanto pelo Estado) influencia nos resultados de seus alunos, pois está diretamente ligada às relações de trabalho, à disciplina de alunos e de profissionais e à forma como os recursos públicos são aplicados. Todos esses fatores estão diretamente ligados ao desempenho dos estudantes.

Na escola privada, esses fatores são tratados de uma outra forma, as relações existentes entre os indivíduos são pautadas por outros comportamentos e isso acaba tendo outro tipo de efeito no resultado dos alunos.

A intenção deste texto não é mostrar que o mercado é mais eficiente do que o Estado e que as relações desenvolvidas naquele espaço devem prevalecer em detrimento das que existem neste. O maior objetivo deste texto é expor os aspectos que podem influenciar o resultado dos alunos de escolas públicas e privadas e, assim, incluir novos dados que devem ser levados em consideração para que as discussões acerca da educação escolar no Brasil possam avançar em um âmbito mais qualitativo e de desenvolvimento do aprendizado.

Pelo que foi apresentado, a educação de qualidade não é proporcionada pela questão socioeconômica dos indivíduos que frequentam a escola, não se resume a um determinismo social. Resumindo: o pobre não é burro. Esse tipo de relação pode ser apreendida nas falas de alguns interlocutores da pesquisa, como, por exemplo, o relato da Professora Escola Pública Estadual A, que trata da disciplina dos alunos da escola pública: “É como se eles não tivessem muita ordem, muita disciplina. Até da casa deles, eles trazem pra cá, se estende até aqui”.

Por esse relato, é possível perceber que a professora da escola pública tem uma visão um tanto determinista da situação social dos alunos dessa escola, em sua maioria de classe baixa. Por meio das discussões e das análises realizadas, é possível desfazer essa visão, tentando demonstrar que o problema dos resultados insatisfatórios na rede pública pode estar em outras esferas que não são influenciadas pela questão socioeconômica de seu público.

A Fundação Privada trabalha com alunos de situação socioeconômica semelhante à dos alunos da Escola Pública Estadual e consegue, ainda assim, atingir resultados similares aos das escolas privadas em geral, em que se pode encontrar em maior quantidade indivíduos das classes médias/altas.

Por fim, é importante que os próprios profissionais da educação pública possam repensar e rediscutir sua forma de trabalhar e de conhecer mais profundamente o público com quem estão lidando, descobrindo a real potencialidade dos alunos dessa rede de ensino. Quando discussões como essa ocorrerem com frequência e seriedade nas escolas públicas, não serão mais ouvidas frases como a de um professor da Escola Pública Estadual sobre o rendimento escolar dos alunos dessa escola, durante uma observação: “Se Jesus viesse ensinar a essas crianças, ainda assim não aprenderiam!”. Será que o desafio é tão grande quanto transformar água em vinho?

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AYTAR, Pamela; GLOSEMEYER, Robin; HULCE, Emily; LINN, Matt; SEEP Benjamin. Acústica em salas de aula. Tradução: MONDL, Stephanie L. B. **Revista de acústica e vibrações**. Nº 29, jul. 2002. p. 02-22.

BARBOSA, Andreza. *Implicações dos baixos salários para o trabalho dos professores brasileiros*. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v. 2, n. 2 – jul./dez. 2012.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de; QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. – 2. ed. ver. amp. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BARROSO-KRAUSE, Cláudia; NIEMEYER, Marina Lygia; PORTO, Maria Maia; SANTOS, Maria Júlia de O. **Bioclimatismo no projeto de arquitetura: dicas de projeto**. Rio de Janeiro: Proarq, DTC, FAU, 2005.

BRASIL. **Censo escolar 2006**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Investimentos por Aluno por Nível de Ensino - Valores Reais**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/despesas_publicas/P.A._paridade.htm. Acesso em: 21 nov. 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei Nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997**. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Brasília, 1997.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 1992 - 2003**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Brasília, 2001.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica N.º 3**, de 26 de junho de 1998. Brasília, 1998.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno 1**, 18 de fevereiro de 2002. Brasília, 2002.

CASTRO, Claudio de Moura. **Crônicas de uma educação vacilante**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

CEARÁ. **Comunidade: Conselho Escolar**. Fortaleza, 2008. Disponível em: http://www.seduc.ce.gov.br/educacao/comunidade_site.asp. Acesso em: 30 out. 2008.

CEARÁ. **Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado**. Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974. Fortaleza, 1974.

- CEARÁ. **Estatuto do Magistério Oficial do Estado**. Lei nº 10.884, de 02 de fevereiro de 1984. Fortaleza, 1984.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução: Eduardo Brandão. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOLDMAN, Márcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. **Anuário Antropológico/93**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1976.
- MOTA, Francisco Alencar. A “escola como ponto de partida”... e como ponto de chegada? Estudo acerca da construção de uma política pública – a experiência do Ceará (1995-2002) (2000-2005). 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. V. II - Perspectivas. Tradução: Gustavo Bayer e Margit Martincic. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. (Orgs.). **Os sentidos da democracia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- PEIXOTO, Marcos. Alunos do Escola Pública Estadual paralisam aulas. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, página Cidade 09, 29 mai. 2008.
- PESSOA, Márcio Kleber Moraes. **Análise das transformações na organização do trabalho docente de professores da rede estadual do Ceará**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, 2021.
- PESSOA, Márcio Kleber Moraes; SANTOS, João Bosco Feitosa dos; COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. CAPITAL HUMANO COMO GOVERNAMENTO: análise da promoção sem titulação 2016 dos professores da rede estadual do Ceará. **Revista Labor**. Edição Especial. Fortaleza/CE, Vol. 02, nº 18, 2017. p. 164-179.
- REDAÇÃO. Professores fazem manifestação na Assembléia Legislativa. **O Povo Online**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/fortaleza/819862.html>. Acesso em: 19 set. 2008.
- TAKAHASHI, Fábio. Carreira de professor atrai menos preparados. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, página C1, 09 jun. 2008.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.



Edições
UERN